

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: FILOSOFIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO -
FILOS

A INSERÇÃO DA MULHER NA ESFERA PRODUTIVA: UMA LEITURA DE
GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

MARIA ANITA VIEIRA LUSTOSA

FORTALEZA
2009

MARIA ANITA VIEIRA LUSTOSA

**A INSERÇÃO DA MULHER NA ESFERA PRODUTIVA: UMA LEITURA DE
GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará –
UFC, como requisito parcial para obtenção do título de
mestre.

Orientadora: Professor Dr. Eduardo Ferreira Chagas

**FORTALEZA
2009**

"*Lecturis saltem*"

Ficha Catalográfica elaborada por

Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

L99i

Lustosa, Maria Anita Vieira.

A inserção da mulher na esfera produtiva [manuscrito] : uma leitura de gênero, trabalho e educação / por Maria Anita Vieira Lustosa. – 2009.

112 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza(CE), 09/09/2009.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

Inclui bibliografia.

1- MULHERES – EMPREGO – FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE(CE).
2-MERCADO DE TRABALHO – FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE(CE).3-DISCRIMINAÇÃO DE SEXO NO EMPREGO – FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE(CE).4-SUBEMPREGO – FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE(CE).5-DESEMPREGO – FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE(CE).6-MULHERES – FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE(CE) – CONDIÇÕES SOCIAIS.I- Chagas, Eduardo Ferreira, orientador.II.Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira.III-Título.

CDD(22ª ed.) 331.4098131

114/09

**A INSERÇÃO DA MULHER NA ESFERA PRODUTIVA: UMA LEITURA DE
GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hildemar Rech

Profa. Dra. Kátia Rodrigues Lima

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Presidente)

**FORTALEZA
2009**

AGRADECIMENTOS

A Deus, presença constante e fonte de inspiração.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC, pela oportunidade oferecida para a realização deste trabalho.

A todos os professores do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC, que incansavelmente se esforçaram em repassar o conhecimento adquirido. Desejo que continuem realizando seus projetos profissionais e pessoais e que obtenham muito sucesso nessa caminhada.

Ao Laboratório de Estudos e Qualificação Profissional – LABOR, pela oportunidade e pelo convívio harmonioso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro concedido durante a realização da pesquisa.

Ao setor de estudos e pesquisas do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, por ter disponibilizado documentos e informações imprescindíveis à conclusão desta pesquisa.

Ao professor doutor Eduardo Ferreira Chagas, meu orientador neste trabalho, mestre e amigo. Agradeço pela paciência na orientação desse percurso, conduzido com maestria e desvelado em um contexto de realizações.

Ao professor doutor Hildemar Rech, examinador deste ensaio, com a honra em tê-lo como avaliador desse trabalho e pela oportunidade de aprender com suas contribuições, para além das aulas e textos.

À professora Kátia doutora Lima por quem nutro grandiosa admiração e carinho; obrigada pelas valiosas contribuições teóricas, fundamentais para a conclusão desta pesquisa, pelo exemplo e pelo ombro amigo.

A todos os colegas do mestrado pelos momentos de aprendizagem e crescimento compartilhados durante esta conquista, especialmente aos amigos e companheiros Pereira, Ronaldo, Cleide e Helena.

Um agradecimento especial a minha mãe, Ilaíde Vieira, que sempre abdicou de seus interesses (objetivos) pessoais para centralizar seus esforços no sucesso profissional e pessoal de seus filhos e de quem tenho um grande orgulho.

Ao meu companheiro, Marcelo Kaczan, que não mediu esforços e incentivos para que eu realizasse esse projeto pessoal. Peço desculpas pelas ausências e incansáveis noites de sono perdidas. Agradeço a paciência que teve ao escutar, inúmeras vezes, os esboços do meu trabalho.

Um agradecimento especial a minha irmã Gardênia Lustosa, pelo seu incentivo e apoio, sem os quais não teria concluído esta pesquisa; pela enriquecedora convivência, mostrando o quanto pode ser gratificante a realização de nossos desejos e que não devemos desviar os rumos de nossa caminhada, perseguindo firme a realização de nossos objetivos.

A minha irmã Geny Lustosa, exemplo de força e luta, pelo incentivo e apoio, meu sincero agradecimento.

A minha irmã Gessilaide Lustosa, que nos momentos de desânimo me deu forças e me influenciou a continuar firme nessa caminhada.

Aos meus amigos Claudiana, Awas, Áquila e Valdênia, grandes incentivadores que sempre permaneceram ao meu lado, apoiando-me para que conseguisse alcançar meu objetivo. Obrigada pelos diversos momentos compartilhados.

A todos os meus familiares, que se empenharam para que eu pudesse concluir este trabalho.

A todas as mulheres que, em meio a tantos empecilhos, jamais desistem de tentar mudar os rumos de suas vidas; que, de uma forma ou de outra, com muito esforço e garra, caminham em busca de edificar um mundo onde todos possam conviver livres e iguais sem nenhuma espécie de preconceito.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, os meus mais sinceros agradecimentos.

DEDICATÓRIA

*A todos os colaboradores e incentivadores
deste percurso, que contou com a colaboração
de alguns atores sem os quais ele jamais teria
se realizado; pessoas que estiveram
ao meu lado desde os primeiros passos (letras)
dessa minha caminhada e que continuam em meio
aos empecilhos, risos e lágrimas,
sempre ao meu lado.*
Anita Lustosa

RESUMO

A presente pesquisa investiga a crescente inserção feminina no mundo do trabalho, mediante o contexto de crise da sociabilidade do capital, de desemprego em grandes proporções e, principalmente, de precarização do mundo do trabalho. É pretensão deste estudo, portanto, debater sobre a inserção da mulher na esfera produtiva e suas reais formas de efetivação (condições de trabalho), identificando como se expressam as mais recentes tendências do mercado de trabalho, seus desdobramentos e consequências para o segmento feminino. O contexto presente das transformações no mundo da produção traz elementos para uma reflexão sobre as atuais condições de inserção das mulheres na divisão social e técnica do trabalho, em um cenário que expressa a agudização da precarização das circunstâncias de trabalho, não apenas desse segmento, mas de toda a classe trabalhadora. A pesquisa foi fundamentada no referencial teórico marxista e nos estudos de autores como Mészáros, Antunes, Nogueira, Toledo, Hirata, dentre outros, que se debruçaram sobre a análise das contradições inerentes à lógica antagônica da sociabilidade do capital. Dessa forma, fazer um estudo baseado nos pressupostos marxista torna-se relevante para se compreender o engendramento da problemática social na perspectiva da totalidade do real. A investigação realizou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, e por intermédio de análise dos documentos do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/Fortaleza, que pudessem indicar como é expresso o fenômeno de inserção da mulher no mercado de trabalho contemporâneo, particularmente, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Esclarecemos ainda, que a investigação contou também com dados de pesquisas realizadas em órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, e outros documentos que auxiliaram o desenvolvimento do referido estudo. Nesse sentido, a análise da dimensão de exploração do trabalho feminino na sociedade capitalista pode ser percebida nas diversas formas de inserção subalterna, expressas em empregos tidos como de menor relevância social, prestações de serviços, terceirizações, informalidades ou empregos sem amparos legais, e nas exigências de um maior nível de escolarização e qualificação profissional.

Palavras chaves: Trabalho, Gênero, Educação

RÉSUMÉ

Cette enquête a l'objectif d'étudier la croissance insertion féminine dans le monde du travail, en face du contexte de crise de la sociabilité du capital, de chômage en grandes proportions et, principalement, de précarisation du monde du travail. Cette recherche a une prétention de discuter la question de l'insertion de la femme dans le domaine de production et ses façons réelles de s'effectuer (conditions de travail), pour identifier comment s'expriment les tendances plus récentes du marché du travail, ses déroulements et conséquences pour la sphère féminine. Le contexte présent, aux changements dans le domaine de production, apporte des éléments qui nous mènent à une réflexion à propos des actuelles conditions d'insertion des femmes dans la division sociale et technique du travail, dans un scénario qui exprime l'aiguisage de la précarisation des circonstances de travail, pas seulement dans ce domaine, mais de quelle que soit la classe travailleuse. La recherche a été fondamentalement faite à partir de la référence théorique marxiste et dans les recherches d'auteurs comme Mészáros, Antunes, Nogueira, Toledo, Helena Hirata, d'entre autres, qui ont s'engager à l'analyse des contradictions inhérentes à la logique antagonique de la sociabilité du capital. Faire une enquête appuyée sur les principes marxistes c'est pertinent pour qu'on comprenne l'engendrement de la problématique sociale vis-à-vis la perspective de la totalité du réel. L'enquête se concrétise parmi une recherche bibliographique et documentaire, par l'intermédiaire d'analyse des documents de l'Institut de Développement du Travail - IDT/Fortaleza, ceux qui peuvent indiquer comment s'exprime le phénomène d'insertion de la femme au marché de travail contemporain à la Région Métropolitaine de Fortaleza - RMF. C'est encore important de dire, que l'enquête a aussi les données de recherches réalisées en institutions comme l'Institut Brésilien de Géographie et Statistique - IBGE, l'Organisation Internationale du Travail - OIT, Recherche Nationale par montré de Domicile - PNAD, et autres qui ont pu auxilier le bon déroulement de ce travail. Ainsi, l'analyse de la dimension d'exploitation du travail féminin dans la société capitaliste peut être aperçue aux diverses formes d'insertion subalterne, exprimées à des emplois l'égard de peu importance social, prestations des services, externalisations, des emplois qui n'obéissent pas à des règles déterminées ou sans appuis légaux, et aux exigences d'un haut niveau de formation et de qualification.

Mots clés : Travail, Genre, Éducation.

LISTA DE GRÁFICOS

1	Evolução da Taxa de Desocupação (%)	59
2	Distribuição Percentual da População Ocupada por Sexo, Segundo o Agrupamento de Atividade nos Meses de Janeiro/03 e Janeiro/08	60
3	Distribuição da População Feminina Ocupada, segundo Anos de Estudo nos Meses de Janeiro de 2003 e 2008 (%)	73
4	Percentual do Rendimento da Mulher em Comparação ao Rendimento do Homem – Janeiro /2008.....	80
5	População Ocupada por Setor de Atividade – Região Metropolitana de Fortaleza – Agosto/2007.....	83
6	Dificuldades na Obtenção de Trabalho - Fortaleza - Junho/2008.	86

LISTA DE TABELAS

1 Taxa de desocupação por região metropolitana	38
2 Rendimento Médio Habitual de Homens e Mulheres	57
3 Índice de Ocupação - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009	82
4 População Ocupada por Gênero, segundo o Subsetor de Atividades - Fortaleza – 2007	84
5 População Ocupada por Gênero, segundo a Remuneração da Atividade Principal - Fortaleza - 2006-2007	87
6 Taxa de Ocupação, por Grau de Instrução - Região Metropolitana de Fortaleza – Agosto/2007	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DO MUNDO DO TRABALHO: DA GÊNESE E REALIZAÇÃO DO SER SOCIAL À DESREALIZAÇÃO DO TRABALHADOR.....	19
2.1 Breves Considerações Sobre o Trabalho: Aspectos Positivos e Negativos da Produção da Existência Humana.....	19
2.2 Discussão Acerca das Transformações do Mundo do Trabalho: do Fordismo à Acumulação Flexível	29
2.3 Crise do Capital e Precarização do Trabalho: Consequências para a Classe Trabalhadora no Cenário Mundial e no Contexto Brasileiro	36
3 A TRAJETÓRIA DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: UM ENFOQUE HISTÓRICO	42
3.1 Como Tudo Começou.....	42
3.2 Inserção da Mulher na Esfera Produtiva com o Advento da Grande Indústria	48
3.3 O Contexto de Precarização do Trabalho Feminino na Sociedade Contemporânea.....	54
4 TRABALHO, GÊNERO E FORMAÇÃO HUMANA: QUESTÕES PARA EDUCAÇÃO	63
4.1 O Percorso Histórico da Educação no Brasil: alguns Aspectos sobre as Conquistas Femininas na Garantia desse Direito	64
4.2. Escolarização, Empregabilidade e Gênero: entre Avanços e Desafios	75
4.3 A Configuração do Mercado de Trabalho para o Segmento Feminino, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Período de 2007 a 2009	81
4.4 Considerações sobre Educação na Sociabilidade do Capital: Formação Humana ou Estratégia de Instrumentalização da Classe Trabalhadora?	91

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a crescente inserção feminina no mundo do trabalho, mediante o contexto de crise da sociabilidade do capital, de desemprego em grandes proporções e, principalmente, de precarização do mundo do trabalho, na contemporaneidade. Para tanto, o referido ensaio destaca a trajetória histórica da mulher trabalhadora, revelando o percurso contraditório dessa inserção e as repercussões para a classe trabalhadora de forma ampla.

Discutir sobre as mais recentes tendências do trabalho feminino, notadamente as que decorrem da reestruturação produtiva, desencadeado desde as primeiras décadas do século XX, e, mais recentemente, da mundialização do capital, implica perceber essa temática como vinculada a questões sociais complexas expressas nos antagonismos sociais acirrados no contexto do capitalismo avançado.

Para fazermos uma apreciação acerca da participação da mulher no mundo do trabalho, é preciso, portanto, remontar ao período histórico que demarca a intensificação da presença feminina no mundo da produção, especialmente situada com o advento da maquinaria e da grande indústria, ocorrido na Revolução Industrial.

Ressaltamos a necessidade que se impõe de retomarmos a gênese do papel social da mulher ao longo da história, destacando, inclusive, as fases anteriores ao capitalismo, na intenção de compreender a origem e a constituição das desigualdades que envolvem as relações de classe e gênero no mundo laboral.

Assim, alicerçada na categoria trabalho como problematização mais ampla, procedemos à análise, com enfoque mais específico no universo do trabalho feminino, como um recorte da investigação, considerando as diferenças e especificidades que envolvem as questões de gênero nesse âmbito. A intenção é identificar como se expressam as atuais convergências do mundo do trabalho para o segmento feminino, bem como a relação de exploração sobre a mulher no contexto da relação de classes. A incorporação feminina nesse universo acontece ainda em um contexto de preconceito e discriminação de várias ordens.

Dentre as questões que orientam esse estudo, consideramos a crescente

empregabilidade feminina que se acirrou, notadamente, no século XX, com a participação em ocupações antes tomadas como espaços exclusivamente masculinos. Concomitantemente a ampliação do contexto de precarização das condições do trabalho e da agudização da exploração apresenta-se como consequência para a classe trabalhadora.

A conjuntura atual das transformações no mundo da produção traz elementos para uma reflexão sobre as condições de inserção das mulheres na divisão social e técnica do trabalho, em um cenário que expressa o acirramento das contradições sociais. Tais mudanças se sucederam, em parte, pelas transformações no mundo da produção, em diferentes momentos, que ditaram novos valores e formas de conduta, assim como acarretaram a presença mais intensa da mulher na esfera socioeconômica e produtiva.

Percebemos, com efeito, no atual estágio da sociedade capitalista, que a crescente empregabilidade feminina se expressa em um cenário de luta pelo direito à igualdade de condições sociais entre homens e mulheres, ancorada no discurso da emancipação da mulher.

É fato a importância histórica das lutas e conquistas sociais produzidas pelo movimento feminino, todavia, é preciso assinalar o cuidado destas não se materializarem de forma fragmentada, ou empreendidas por segmentos específicos da sociedade, haja vista que é no âmbito da totalidade que estas lutas devem ocorrer, sendo empreendidas *na e para* a classe trabalhadora, composta por homens e mulheres. Tal compreensão corrobora, portanto, com a proposta de concretização de uma luta única, travada como enfrentamento a um contexto da exploração de toda uma classe.

Com efeito, as reais condições de trabalho, independentemente das questões de gênero, nas quais estão inseridos todos os trabalhadores na sociedade capitalista, apresentam um contexto em que mulheres e homens “padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas têm seu cotidiano moldado pelo o desemprego estrutural”.¹ Assim, torna-se oportuno delinear o contexto das contradições inerentes a esse sistema excludente, evidenciando as diversas formas de exploração dos trabalhadores.

Nesta perspectiva, a reflexão sobre a problemática da mulher no mundo do

¹ ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua e concha**: ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p.13.

trabalho atual impõe ainda perceber que o capitalismo se apropria das características peculiares do feminino, desde as biológicas até as de caráter de construção social, de forma a intensificar a extração de lucro, de mais-valia e de se perpetuar como ordem hegemônica.

Nesse sentido, a análise da exploração do trabalho feminino na sociedade capitalista pode ser percebida nas diversas formas de inserção subalterna, retratadas em empregos tidos como de menor relevância social, prestações de serviços, terceirizações, informalidades ou empregos sem amparos legais, dentre outros.

Em meio ao discurso da emancipação, temos constatações como estas, que denotam as novas nuances da submissão feminina na sociedade atual, concretizadas nas péssimas condições de trabalho oferecidas, bem assim, na persistente subjugação ao sexo masculino, numa sociedade fortemente marcada pela violência e pela discriminação contra a mulher em diversos espaços sociais, notadamente no âmbito da produção material.

Diversos estudos, como os de Nogueira, Hirata e Toledo,² que se debruçam sobre a problemática gênero e trabalho, revelam que as atuais condições de inserção da mulher no mundo do trabalho³ acontece em circunstâncias mais desfavoráveis do que aquelas já estabelecidas aos homens.

Nesse sentido, a discussão dos assuntos gênero e mundo trabalho, inserida nos marcos da luta de classe, representa um campo profícuo de estudo e constitui instigante tema a ser debatido, na perspectiva da totalidade social, em face das contradições inerentes ao modelo de sociedade vigente.

Com base nas argumentações tecidas, a pesquisa em foco tem como objetivo principal analisar a configuração atual do fenômeno de inserção da mulher no mercado de trabalho, considerando as relações estabelecidas entre as categorias trabalho, gênero e educação.

Para contemplar tal intento, delimitamos alguns objetivos específicos, tomando como objeto particular a realidade local da cidade de Fortaleza, no período de 2007 a 2009, no sentido de conhecer quais as ocupações em que as mulheres mais se inseriram

² Estudos como os de Nogueira, 2004; Hirata, 2002 e Toledo, 2005.

³ Compreendemos o termo mundo do trabalho em uma analogia ao espaço onde são estabelecidas as relações de trabalho.

e quais as formas de empregabilidade mais praticadas pelo mercado, ao longo desse período, elucidando a relação entre escolaridade e mercado de trabalho (empregabilidade, condições de trabalho e salário).

O recorte histórico se justifica em virtude de estarmos no apogeu da mais recente e agravada crise do capitalismo. Para tanto, elegemos o período de 2007 a 2009, o qual expressa um momento de reconhecimento social de uma crise há muito anunciada. Neste sentido, a relevância social e acadêmica se caracteriza pela atualidade do debate em face da circunstância de crise da sociabilidade do capital.

Este ensaio, portanto, privilegia a relação trabalho, gênero e educação, e as nuances que envolvem essas dimensões para as trabalhadoras, fundamentadas no referencial teórico marxista e nos estudos de autores como Mészáros, Antunes, Nogueira, Toledo, Helena Hirata⁴, dentre outros, que se debruçam sobre a análise das contradições inerentes à lógica antagônica da sociabilidade do capital.

Reflexões sobre a realidade amparada nos pressupostos marxistas tornam-se relevantes para a compreensão do engendramento da problemática social na perspectiva da totalidade do real. À luz do referencial marxista, desprende-se o exame da relação de estranhamento que se evidencia na efetivação do processo de trabalho, da alienação humana e das contradições que permeiam as relações laborais na sociedade atual. Referidos conceitos apresentam-se como elementos explicativos para se entender a submissão e opressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

É válido considerar que essas discussões são importantes para pensarmos a problemática em questão, inserida num campo bastante complexo, exigindo leituras mais específicas, no esforço conceitual, reflexivo e crítico de desconstrução da aparência fenomênica da realidade.

Portanto, o esforço teórico-metodológico do estudo articula uma pesquisa bibliográfica, por meio da consulta às produções dos autores anteriormente citados e a fontes documentais de instituições estatísticas, censitárias e aziendais sobre a condição do trabalho no Brasil, compondo um panorama mais geral das ideias, aproximando-as dos indicadores oficiais, ampliando possibilidades de leitura e de crítica do estudo. A combinação dessas fontes de coleta teve o objetivo de reunir dados que possibilitassem

⁴ Mészáros, 2005; Antunes, 2005; Toledo, 2005; Nogueira, 2004 e Helena Hirata, 2002.

o estabelecimento de conceitos, paralelos e inferências, ou seja, reflexões sobre os dados à luz da teoria adotada, a fim de melhor entender a realidade.

Nesse sentido, a pesquisa se utiliza dos dados constantes, particularmente, nos seguintes documentos:

- Relatório do Programa das Nações Unidas – PNUD;
- DIEESE sobre “Situação do Trabalho no Brasil”;
- Relatório sobre “Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007” - Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- Pesquisa Mensal de Emprego – “Algumas Características da inserção das mulheres no mercado de trabalho - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008” - Instituto de Estatística e Geografia – IBGE;
- “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio” – PNAD 2006, com informações direcionadas a Região Metropolitana de Fortaleza;
- “Pesquisa Emprego e Desemprego Agosto/2007”, realizada pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE/CE e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, com a interveniência da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), do Ceará, em agosto de 2007, que tinham dados específicos para variáveis como gênero, idade e tempo de estudo, base de dados da qual foram gerados os indicadores de participação, ocupação e desemprego;
- “Pesquisa Emprego e Desemprego Junho/2008”, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT;
- “Pesquisa Emprego e Desemprego Junho/2009” realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, e
- Pesquisa “Mulher e Mercado de Trabalho a Realidade Cearense”, que permitiu identificar inicialmente a visão mais geral e a realidade vivenciada pelas trabalhadoras na sociedade contemporânea. Consideramos, todavia, que estes aspectos constituem ainda os primeiros passos desta trajetória, uma vez que muito ainda há de ser deslindado nesse processo complexo, antagônico e contraditório que configura o contexto do mundo do trabalho contemporâneo.

Em suma, feitas essas considerações, passamos a apresentar a estrutura e o conteúdo específico dos resultados do trabalho produzido, sobretudo, no sentido de fazer um convite à sua leitura, apresentando, em seguida, uma sinopse de cada seção.

No capítulo 2, logo após essa introdução - capítulo 1 – discutimos a categoria trabalho como ponto de partida à reflexão, compreendendo-a como elemento fundante da sociabilidade humana⁵ para se pensar a problemática do trabalho na ordem capitalista. Referido capítulo organiza uma análise sobre a reestruturação produtiva, desencadeado, no momento do segundo pós-guerra, conhecido como período fordista/taylorista, até a chamada acumulação flexível. Explicitamos ainda o contexto de precarização do trabalho na sociabilidade do capital, que se expressa na atualidade como resultante do processo de reestruturação produtiva e do movimento dinâmico de acumulação do capital.

No capítulo 3, apresentamos a trajetória da mulher no mundo trabalho, sua inserção na esfera produtiva e o contexto de precarização do trabalho feminino na sociabilidade do capital.

Dando sequência ao relatório da pesquisa, no capítulo 4, fazemos uma reflexão em torno da relação entre escolarização, empregabilidade e gênero, tecendo considerações sobre os avanços e desafios que perpassam a educação, em especial abordando a educação feminina, desde as primeiras ações desenvolvidas para se educar as mulheres. Discutimos ainda, nesse capítulo, sobre conquistas e desafios do espaço feminino, tendo como referência a realidade de empregabilidade e de ocupação no Município de Fortaleza.

O segmento busca compreender também o papel da educação em um modelo antagônico de sociedade, situada em uma correlação de forças e tensões, que comportam indagações acerca de seu papel social como espaço de formação humana e sua cooptação como estratégia de instrumentalização da classe trabalhadora na lógica do capital.

Nas considerações finais – capítulo 5 - destacamos os aspectos mais relevantes em uma síntese da pesquisa desenvolvida e seus processos elucidativos.

⁵ Sobre esse assunto, consultar obra de MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, tomo 1, São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

2 ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DO MUNDO DO TRABALHO: DA GÊNESE E REALIZAÇÃO DO SER SOCIAL À DESREALIZAÇÃO DO TRABALHADOR

Realizaremos neste capítulo algumas reflexões sobre a categoria trabalho à luz do pensamento de Marx. Dessa forma, esta seção faz uma abordagem mais específica e detalhada acerca da categoria trabalho e das relações sociais tecidas no âmbito da produção, considerando a atual configuração do mundo do trabalho na sociedade capitalista. No segundo momento, o capítulo traz uma análise sobre as questões relativas à reestruturação produtiva em curso na sociedade capitalista, desde o segundo pós-guerra, conhecido como período fordista/taylorista, até a chamada acumulação flexível. Neste segmento, desenvolvemos alguns pontos de debate em torno das dimensões e significados dessas mudanças, muitas delas ainda em curso, abordando suas consequências e desdobramentos para a classe trabalhadora.

2.1 Breves Considerações Sobre o Trabalho: Aspectos Positivos e Negativos da Produção da Existência Humana

O cenário de exploração e miséria em que está inscrita a história da maioria dos trabalhadores na sociedade impõe um exame mais detido dessa realidade, de forma a contribuir com o debate sobre a subordinação e a precarização em que se insere a classe trabalhadora, haja vista a perpetuação das desigualdades na sociabilidade do capital. Assim, o legado teórico de Marx torna-se crucial para se compreender o engendramento das contradições sociais, servindo também de fundamento para explicar o crescente fenômeno de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no mundo contemporâneo, fenômeno este que se acirra no capitalismo.

Corroborando as análises que consideram a forma de organização social em que vivemos como alicerçada na exploração do trabalho humano, destacamos aqui a categoria trabalho como ponto de partida para se pensar o desenrolar histórico da humanidade. Isto porque, como anota Marx, a história da humanidade passa

obrigatoriamente pela história do trabalho⁶. Assim, a fim de que possamos entender a natureza e a importância dessa categoria, faz-se necessário explicitar a relação entre o trabalhador e o fruto do seu trabalho, considerando as condições de realização deste na sociedade capitalista, levando em conta a noção de que tal fato não pode ser compreendido fora da esfera social que a produz.

Assim, na esteira da reflexão de Marx, e para melhor explicitar o modo de produção material da existência humana predominante na sociedade capitalista, aprofundaremos um pouco mais nas exposições do referido teórico em busca de melhor compreensão desse processo.

Em sua gênese, o trabalho é fonte de mediação entre o homem e a natureza, o que para Marx é “uma lei eterna do devir humano”⁷ e, como tal, não poderá ser visto como atividade que apenas transforma a natureza, mas como atividade orientada, realizada, com um fim específico a que se destina. Marx, portanto, apreende o trabalho como

Atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.⁸

Assim, concebido como atividade primordial, essencial ao desenvolvimento e interação dos indivíduos, é mediante o trabalho que o homem se exterioriza, fazendo de sua atividade vital um ato próprio de sua existência imediata. Outrossim, é um tipo de labor que se processa no intercâmbio do homem com a natureza.

Sendo o trabalho uma das invenções mais antigas da sociedade, constitui, pois, um dos principais instrumentos de socialização humana. Na acepção de Marx, em qualquer que seja a forma de organização social, é o trabalho uma condição natural da existência humana, traduzida na mediação entre o homem e a natureza. Dessa forma, o trabalho é condição *sine qua non* à produção material e reprodução social dos

⁶ MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 114.

⁷ TONET, Ivo. **Cidadania e Emancipação Humana**. RS: Ed. Ijuduí, p. 63.

⁸ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, tomo 1, São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983, p. 153.

indivíduos. Portanto, é específico do gênero humano o modo como vive, produz e reproduz a própria vida. Isto é o que lhe garante o caráter de ser genérico.

O trabalho surge, por conseguinte, como mediação entre o homem e a natureza, na qual aquele, por sua própria ação, transforma a natureza e, conseqüentemente, modifica a si próprio. Como atividade essencial, é entendida como meio capaz de satisfazer necessidades humanas para a manutenção de sua sobrevivência.

Assim, enquanto exerce uma atividade livre e consciente, o homem, por sua vez, cria a consciência de que é um ser social, o qual somente se constitui como ser universal e livre na medida em que é sujeito de uma atividade livre e consciente.

O labor humano, portanto, na qualidade de fundamento ontológico do ser social, diferencia-se do trabalho dos animais, por constituir atividade vital, eterna necessidade de existência humana. O que melhor explicita a mencionada distinção, todavia, conforme a apreensão de Marx, é o fato de o homem ser detentor de uma capacidade de transformar a natureza em algo que já havia determinado em sua consciência, tornando esse ato próprio do homem, de antecipar na consciência sua ação, uma atividade exclusiva de sua espécie.

Como acentua Marx, “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”.⁹ É certo que os animais também produzem, todavia, apenas o necessário para sua sobrevivência. Notadamente, o animal produz, mas apenas para si, enquanto o homem produz para todo o seu gênero.

É válido salientar que o homem, ao produzir o necessário para suprir suas necessidades, no ato próprio do trabalho, transforma sua atividade vital em produto de sua vontade e consciência. Assim, por intermédio da objetivação do seu labor, transmuda-o em coisa física, em objetos que serão produtos de sua atividade. Como salienta Marx, o produto de sua atividade “é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. Sua realização constitui simultaneamente a sua objetivação”¹⁰. Analisando essa objetivação do labor humano, percebemos que ele não poderia ser realizado sem a natureza, que é o meio pelo qual

⁹ Ibidem, p. 149.

¹⁰ Sobre esse assunto ver CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos **Manuscritos Econômicos Filosóficos** (1844) de Karl Marx. In: *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, v. 8, n. 16, jul./dez. 1994, p. 03.

essa atividade se exterioriza. O mundo sensível é a matéria pela qual essa atividade se objetiva, apropriando-se do mundo externo, mediante o seu trabalho. Nesse processo, o homem, usando dos meios de trabalho, efetua uma transformação do objeto de trabalho. Nessa compreensão, é uma atividade que produz valores de uso. Assim, “Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada as necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado”¹¹.

Nesse sentido, Marx considera o trabalho concreto, útil, produtor de valor de uso, essencial ao desenvolvimento de qualquer organização social. Ele considera esse tipo de labor uma atividade primordialmente humana, criadora e autorealizadora, compreendendo, assim, como uma atividade capaz de gerar e/ou atribuir valor a um objeto.

Corroborando o pensamento de Marx, quando este apreende o trabalho em sua gênese como responsável pela *realização do ser social*, em um processo no qual este reconhece como verdadeiro e único produtor do seu trabalho. Assim, o trabalho *concreto*, independentemente da forma social de produção, é criador de valores de uso. E este trabalho criador de valor é algo socialmente necessário (trabalho simples). O trabalho como forma que pertence exclusivamente ao homem é produto do labor humano, e assim é visto pelo homem como algo que não se realizaria sem a natureza, meio pelo qual a tarefa humana se realiza.

Com este entendimento, podemos assegurar que o produto do trabalho cria o mundo humano, concretizando uma realidade objetivada – o que conseqüentemente resultará na criação do mundo das coisas. Cabe destacar, porém, que o trabalho como categoria fundante do gênero humano representa não apenas o processo de interação homem/natureza, mas pressupõe a relação dos homens entre si.

Desta feita, a análise da relação entre o trabalhador e o fruto do seu trabalho impõe perceber as condições de realização deste. Na forma de organização social capitalista, o homem, pelo trabalho, se relaciona com os outros homens e com o produto de seu trabalho.

É oportuno destacar a ideia de que, com o advento da sociedade capitalista, a dinâmica da produção humana assume dimensão negativa expressa na produção de

¹¹ MARX, Karl. **O Capital**. Op. cit, p. 151

mercadorias. O caráter contraditório que o trabalho assume na sociedade capitalista é explicitado por Marx, quando demarca a noção de que “nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria.”¹²

Na forma de organização social onde predomina o capitalismo, quanto mais o trabalhador produz riquezas, menos ele possui, pois, nesse modelo de sociabilidade, como anota Marx, o trabalho assume dupla dimensão: a de trabalho concreto e abstrato.¹³ Na sociedade capitalista, esse duplo caráter do trabalho consiste em ser, ao mesmo tempo, uma necessidade natural do homem transformar a natureza para satisfazer suas necessidades (trabalho concreto), e uma atividade historicamente determinada que produz mercadorias (trabalho abstrato).

Assim, na forma de organização social engendrada pelo capitalismo, a mercadoria, fruto do trabalho humano coletivo, assume duplo aspecto consistente em um valor de uso e um de troca. O valor de uso a mercadoria atribuído decorre do caráter de sua utilidade. Já o de troca, que emerge com o advento da sociedade capitalista para que esta seja comercializada, assumirá esse caráter no ato da troca, quando alguém paga pela mercadoria o equivalente ao seu valor, sendo este determinado pela quantidade de trabalho abstrato despendido para sua realização, haja vista que no objeto produzido está impressa a objetivação do trabalho abstrato realizado pelo homem.

As considerações de Marx têm suporte, ainda, na investigação da mercadoria em seu estado próprio, individual, apreendendo a mercadoria como “um objeto externo, uma coisa”,¹⁴ capaz de satisfazer as necessidades humanas, sejam elas objeto do desejo, do espírito ou simplesmente necessidades físicas materiais. Em seus escritos, Marx nos esclarece sobre a condição de mercadoria assumida pelo homem e pelo trabalho dentro do modelo de sociedade que visa a sua estrutura nas bases da propriedade privada. E assevera que “a economia política analisa o trabalho abstratamente como uma coisa. O trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria o trabalho deve baixar cada vez mais de preço”.¹⁵

¹² MARX, Karl. **O Capital**. Op. cit, p. 53.

¹³ Sobre esse assunto, ver obra de MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Op. cit.

¹⁴ MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit, p. 45.

¹⁵ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit. p. 35.

Dessa forma, podemos perceber que as relações tecidas nessa conjuntura social são mediatizadas pelas mercadorias, na qual o próprio homem, consequentemente, se torna também mercadoria, e, como criador dessa riqueza, aparece, aos olhos da humanidade, apenas como um mero produtor de ilusões que não conseguiria sequer satisfazer-se em suas necessidades mais prementes.

Ao analisar o modo de produção da existência humana na sociabilidade do capital, Marx considera a mercadoria, antes de tudo, uma coisa útil ao homem, capaz de satisfazer as necessidades a que foi destinada. Esse produto, entretanto, somente poderá cumprir sua função se primeiro ela se realizar como valor de troca, ou seja, se a ela for determinado um valor que a torne capaz de ser comercializada, servindo assim para satisfazer as necessidades para a que foi produzida.

Nesse modo de produção, contudo, o homem somente é reconhecido como pura força de trabalho, em que o produto do seu labor já não lhe pertence, tornando-se estranho e alheio a ele. Não obstante, logo que o objeto é modificado pela mão humana, se torna mercadoria, ele se transforma, assume um caráter místico, que não provém de seu valor de uso, mas sim da forma *fetichizada* que obtém em determinado modo de relação social.

A apreensão de Marx sobre o *fetice* da mercadoria revela que, nas sociedades capitalistas, a produção de mercadorias assume o caráter enigmático. Nessa perspectiva, pode-se perceber, portanto, que a produção de mercadorias, fruto do trabalho humano, constitui um marco para a história do capitalismo, pois a riqueza desse modo de produção aparece a ele como um imenso acúmulo de mercadorias.

Assim, o caráter enigmático do produto do trabalho humano provém da forma de mercadoria que esta assume na sociedade capitalista, pois, à medida que determina a relação social entre os próprios homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Esse caráter impede os trabalhadores de se reconhecerem no produto de seu trabalho, causando estranhamento entre o criador e sua obra. Neste sentido, observa Marx,

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete as características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas, e por isso também reflete a relação social dos produtores com

o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.¹⁶

Desta feita, nessa forma de sociabilidade, o homem se defronta com o momento em que no ato próprio do seu trabalho se desrealiza, pois sua criação não lhe pertence nem poderá ser dele, já que, para adquiri-lo, ele deverá se esforçar ao máximo a fim de obter o fruto do seu trabalho, e esse esforço aparecerá numa relação inversa, - quanto mais produzir, menos possuirá e mais desrealizado ficará. Isto porque, ao passo que produz menos, consegue possuir os produtos por ele produzidos. Quanto mais o homem se apropria do mundo externo, por meio do seu trabalho, mais se priva e cessa sua subsistência física.

Quanto mais produz riquezas, mais subsidia a instituição do poder econômico, aprofundando as contradições inerentes ao próprio sistema. Destarte, esse *continuum* de acumulação e da consolidação de um monopólio econômico, na medida em que aumenta seu poder, é capaz de produzir consequências desastrosas e imensuráveis à sociedade.

Desse vínculo entre o trabalhador e o fruto do seu trabalho, nasce uma relação de dependência, no contexto do qual o trabalhador já não consegue se reconhecer fora de seu trabalho, e, por consequência, não conseguirá sentir-se livre ou realizado. Sob a forma de realização *fetichizada*, o trabalho se realiza em condições de estranhamento.

Portanto, o labor estranhado se apresenta como um trabalho alheio àquele que o produziu, ou seja, como algo estranho que não lhe pertence, e sim a outrem. Marx observa que o trabalhador, pelo trabalho, se apropria da natureza, e tal apropriação surge como alienação, ou seja, sua atividade pessoal surge como para outro e de outro, como sacrifício de vida, a produção do objeto como perda do objeto a favor de um poder estranho, de um homem estranho.

Desse modo, o trabalho dentro do modo de produção capitalista priva o homem de suas atividades criadoras, ou seja, do tornar-se humano, criando nele uma frustração e dependência dentro e fora do seu trabalho.

Em sua relação com a natureza, com o mundo externo sensível, o ser humano produz a própria existência, pois, na medida em que transforma a natureza, o homem

¹⁶ MARX, Karl. **O Capital**. Op. cit. p. 53.

modifica também a si mesmo. Por consequência, quanto mais o homem se apodera, pelo trabalho, do mundo exterior, da característica sensível, mais ele se priva dos meios de existência. Deste modo, o objeto com que se relaciona o habilita a existir, inicialmente como trabalhador e, em seguida, como sujeito físico.

O trabalho para Marx dentro do sistema industrial capitalista, inevitavelmente, conduz à alienação. E o que outrora era entendido como um meio de realização e satisfação agora era é visto como forma de aprisionamento e submissão. No entender de Marx, o trabalho na sociedade capitalista,

Quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito o servo da natureza se torna o trabalhador.¹⁷

Dessa forma, é fato que, quanto mais o trabalhador produzir, mais se distanciará de sua obra, e quanto mais poderoso se torna o mundo das coisas, mundo criado por ele mesmo, mais se esgota em si mesmo; quanto mais produtos cria, mais pobre fica e menos pertence a si mesmo. Esse fenômeno acontece, obrigatoriamente, em razão do modo de o homem se relacionar com o produto por ele produzido, uma forma alheia e estranhada, onde o homem é um mero espectador de sua obra.

Ao se fazer a análise da relação entre *trabalho estranhado e propriedade privada* na sociedade capitalista, Marx assinala, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a condição de exploração a que se submete a classe trabalhadora sob o jugo do capital, com origem nos próprios pressupostos da economia nacional. Portanto, convém ressaltar que a condição de explorado experimentada pelo trabalhador no momento da produção material da existência ocorre no mundo em que o homem objetiva seu trabalho ante um *estranhamento* revelado por Marx: “a apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.”¹⁸

¹⁷ Ibidem, p. 82

¹⁸ Ibidem, p. 81.

Com efeito, o antagonismo está no fato de que o homem só se sente livre e ativo nas suas funções animais, como comer, beber e procriar, ou na habitação, adorno, entre outros, enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal.

Assim, ao fazer a crítica à propriedade privada, Marx leva em consideração os próprios princípios da Economia Política e assinala, com base nesses pressupostos, que o trabalho humano nesse modelo de sociedade,

Não produz apenas mercadorias; ele produz-se a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. Sendo assim, podemos concluir que este se iguala à condição de mercadoria, fato que decorre de uma condição de estranhamento frente ao processo de objetivação humana que não lhe permite se reconhecer como sujeito desse processo e muito menos usufruir o fruto de seu trabalho.¹⁹

A relação de trabalho no sistema capitalista situa o homem em condição de igualdade ao produto por ele produzido e constata seu estado de submissão aos próprios meios de produção, deixando aparente essa relação inversa entre o trabalhador e o fruto do trabalho, pois, quanto mais ele produz, menores são suas chances de se libertar desse sistema, que obrigatoriamente decompõe a sociedade em duas classes distintas: *proprietários e trabalhadores sem propriedade*.

O trabalho, assevera Marx, “produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador.”²⁰ Então, o trabalho se torna uma atividade forçada que não realiza o homem nem mesmo em suas necessidades primárias de subsistência, pois, quanto mais produz, menos consegue possuir.

Nesse sentido, o trabalho na circunstância de gerador de riqueza para os donos dos meios de produção, em determinadas condições sociais, se constitui como “miséria” para os trabalhadores. O modelo capitalista de produção, no tocante às relações de trabalho, fundamenta-se numa pretensa ideia de igualdade entre os homens e de trabalho livre, no entanto, os trabalhadores vendem a sua força de trabalho aos capitalistas em

¹⁹ MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Op. cit. p. 80.

²⁰ *Ibidem*, p. 82.

troca de um “salário determinado pelo confronto hostil entre o capitalista e o trabalhador”²¹.

Numa sociedade regida pelo lucro e pela riqueza, o trabalhador se sujeita às exigências do capitalismo, pois, nessas condições, além de lutar pelos meios físicos de subsistência, ele deve ainda lutar para alcançar um meio de se manter por meio de seu trabalho, ou seja, pela possibilidade e pelos meios de realizar sua atividade.

Portanto, nessa forma de organização social em que o trabalhador sustenta a si e a sua família por meio do salário obtido com a venda de sua força de trabalho, a existência desse trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. Ao contrário do que se poderia pensar, o salário constitui ponto desfavorável para o trabalhador, pois, de acordo com Marx, “os preços de trabalhos das diferentes espécies de trabalhos são muito mais diversos do que os ganhos dos diferentes ramos nos quais o capital se aplica.”²² E mesmo nos casos em que se considere a possibilidade do aumento da riqueza, o que se pode concluir, como ocorrência favorável para o trabalhador, é que, se a riqueza aumenta, a elevação dos salários leva ao excedente de trabalho entre os trabalhadores.

Dessa maneira, quanto mais estes pretendem ganhar, mais têm de abrir mão de sua liberdade que se encontra totalmente alienada ao tempo de realizar o trabalho. Desta feita, a competitividade pelo emprego, em uma sociedade que alcançou elevado nível de produção de riqueza, onde predominam as relações de troca e se privilegia a acumulação de capital, torna-se evidente que os indivíduos ficam cada vez mais sujeitos aos caprichos da classe dominante.

Assim, o trabalho, que em sentido ontológico conduziu a realização do trabalhador, no sistema capitalista, torna-se meio de aprisionamento humano. O atual estado de submissão em que se encontram os trabalhadores em meio ao processo de produção material, como meio de sobrevivência na sociedade capitalista, é fruto das contradições apresentadas pelo próprio sistema. O trabalho sob o signo da subordinação e da exploração torna-se uma atividade que desumaniza e degrada o homem, assumindo a dimensão da desrealização, uma espécie de prisão e tortura.

²¹ MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit. p. 23.

²² *Ibidem*, p. 25.

Cabe considerar, portanto, a condição de estranhamento evidente nesse modelo social, que se ergue sob a égide do capital, e que se exacerba à medida que aumentam a produção e a acumulação de capital. Nesse sentido, a condição social dos trabalhadores torna-se inversamente proporcional à do capitalista, acarretando, conseqüentemente, a divisão da sociedade em duas classes opostas.

Desta feita, tal problemática traz a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as implicações deste processo no contexto da luta de classe dos trabalhadores.

2.2 Discussão Acerca das Transformações do Mundo do Trabalho: do Fordismo à Acumulação Flexível

Este ponto discute, de forma breve, as transformações do mundo do trabalho na sociedade capitalista e as conseqüências dessas mudanças para a classe trabalhadora, tendo em vista as transformações operadas na base de produção material e a vigência do chamado modelo de acumulação flexível expresso na atual fase de acumulação capitalista. Desta feita, torna-se imprescindível expor em linhas mais gerais uma análise sobre o panorama da atual configuração do mundo do trabalho, evidenciando algumas contradições inerentes ao processo de produção e acumulação capitalista.

Não pretendemos aqui, é claro, esgotar essa questão, haja vista a complexidade da temática, mas indicar alguns elementos que possam contribuir para a discussão do problema. Nesse sentido, expomos em linhas gerais algumas características da reestruturação produtiva, observada no início do século XX, que implementa uma nova forma de operar e pensar os processos de trabalho, bem como a maneira como estes se consolidam ao longo do século.

O período de expansão do pós segunda guerra que se estendeu de 1945 a 1973, como assinala Harvey, pode ser chamado de fordista-keynesiano²³. Quando Henry Ford²⁴, em 1914, introduziu o dia de oito horas para os trabalhadores da linha

²³ HARVEY, David: **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loiola. 1992, p. 119.

²⁴ Henry Ford (1863-1947) é considerado o pioneiro da indústria automobilística americana. Ford, imbuído do propósito de reduzir os custos da produção, idealizou o modelo de produção em massa, aparelhado com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade dos operários. Propunha ainda um trabalho altamente especializado, com cada operário realizando uma tarefa, com boa

automática de montagem de carros de sua empresa, iniciava-se o tão conhecido modelo fordista de produção. Esse sistema pode ser caracterizado por introduzir uma série de inovações que vão desde as tecnológicas, com fortes mudanças na forma de produzir, até as de níveis organizacionais, expressas na implementação de princípios da administração científica de F. W. Taylor²⁵.

Destacamos o taylorismo/fordismo como uma forma importante por intermédio da qual a indústria e os processos de trabalho se consolidaram ao longo do século, cujos elementos essenciais foram fornecidos pela produção em massa e por meio do controle rígido do tempo e do estudo do movimento dos trabalhadores. É válido considerar que, para Harvey, as incorporações de tais procedimentos se configuram e têm “como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações do poder político-econômico” que se estenderam por um longo período²⁶.

Em geral, essas inovações representavam implementações de um conjunto de mudanças maiores em curso no mundo todo. Os princípios da Administração científica, de Taylor, descreviam novas formas de operar os processos de trabalho difundidas em muitas indústrias naquele período, fato este que configurou um novo modelo de produção a ser implementado no início do século XX. Segundo Harvey, o que Ford idealizou foi apenas

Racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho já existente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade.²⁷

Dentre os princípios da chamada *Administração Científica* de Taylor, podemos destacar a ideia de que a produtividade poderia aumentar por meio da decomposição de cada processo de trabalho e da fragmentação das tarefas. Em muitos

remuneração e jornada de trabalho de oito horas. In: GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

²⁵ Frederick W. Taylor, com base em observações diretas feitas com operários em oficinas, contribuiu com seus experimentos para proporcionar fundamentação científica às atividades administrativas. O pensamento de Taylor remontava às obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage. A obra *Os Princípios da Administração Científica, de sua autoria*, constituía um importante tratado que orientava sobre mudanças no processo de produção publicados em 1911. (HARVEY, 1992) Todavia, no entender de Gil, (2001) o taylorismo foi um movimento que pretendia algo mais; ele envolvia uma “verdadeira revolução mental” por parte dos trabalhadores que, em vez de lutarem pela repartição do produto do trabalho, deveriam envidar esforços para aumentar os lucros. HARVEY, David: **A condição Pós-moderna**. Op. Cit.

²⁶ HARVEY, David: **A condição Pós-moderna**. Op. Cit, p. 119.

²⁷ Ibidem, p. 121.

aspectos, essas inovações tecnológicas e de organização do trabalho se traduziram numa extensão de tendências anteriormente estabelecidas. Os princípios explicitados por Taylor no tratado publicado em 1911, no qual descrevia novas formas de operar os processos de trabalho, representou novo modelo de produção implementado naquele período. Tais mudanças se traduziam em algumas das principais características que serviam para criar e consolidar um novo papel ao trabalhador, o que Antunes caracteriza de “coletivo de massa”.²⁸

Cabe considerar a noção de que esse período instaurou um novo modo de produção a ser inicialmente administrado, em restrito à esfera fabril e tecnológica, mas que posteriormente se implantou como um paradigma a ser seguido no mundo todo. Essa nova forma de organização do trabalho teve como principal objetivo diminuir o tempo e otimizar e aperfeiçoar a produção, atendendo assim as demandas do sistema capitalista. Esse novo modelo, além de instituir novas práticas e tendências, capazes de reorganizar a esfera trabalhista, estendeu seu alcance, repercutindo, inclusive, no modo de vida dos trabalhadores. Como assevera Harvey

O que havia de especial em Ford era que (e que em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a reprodução de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.²⁹

Cabe considerar que esse novo modelo, além de instituir novas práticas e tendências capazes de reorganizar a esfera trabalhista, estendeu seu alcance, repercutindo, inclusive, no modo de vida dos trabalhadores. Segundo Harvey, a incorporação desse processo contínuo e de velocidade sem precedentes teve como consequência o surgimento de outro tipo de trabalhador. Referido autor considera, portanto, que as novas formas de trabalho incorporadas “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”.³⁰ É oportuno destacar que a incorporação de tais práticas tinha também o propósito de “obrigar” os trabalhadores a um regime rígido de trabalho que desencadearia ganhos na produção, aumentando assim

²⁸ ANTUNES, Ricardo. L. C.: **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 1995, p. 20.

²⁹ HARVEY, David: **A condição Pós-moderna**. Op. Cit. p. 121.

³⁰ Ibidem, p. 121.

o poder aquisitivo dos trabalhadores. Tal fato, por sua vez, repercutiria no consumo dos produtos industrializados em grande escala.

Outro fator relevante a ser considerado situa-se na resistência expressa por parte dos trabalhadores em incorporar tais práticas, bem como nas divergências ideológicas e intelectuais que fizeram parte do contexto de implementação desse sistema, considerando que a efervescência social e as especificidades dos conflitos de classe naquele período. Dessa forma, Harvey considera dois elementos essenciais para o impedimento por completo das práticas fordistas,

Ao que parece, dois principais impedimentos a disseminação do fordismo nos anos entre guerras. Para começar, o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício a fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho, puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo [...] a segunda barreira importante a ser enfrentada estava nos modos e mecanismos de intervenção estatal.³¹

Outro elemento que merece destaque diz respeito também à rotinização das tarefas, pois, além de exigir poucas habilidades manuais, os trabalhadores eram obrigados à execução de tarefas monótonas e repetitivas que inviabilizavam sua participação na elaboração total do projeto, ou seja, o trabalhador seria responsável apenas por uma pequena parcela da produção, já que o conhecimento mais amplo se restringia exclusivamente aos engenheiros e administradores.

Um aspecto a ser enfatizado no período da disseminação de práticas fordistas era a alta rotatividade da força de trabalho, que se constituiu em empecilho a sua implantação. Aliado a isso, Harvey também considera mais dois elementos como entraves para que esse modelo permanecesse viável.³² O primeiro trata da necessidade de se manter um mercado estável e de garantir um controle sobre o emprego da força de trabalho, gerando, assim, um valor a mais na produção e lucros que garantissem a manutenção do sistema. E o segundo centra-se no fato de não ser possível aos homens e às mulheres desenvolverem seus trabalhos dentro de uma lógica em que os frutos e rendimentos do trabalho são apropriados apenas pelos capitalistas.

³¹ Ibidem, p. 123.

³² Ibidem, Ibidem.

Esse contexto foi propício para a disseminação das ideias de outros estudiosos, como Fayol, que davam ênfase às estruturas organizacionais e seguiam um parâmetro de ordenação hierárquica do fluxo de autoridade e informação. Elas foram imprescindíveis para ajustar os caminhos à reprodução do sistema capitalista naquele período de crise. É válido considerar que, para Harvey, esse sistema se caracterizou por instituir uma série de mudanças que vão desde as inovações tecnológicas, como também em níveis organizacionais. Nesse sentido, percebemos que a absorção da massa de operários acabou traduzindo-se em principal instrumento de operação e manutenção desse sistema e que disso dependia o sucesso de tal empreitada.

Essa época ficou conhecida como o “período de ouro³³” do capitalismo, haja vista que os países capitalistas viveram um momento de crescimento econômico e uma elevação nos padrões de vida e expansão do capitalismo. O país passou a viver um dos períodos de estabilidade econômica aliada à política de pleno emprego caracterizado como *Estado de bem estar social*³⁴ que havia se instaurado nos países de capitalismo avançado.

Dessa forma, muitos foram os incentivos dispensados aos trabalhadores para que estes incorporassem em suas atitudes, como uma melhor remuneração aos trabalhadores vinculada à produção, implementação de novas práticas de trabalho que atendessem as demandas do mercado, dentre outros aspectos. Outrossim, foram observados investimentos em treinamentos e qualificações, como também em outras estratégias que facilitassem a cooperação dos funcionários para o desempenho de suas funções.

Vale salientar a importância de se perceber a dimensão do alcance dessas transformações, visto que elas não se restringiram apenas à esfera da produção, mas, também, provocaram mudanças no modo de vida das pessoas e em toda a sociedade. Para Harvey,

³³ Fase que se estendeu de 1945 a 1973 e foi responsável por longo período de crescimento econômico com baixo índice de desemprego nos países do capitalismo central.

³⁴ O esforço de empreender mudanças se traduzia em um conjunto de políticas que defendiam a intervenção estatal com o intuito de barrar a onda de desemprego que se estabelecia. Entre as ideias, estava o aumento da parcela de contribuição do Estado John Maynard Keynes (1883-1946), considerado um dos mais célebres economistas da primeira metade do século XX. Seus estudos sobre emprego e o ciclo econômico e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre Estado e a economia de um país. Período caracterizado pela predominância de um conjunto de medidas políticas e econômicas que favoreceram a um Estado de expansão econômica. Sobre esse assunto, ver obra: HARVEY, David. In: **A condição Pós-moderna**. Op. Cit.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.³⁵

É oportuno enfatizar que o período compreendido entre 1965 e 1973 começava a revelar uma incapacidade do fordismo e do keynesianismo em superar as contradições inerentes ao próprio sistema. O fato é que os benefícios estatais não se estendiam a todos os trabalhadores, gerando um crescente quadro de insatisfação por parte dos excluídos.³⁶

Mesmo o Estado sendo obrigado a garantir salários sociais e engajar-se em políticas redistributivas ou ações que combatessem o empobrecimento, os fracassos nesse campo foram visíveis. Inicia-se, portanto, uma crise sem precedentes, designada de crise de superprodução, conduzindo o capitalismo a um período recessivo. Desta feita, a crise fiscal e de legitimação que se instaurava conduzia as forças do capital a racionalizar, reestruturar e intensificar o controle do trabalho.

Os sinais de esgotamento desse modelo eram visíveis e, no entender Harvey, poderiam ser traduzidos em uma palavra: rigidez.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor ‘monopolista’).³⁷

No entender de Antunes, “a denominada crise do fordista e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *Crise Estrutural do capital*”.³⁸ O cenário que se

³⁵ Ibidem, p.129.

³⁶ Ibidem, p.132

³⁷ Ibidem, p. 135.

³⁸ ANTUNES, Ricardo. L. C.: *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 31,

expressava decorria de uma queda expressiva das taxas de lucro e de outros elementos inerentes ao processo que se desencadeava. No entender de Antunes,

Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento auto-sustentado, exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural.³⁹

É necessário, entretanto, compreender essas “novas” mudanças como outro momento de reorganização mundial e tendências de mercado, no qual se intensificam as transformações no processo produtivo por meio do avanço tecnológico, da constituição de formas de produção alternativas ao fordismo/taylorismo, a exemplo do toyotismo.⁴⁰ A crise do período de recessão de 1973 fez surgir, por seu turno, um novo modo de trabalho, denominado de “Acumulação Flexível”. Esse modelo difere dos demais, principalmente por transferir para terceiros grande parte do que é produzido, fazendo emergir um processo de terceirização dos serviços que ocasionou a dissolução de grande parte dos vínculos empregatícios e um contexto de precarização do trabalho de modo mais abrangente, que, no entender de Harvey, se configura

Na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento e serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’⁴¹.

Consideramos que as mudanças observadas no mundo do trabalho se exprimiram como novas formas de domínio do capital sobre o trabalhador, ao passo que instauravam novas medidas que visavam a atender as demandas do mercado e os preceitos de um regime de produção enxuto que garantisse um melhor aproveitamento do tempo de produção, assegurado por técnicas apreendidas do sistema toyotista de

³⁹ Ibidem, p. 27.

⁴⁰ Expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. Sobre esse assunto, ver obra: OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

⁴¹ HARVEY, David: *A condição Pós-moderna*. Op. Cit, p. 140.

produção que adotavam o *jus in time* e o *kambam*⁴². Tais elementos caracterizam esse novo modo de trabalho, conhecido como toyotismo.

Para Harvey, o regime então denominado de “Acumulação Flexível” foi um cenário propício para que o sistema capitalista viabilizasse as condições necessárias para “acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução”.⁴³ Por certo, ele configurava um panorama de precarização do trabalho e maior precariedade nas condições existenciais de vida dos trabalhadores.

Em suma, evidencia-se o fato de que muitos aspectos das transformações decorrentes desse processo trouxeram consequências imensuráveis, modificando radicalmente não apenas a esfera da produção, mas também a vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Podemos destacar que muitas das medidas sugeridas e implementadas pelos mentores intelectuais do capitalismo, como, por exemplo, a flexibilização e o reordenamento do espaço produtivo, divulgadas como necessárias ao enfrentamento da referida crise, não são nada mais do que um conjunto de supostas saídas que jamais contribuirão para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas que se traduzem em novas estratégias de acumulação capitalista.

2.3 Crise do Capital e Precarização do Trabalho: Consequências para a Classe Trabalhadora no Cenário Mundial e no Contexto Brasileiro

As concepções discutidas no tópico anterior sobre o panorama de mudanças na produção auxiliam a compreensão do contexto de crise e precarização no qual se insere a classe trabalhadora na sociedade atual. Dessa forma, destacamos nesta seção alguns elementos referentes a esse contexto e as implicações para os trabalhadores e trabalhadoras.

É fato que a sociedade atual vivencia um cenário de mudanças na esfera produtiva, inovações tecnológicas crescentes, significativos avanços no campo da ciência e na produção de riqueza material. Contrariamente a essa realidade, todavia, o

⁴² O kanbam é uma ferramenta utilizada na Acumulação Flexível como método de transmissão de informações que impede a superprodução, de forma pra atingir o just-in-time, ou seja, a produção no tempo certo. Sobre esse assunto ver obra: OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. Op. cit.

⁴³ HARVEY, David: **A condição pós-moderna**. Op. Cit. p.124.

que se expressa é a exacerbação da miséria humana e uma crise sem precedentes na história da humanidade, desencadeando uma problemática social complexa. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, na América Latina e Caribe, cinquenta e um milhões de pessoas sofrem com a fome. No mundo todo já são 925 milhões de famintos.⁴⁴

Como mais uma decorrência da crise, se expressa a ascensão do desemprego, que afeta até mesmo os países capitalistas mais desenvolvidos que tentam freá-la por meio de medidas que representam instrumentos de contenção da crise. Para Antunes, a crise do atual modelo de sociabilidade vive um ciclo prolongado, que se arrasta desde o início dos anos 1970, produzindo uma massa monumental de sobrantes que vivenciam constantemente a realidade de precarização nas relações de trabalho.⁴⁵

É nesse contexto de crise mundial que se insere o mundo da produção, no qual se verifica um cenário de destituição dos direitos trabalhistas, aumento da precarização das condições laborais e crescente informalidade do trabalho, refletidas como mais uma forma de manutenção da ordem vigente. Segundo Relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre as “Tendências Mundiais do Emprego”⁴⁶, o número de desempregados, trabalhadores pobres e de empregos vulneráveis aumentará consideravelmente e poderá produzir um aumento considerável no número de pessoas desempregados.

O relatório assinala ainda que, caso essa situação continue, o desemprego no mundo poderá aumentar ainda mais. Em 2009, este índice poderá chegar atingir 230 (trinta) milhões de trabalhadores⁴⁷. Em fevereiro de 2009, a taxa de desocupação estimada pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi de 8,5% para o conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas, não apresentando variação estatisticamente significativa nem em relação a janeiro (8,2%), nem no confronto com fevereiro do ano passado (8,7%).⁴⁸ Essa expressiva oscilação da taxa de desemprego pode ser observada se analisarmos quadro a seguir.

⁴⁴ Jornal O Povo, 30 de novembro de 2008.

⁴⁵ ANTUNES, Ricardo. L. C. Artigo *Trabalho de Luto*: São Paulo. In: Folha de São Paulo, 2009, p. 01.

⁴⁶ Sobre esse assunto, consultar relatório sobre Tendências Mundiais do Emprego: http://www.oitbrasil.org.br/get_2009.php.

⁴⁷ Ibidem, p. 01.

⁴⁸ Sobre esse assunto, consultar Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE do mês de janeiro de 2009. In: www.ibge.ce.gov.br.

Tabela 1 – Taxa de desocupação por região metropolitana

Taxa de desocupação por região metropolitana (%)							
Mês/Ano	Total	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	P Alegre
fev/03	11,6	12,1	15,0	10,1	8,6	13,6	8,6
fev/04	12,0	12,7	17,1	11,9	8,6	13,6	8,5
fev/05	10,7	13,2	15,6	9,9	8,4	11,5	7,1
fev/06	10,1	15,9	13,6	9,1	7,9	10,5	7,5
fev/07	9,9	12,3	13,6	9,3	7,5	10,6	8,3
fev/08	8,7	11,0	12,2	7,7	7,0	9,3	6,4
jan09	8,2	8,6	11,2	6,4	6,6	9,4	5,6
fev/09	8,5	9,1	11,0	6,8	6,4	10,0	6,0

Fonte: IBGE

Para Pochman, a expansão dessas formas de inserção da População Economicamente Ativa - PEA no mercado de trabalho expressa bem o contexto de precarização das modalidades atuais de contratação da força de trabalho e se configura como mais uma forma de contratação moderna do mercado.⁴⁹ Com efeito, a forma como se desenha o panorama de crise no Brasil revela uma realidade brutal e desigualdades sociais crescentes. Conforme assinala Antunes, ainda é comum no país o fato de termos “Crianças, negros, índios, homens e mulheres trabalhando no fio da navalha”.⁵⁰ Isto porque muitos dos países da América Latina estão imersos no estancamento e na recessão.

No caso específico do Brasil, o quadro expresso representa a mais grave crise de desemprego que o País já vivenciou. Segundo Pochmann, “nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos de 1981 - 1983 e de 1990 – 1992 foram capazes de gerar tão expressivo quantitativo de desempregados”⁵¹. Como assevera referido autor, o movimento de desestruturação do mercado decorre de três fatores, a saber: o primeiro diz respeito à presença do desemprego em praticamente todas as esferas sociais. O segundo reside na diminuição dos postos de trabalho que acaba por gerar também uma redução significativa do emprego assalariado. E o terceiro se traduz na redução dos postos de trabalho de melhor qualidade.

⁴⁹ POCHMAN, Márcio. Desempregados do Brasil In: ANTUNES, Ricardo. L. C.: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. O p. Cit. p. 61.

⁵⁰ ANTUNES, Ricardo. L. C.: **Trabalho de Luto**: São Paulo In: Folha de São Paulo, 2009.

⁵¹ POCHMAN, Márcio. Desempregados do Brasil In: ANTUNES, Ricardo. L. C.: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Op. Cit. p. 60.

Ainda segundo Pochmann o fenômeno do desemprego no Brasil situa o país, durante o ano 2002, no *ranking* mundial do desemprego, fazendo que ocupasse a quarta posição, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia,⁵² configurando um universo de milhões de desempregados.

Na compreensão de Antunes, o cenário que se apresenta redesenha o mundo do trabalho. O índice de desemprego na década de 1980 era relativamente baixo no Brasil, embora, como assevera referido autor, tal realidade não representasse mudança substancial na estrutura ocupacional do país, pois o quadro que se exibiu a partir do ano de 1990 era o de perda de empregos assalariados, em ocupações sem remuneração fixa, autônomos, trabalho independente, entre outras ocupações com baixa produtividade e condições muito precárias de realização.⁵³

Conforme pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT sobre desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF⁵⁴, a taxa de desemprego se manteve relativamente alta no período de agosto de 2007 a março de 2008. No mês de março de 2008, esse índice atingiu cerca de 12,44% do PEA, perfazendo uma estimativa de 177.631 mil desempregados, representando um percentual de 14,8% de trabalhadores em comparação com o mês anterior.

Essa crescente elevação, de acordo com a pesquisa, decorre de uma redução de mais de 26,8 mil postos de trabalhos nos meses de fevereiro de 2008 e março de 2008, fato que influenciou na eliminação, inclusive nos empregos informais e sem registro em carteira e até mesmo os de caráter autônomo, por exemplo. Ainda segundo essa pesquisa a elevação do desemprego, aliada à redução do nível ocupacional, atinge os mais variados segmentos da força de trabalho, deixando de afetar apenas grupos específicos, passando a ser um fenômeno bem mais amplo, que abrange as mais variadas esferas sociais. Essa problemática se amplia no mercado atual de trabalho e aumenta consideravelmente na contemporaneidade como uma das muitas formas de manifestação dessa dinâmica.

⁵² POCMAN, Márcio. Entrevista In: <http://www.fao.org/default.htm>.

⁵³ Sobre esse assunto, ver obra ANTUNES, Ricardo. L. C.: **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Op. Cit.

⁵⁴ Atualmente a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF compreende os seguintes municípios Fortaleza, Caucaia Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama e Casacavel. http://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_de_Fortaleza#cite_not-IDR_RM-2, acesso em 14/08/09.

Como examinamos ao longo deste estudo, a condição de existência e reprodução da classe trabalhadora tem como pressuposto a lógica do sistema capitalista, fundamentada na venda e exploração da força de trabalho humano. O capitalismo, como uma forma de organização social que se fundamenta na exploração do trabalho humano com o intuito de extrair lucro ou mais-valia, vivencia um momento de profundas mudanças que se configuram para Mészáros como uma *crise estrutural*⁵⁵ que ocasiona transformações significativas nos espaços sociais: produtivo, econômico, político e cultural, dentre outros⁵⁶.

Em suma, o neoliberalismo⁵⁷ tem traçado políticas econômicas cada vez mais devastadoras no campo social e trabalhista, difundindo uma cultura de superioridade de mercado, do individualismo, da desregulamentação estatal e, principalmente, da transferência do Poder Público para o poder privado, mediante o que ele mesmo conceitua como descentralização do público para o setor privado. Esse contexto de exploração do trabalho é fortemente revelado quando constatamos um universo de homens e mulheres que, para sobreviver, se submetem às piores condições de realização das atividades laborais, tornando-se reféns de um modelo de produção social cada vez mais excludente.

Outrossim é objetivo deste estudo investigar os impactos da crise e precarização do mundo do trabalho para o contingente feminino dos trabalhadores. Desta feita, no tópico subsequente abordaremos sob quais condições especificamente o problema da inserção feminina no mercado de trabalho: de que forma e sob quais condições ela ocorre.

Nessa perspectiva, torna-se relevante pensar de maneira mais detida sobre gênero e trabalho, enfatizando as condições precárias em que se efetiva e se configura

⁵⁵ O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Sobre este assunto, ver obra: MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ O neoliberalismo teve origem logo após a II Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, regiões onde prevalecia o capitalismo e foi uma política praticada contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Esse foi um período em que se ampliou a competitividade intercapitalista entre os mercados mundiais e nacionais, e que modificou as relações entre o Estado e a sociedade civil, de acordo com parâmetros estabelecidos pelos organismos internacionais, a partir do “Consenso de Washington”. Sobre este assunto ver obra: ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo – As Políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo. Paz e Terra, 1995.

esse trabalho na sociedade capitalista, como um elemento importante na compreensão dos diversos matizes da exploração dos trabalhadores na contemporaneidade.

Vale ressaltar que tal recorte investigativo não constitui uma compreensão reducionista da luta mais ampla dos trabalhadores. Ao contrário, essa análise pretende contribuir com o debate acerca dessa problemática, em um momento de fragmentação da classe trabalhadora e de esfacelamento das lutas nesse campo e em outros âmbitos sociais, como podemos perceber nos movimentos mais recentes das minorias sociais que lutam por igualdade de direitos e justiça social.

Em linhas gerais, pode-se considerar que as contradições inerentes à inserção da mulher no mercado e suas atuais condições de trabalho precário requerem uma análise da totalidade do real no atual modelo sócio-político e econômico. Assim, é necessário historiar concisamente o percurso da inserção feminina no mundo do trabalho, descortinando o panorama sociopolítico e econômico no qual se inserem as lutas femininas em nossa sociedade, notadamente no âmbito produtivo, buscando desvelar as contradições dessa realidade.

3 A TRAJETÓRIA DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: UM ENFOQUE HISTÓRICO

Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável. (...) Enquanto as mulheres não hajam obtido a igualdade perante os homens, não só nominal, mas efetiva.

(Max, Engels e Lênin)

Refletir sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea requer uma breve retrospectiva histórica das sociedades, para uma melhor apreensão sobre o complexo e contraditório percurso que conduziu a humanidade à predominância de uma cultura de discriminação e dominação da mulher, sediada na subjugação social do feminino. Assim, se faz mister conhecer como esta vivia nas sociedades primitivas, sua função social, buscando a relação do passado com o presente, suas rupturas, transformações e permanências. Para tanto, torna-se necessário, ainda para esta seção, investigar a inserção feminina no mundo trabalho, como também revelar a construção social e histórica da luta feminina em busca da igualdade de direitos.

Nessa perspectiva, as contribuições de Marx e Engels⁵⁸ são relevantes para se pensar a história da mulher, notadamente na transição para o patriarcado no tocante às mudanças sociais ocorridas com o advento da sociedade patriarcal e às implicações do desenrolar histórico para o segmento feminino na sociedade atual.

2.1 Como Tudo Começou

Destacamos o fato de que os diferentes papéis sociais construídos historicamente, atribuídos ao homem e à mulher na sociedade, promoveram uma desigualdade sem precedentes ao segmento feminino, sob a influência de questões culturais, biológicas, políticas e econômicas, dentre outros aspectos estabelecidos na sociedade. Tal desigualdade, porém, é justificada, na maioria das vezes, por argumentos

⁵⁸ Sobre este assunto, ver obra: ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira S/A – 1987.

que durante muito tempo vigoraram e que ainda resistem, atribuindo ao gênero feminino uma espécie de inferiorização caracterizada como condição natural.

Essa realidade é alicerçada em um suposto determinismo biológico imputado à mulher, consolidando uma condição de submissão historicamente construída. Dessa forma, esta foi, na maioria das sociedades, relegada a funções domésticas e excluída da vida pública, permanecendo em situação social de dependência e subordinação ao sexo masculino. Nesse sentido, compreender o desenrolar desse processo requer abordar os estudos que remontam a um estágio de possível existência de sociedades matriarcais, como apreendem Marx e Engels,⁵⁹ e as transformações históricas que conduziram a instituição de uma cultura patriarcal.

Assim, salientamos que as descobertas antropológicas do século XIX, principalmente as de Lewis Morgan, nos Estados Unidos e as de Edward Taylor, na Inglaterra,⁶⁰ revelam que em um estágio mais primitivo da humanidade a mulher exercia relativa importância social, chegando até a desempenhar funções de comando ou possivelmente viver em uma condição de igualdade em relação aos homens. Esses estudos, principalmente, os de Morgan, foram criticados e não tiveram muita repercussão social.

Para Toledo⁶¹, deve-se a Engels e a Marx o retorno à tese da existência da sociedade matriarcal abordada nas exposições teóricas da obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicada em 1884. Nesse escrito, Engels considera a ideia de que nas sociedades primitivas a humanidade teria passado por um estágio de promiscuidade sexual para então chegar ao casamento grupal e depois ao matriarcado⁶².

Os primeiros escritos de Engels e Marx⁶³ já tentavam demolir a ideia de que a situação social feminina teria um fundamento natural. Referida tese se contrapunha à naturalização desse processo, por considerá-lo um fenômeno histórico e social cujo fator preponderante era o econômico. Tais estudos enfatizaram as descobertas de Morgan

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Citados por, TOLEDO, Cecília. In: **Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005, p. 25

⁶¹ Ibidem, p. 38.

⁶² Como nas sociedades primitivas, o costume era o de casar-se com pessoas de sua tribo ou clã (endogamia), na qual ainda se privilegiava o casamento em grupos, não se podia determinar de certeza quem seria o pai da criança, portanto, a descendência seguia uma linhagem matrilinear (de mãe a mãe), pois somente se reconhecia a filiação feminina.

⁶³ Sobre esse assunto, ver obra de ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Op. Cit.

sobre as sociedades primitivas, que atribuíam um papel preponderante à mulher em um estágio mais primitivo da sociedade, salientando que posteriormente este havia sido revertido, ao se instituir o direito paterno e a instituição da propriedade privada.

Com amparo em tais suposições, consideramos oportuno fazer inferência a existência de estudos diversos⁶⁴ que abordam a organização familiar de fases mais primitivas da humanidade e as formas diferenciadas de participação de homens e mulheres na produção da vida. Para Toledo, não há como se comprovar a existência das sociedades matriarcais. No entanto, os estudos de Saffioti, no entanto, consideram a possibilidade de que, nas sociedades de caça e coleta, a mulher exercia relativa importância social. Conforme assinala Saffioti, nesse tipo de sociedade, “a mulher costumavam prover mais de 60% dos alimentos na atividade cotidiana de coleta”⁶⁵, contribuindo significativamente para o sustento do grupo.

Marx e Engels,⁶⁶ destacam as implicações decorrentes do acúmulo de riquezas para a organização familiar, com suporte na condição social impulsionada pelo desenvolvimento de técnicas como trabalho com metais, tecelagem, bem assim após o surgimento da agricultura como atividade que induz o homem ao sedentarismo, a criação de gado e o aumento do rebanho. Com efeito, essas e outras mudanças sociais ocasionaram a produção de excedentes, e com ela, conseqüentemente, modificações significativas na forma de o homem se organizar em sociedade e, notadamente, de se relacionar com o sexo oposto. Dessa forma, assinala Engels:

⁶⁴ Os estudos de Bruschini abordam uma rica bibliografia referente a pesquisas no campo das relações familiares na área da Antropologia e da Sociologia, situando ainda análises de viés marxista. É oportuno salientar que os estudos na área da Sociologia da família, como os de Goog (1980), Sacks (1975) sobre a organização familiar, contestam a existência das sociedades matriarcais defendida por Engels e Marx, atribuindo-lhe o fato de reduzir a questão da opressão/submissão feminina ao surgimento da propriedade privada e de classes. HIRATA, Helena & SEGNINI Liliana. **Organização trabalho e gênero**. São Paulo. Editora SENAC. 2007.

⁶⁵ SAFFIOTI, Helelch. In: TOLEDO, Cecília. **Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. Op. Cit., p. 30.

⁶⁶ As apreensões de Marx e Engels sobre a divisão do trabalho, operada nas sociedades mais primitivas a partir da divisão do trabalho na família, na qual o homem tinha por missão a procura do alimento e dos instrumentos de trabalho necessários à sobrevivência, e a mulher era responsável pela criação dos filhos e conservava a sua casa. Assim, segundo os costumes da época, era o homem proprietário dos meios de produção, das fontes de alimentação, do gado e, mais tarde, dos escravos. Em caso de separação, o homem levava os bens materiais consigo, da mesma forma que a mulher ficava com os filhos. Desta feita, segundo os costumes dessa mesma sociedade, ou seja, enquanto a descendência contasse apenas em linha feminina, os seus filhos não poderiam receber a sua herança do pai.

A medida, portanto, que as riquezas aumentavam estas davam ao homem, por um lado uma situação mais importante na família de que a mulher, e, por outro lado, faziam nascer nele a ideia da utilização dessa situação reforçada afim de que se revertesse em benefício dos filhos a ordem de sucessão tradicional. Mas isso não poderia ser feito enquanto permanecia em vigor a filiação segundo o direito materno. Este deveria, assim, ser absolvido e foi o que se verificou. [...] Assim foi revestida a filiação feminina e o direito hereditário materno e estabelecida a filiação masculina e o direito hereditário paterno. Como e quando se verificou essa revolução entre os povos civilizados, não sabemos. Ela pertence inteiramente ao período pré-histórico.⁶⁷

Assim, destacam Marx e Engels, “riquezas semelhantes, uma vez passadas a propriedade particular das famílias, e aí rapidamente aumentadas, abalavam nos seus fundamentos a sociedade baseada no casamento sindiásmico⁶⁸ e na gens matriarcais”.⁶⁹ Outrossim, o surgimento da delimitação de terras, adotado pelas sociedades vitoriosas em combates e guerras, fez com que os homens passassem a exigir fidelidade sexual das mulheres, por não aceitarem ter que dividir seus bens obtidos em combates para um descendente que não fosse seu filho legítimo.

À medida que as relações sociais foram se tornando complexas com o surgimento de outras atividades humanas que exigiram maior esforço físico, com o aparecimento das sociedades agrárias e pastoris e, conseqüentemente, com o surgimento da noção de propriedade da terra, a figura masculina vai predominar sobre a feminina, consolidando a instituição do patriarcado. Segundo Engels,

A reversão do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino. O homem passou a governar também na casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do prazer do homem, e um simples instrumento de reprodução.⁷⁰

Desta feita, as mudanças sociais que deram origem ao sistema patriarcal contribuíram para que a mulher passasse a ser considerada uma espécie de propriedade do marido, sendo igualada inclusive a outros bens materiais. Portanto, com o advento desse modelo de sociedade, as mulheres tinham como principal função a reprodução da espécie, além da responsabilidade na criação dos filhos, sendo, então, excluída das

⁶⁷ Sobre esse assunto, ver coletânea de textos de MARX, ENGELS e LENIN. **Sobre a Mulher**. Global Editora: São Paulo, S/N. p., 15.

⁶⁸ Segundo Marx e Engels, são as formas de família que caracterizava o período da barbaria.

⁶⁹ Sobre esse assunto, ver coletânea de textos de MARX, ENGELS E LENIN. **Sobre a Mulher**. Op. Cit., p.14.

⁷⁰ Ibidem, ibidem.

funções sociais e políticas.

O advento do cristianismo contribuiu, por meio de seus dogmas e proibições, para um recrudescimento da marginalização do papel da mulher na sociedade, designando-a às funções de procriação, relegando-a ao serviço do lar. Além dessas atribuições, a mulher também era responsável pelos trabalhos manuais e por produzir bens necessários à subsistência da família, como fiação, tecelagem e alimentação, assemelhando-se à condição dos escravos, que também existiam apenas para trabalhar e servir.

Nesse sentido, na sociedade antiga, ao homem eram destinadas as atribuições de comando, por ser havido como detentor do uso da razão, sendo que à mulher destinavam-se apenas tarefas que se traduziam de pouca relevância social. Para Montaigne, “a ciência de ocupação mais útil para uma mulher é o governo da casa”.⁷¹

Essa condição foi reproduzida durante um longo período. Nogueira⁷² assinala que, somente no século III, as mulheres foram recenseadas, pois era comum que os recenseamentos omitissem informações sobre elas haja vista seu papel de desprestígio social. Estas somente eram consideradas quando ocupavam o papel de herdeiras.⁷³ Pode-se identificar, então, o fato de que, desde muito tempo, se evidenciou uma intensa valorização do gênero masculino, pois somente os homens usufruíam de liberdade e poder.

Toledo⁷⁴ destaca as concepções dominantes que procuram associar a condição da opressão feminina à sua função reprodutora, sem permitir qualquer tipo de questionamento, como forma de justificar uma desigualdade entre os sexos. Referida autora advoga a ideia de que esse argumento, porém, não se sustenta, haja vista, que em algumas sociedades mais primitivas a maternidade era considerada dom divino, e, portanto, a mulher era valorizada ao extremo. Essa concepção errônea que naturaliza a condição social inferiorizada da mulher se perpetuou desde os pensadores clássicos até os dias atuais, sendo amplamente difundida.

⁷¹ COUTINHO, Maria Luiza Pinheiro: **Discriminação na Relação de Trabalho: Uma Afronta ao Princípio de Igualdade**. Rio de Janeiro: AIDE. 2003, p. 33.

⁷² NOGUEIRA, Claudia Mazei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 2004, p. 03.

⁷³ Ibidem, p.14.

⁷⁴ TOLEDO, Cecília. **Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. Op. Cit., p. 35.

Os estudos de Toledo⁷⁵ esclarecem que o discurso sobre a inferiorização feminina não é um problema individual, mas que serve para aprofundar o grau de opressão do conjunto da classe dos trabalhadores. Desta feita, adverte para o cuidado com o discurso mais atual de emancipação feminina, pois considera que o problema da opressão feminina pode e deve ser atrelada à questão de classe. Sua consolidação pode ter contribuído significativamente para camuflar o fenômeno da exploração humana que acirrada no sistema capitalista.

Corroboramos as análises de Toledo,⁷⁶ quando esta acentua que a opressão não deve ser compreendida como algo natural e, portanto, há de ser superada. Nesse sentido, consideramos que a opressão feminina esta ligada a uma complexidade de questões, notadamente ao surgimento da exploração entre os homens e/ou com o surgimento da propriedade privada e dos meios de produção. Compreendemos, portanto, que muitas são as contradições que tentam justificar a origem e a causa da opressão sobre a mulher. Esse panorama é revelado desde a Antiguidade, sendo mantido e reafirmado hodiernamente pela sociedade burguesa em virtude dos interesses econômicos.

As diversas transformações ocorridas na esfera social, política e econômica foram significativas para uma mudança na posição social feminina e para a incorporação de um novo papel exercido pela mulher. Na sociedade burguesa, por sua vez, as antigas tarefas femininas foram travestidas de um novo significado, relativo à concepção de maternidade e no qual a mulher passou a se dedicar tanto ao trabalho quanto à execução de atividades domésticas e aos cuidados e educação dos filhos. Tais atividades, porém, acabaram funcionando como mais uma forma de reprodução da força de trabalho.

Embora considerando a existência da participação da mulher no mundo da produção em período anterior ao capitalismo⁷⁷, foi com o advento da grande indústria que se intensificou essa inserção, demarcando uma alteração significativa do papel da mulher no mundo do trabalho.

A sessão a seguir tem o objetivo de expor algumas das contradições advindas desse percurso, buscando revelar o descompasso presente na história das mulheres.

⁷⁵ Ibidem, p. 23.

⁷⁶ Ibidem, ibidem.

⁷⁷ Sobre este assunto, ver estudos de SCOTT, J. W. In: NOGUEIRA, Claudia Mazei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 2004, p. 443.

3.2 Inserção da Mulher na Esfera Produtiva com o Advento da Grande Indústria

A passagem da manufatura para a grande indústria constituiu um marco que contribuiu significativamente para incorporação do trabalho feminino ao mundo da produção e para uma mudança no papel social das mulheres. Cada vez mais as máquinas e a energia mecânica foram substituindo o trabalho manual, ocasionando maior concentração de renda nas mãos de uma minoria e obrigando os trabalhadores, destituídos de renda e propriedades, a vender sua força de trabalho em troca de salários para sobreviver. Como destaca Hobsbawm,

A fábrica era realmente uma forma revolucionária de trabalho, com seu fluxo lógico de processos cada qual uma máquina especializada a cargo de um ‘braço’ especializado, todos ligados pelo ritmo constante e desumano do ‘motor’ e pela disciplina.⁷⁸

Esse novo momento do modelo de produção material implicou a crescente substituição de mão de obra humana pela máquina. Como anota Marx, ao se transferir a força dos músculos dos trabalhadores para a máquina, abriu-se uma possibilidade de se instituir uma mudança de valores e incorporar mulheres e crianças a uma rotina de trabalho, fato que contribuiu significativamente para se atribuir à mulher o desempenho de tarefas desenvolvidas, antes, somente por homens. Marx assinala que,

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de idade ou sexo, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folgado infantil, mas também ao posto de trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.⁷⁹

Assim, no entender de Marx, a apropriação do invento da maquinaria pelos capitalistas, em vez de libertar o trabalhador do fardo do trabalho, reduziu o custo da produção dos produtos, minimizando as horas de folga do trabalhador e aumentando,

⁷⁸ HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. In: NOGUEIRA, Claudia Mazei, **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Op. Cit., p. 09.

⁷⁹ KARL, Marx. **O Capital: crítica da economia política**. Op. Cit., p. 23.

consequentemente, a jornada de trabalho que ele seguramente daria de graça ao capitalista. Então, assevera: “É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora aliviaram a labuta diária de algum ser humano”.⁸⁰ Para Marx, esse não era o motivo principal para o invento da maquinaria, pois ela é utilizada como capital. Portanto,

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia⁸¹.

Cada vez mais, o aperfeiçoamento da máquina – favorecido pelo avanço tecnológico – e a consolidação do sistema capitalista concorreram para que mulheres e crianças se inserissem no mercado de trabalho. O desenvolvimento da indústria, por seu turno, contribuiu para a desvalorização do trabalho, aumentando, assim, a exploração não apenas do operário individual, mas também de toda a família operária, fato este que configurou como outra forma de exploração humana. Como anota Marx,

Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc., não podem ser totalmente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm de arranjar substitutas mais ou menos equivalentes. Os labores domésticos que o consumo da família exige, como, costurar, remendar, etc., precisam ser substituídos, pela compra de mercadorias prontas. Ao menor dispêndio de trabalho doméstico, corresponde, portanto, ao maior dispêndio dinheiro. Os custos da produção da família operária crescem, portanto, e contrabalançam a receita suplementar.⁸²

Especificamente sobre o ingresso das mulheres no mundo da produção, ocorre que os trabalhos anteriormente produzidos em ambientes domésticos – como costurar, remendar dentre outros – foram sendo substituídos por produtos fabris, aumentando, assim, o consumo de produtos prontos e a circulação de mercadorias. Notadamente, os trabalhos, antes realizados em oficinas domiciliares, foram substituídos pelo trabalho industrial.

As considerações de Marx sobre a força de trabalho feminino indicam que estas formas de extração de mais-valia acirram as contradições do sistema capitalista.

⁸⁰ Ibidem, p. 07.

⁸¹ Ibidem, ibidem.

⁸² Ibidem, p.23.

Toledo, corroborando essas ideias, ressalta que, se a opressão feminina não nasceu com o capitalismo, foi seu advento e, sobretudo, a Revolução Industrial que transformaram radicalmente as condições de vida de milhões de mulheres ao inseri-las na classe trabalhadora⁸³.

Desta feita, uma análise mais detida sobre a problemática da mulher em sua relação com o mundo trabalho revela que esta sempre trabalhou. Outrossim, se sua presença no mundo do trabalho se alterou com o advento do capitalismo, sabe-se é que a mulher sempre esteve presente, nas funções laborais, em fases anteriores ao capitalismo, por diversos motivos. Os estudos de Scott⁸⁴ chamam a atenção para o fato de que

A mulher trabalhadora já existia muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões de renda, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades do campo da Europa e da América.⁸⁵

Assim, a possibilidade de a mulher desempenhar, à época da Revolução Industrial, as funções de trabalhadora, trouxe outros desdobramentos, pois muitos foram os questionamentos morais e sociais, no que concerne a uma suposta incompatibilidade de a mulher conciliar o lar e o trabalho. Os questionamentos sobre a saída da mulher do lar para a fábrica se ampliaram, na tentativa de evidenciar que não existia qualquer possibilidade de conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo⁸⁶. E, se as mulheres assim o pretendessem, teriam que cumprir as atividades domésticas e do trabalho.

Nogueira destaca o fato de que a empregabilidade feminina haver passado por muitos preconceitos,⁸⁷ chegando a ser considerada uma “imoralidade” por alguns segmentos da sociedade moderna. Muitos acreditavam que, por estarem as mulheres expostas a serviços pesados, à rude linguagem masculina e às provocações dos capatazes que chegavam até a exigir favores sexuais, tais fatos, segundo eles, poderiam atirá-las na prostituição. Na perspectiva da autora, a conotação do trabalho feminino,

⁸³ Toledo, Cecília. **Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. Op. Cit., p. 90.

⁸⁴ Sobre este aspecto, convém destacar que, embora tais estudos estejam no âmbito da Sociologia, consideramos oportuno situá-los em virtude da ampla discussão sobre a temática em questão nesse campo.

⁸⁵ SCOOT, J. W. (1994) **A mulher Trabalhadora**. In: NOGUEIRA Claudia Mazei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Op. cit, p. 14.

⁸⁶ Ibidem, p.15.

⁸⁷ Segundo Nogueira, no período de 1830 a 1840, alguns conservadores acreditavam que o trabalho poderia esterilizar a capacidade de aleitamento das mulheres. NOGUEIRA, Claudia Mazei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Op. Cit., p. 23.

representado como uma imoralidade, tinha um propósito: repercutir de forma negativa e mascarar as condições e os baixos salários que elas recebiam por suas atividades⁸⁸.

Nesse sentido, as apreensões de Marx servem para elucidar o quanto se torna mais lucrativa para os detentores do capital a lógica da empregabilidade feminina, que acentuou o contexto de exploração e alienação, não só para a mulher, mas também para todo o universo de trabalhadores. Consoante Nogueira, Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, destacam:

Quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo trabalho das mulheres e crianças. As diferenças de idade e sexo não têm mais importância para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo idade e sexo [...] Os interesses, as condições de existência do proletariado se igualam cada vez, à medida que a máquina extingue toda a diferença do trabalho e quase por toda a parte reduz o salário a um nível igualmente baixo.⁸⁹

Para Nogueira, uma das explicações para essa crescente apropriação do trabalho feminino tem relação direta com as características que se procura atribuir à mulher.⁹⁰ Essa autora considera que esse fato não é um evento recente, pois, nos escritos de Marx,⁹¹ há um exemplo bastante elucidativo que pode justificar sua superexploração:

Um fabricante informou-me de que emprega exclusivamente mulheres em seus teares mecânicos; ele dá preferência às mulheres casadas, especialmente àquelas com família em casa, que dependem delas para se sustentar; são muito mais atentas e dóceis, e são compelidas a aplicar o máximo de seus esforços para obterem os meios de subsistência de que necessitam. Assim as virtudes, as virtudes peculiares do caráter feminino, são pervertidas para o seu próprio prejuízo – assim, tudo o que há de mais honesto e terno em sua natureza é transformado num meio de sua escravização e sofrimento.⁹²

Percebe-se que as indústrias têxteis, em sua maioria, empregam um número significativo de mulheres em seu quadro de trabalhadores, e um investimento relevante em maquinaria moderna com o intuito de se servir maciçamente da mão de obra feminina, considerando suas características físicas e psicológicas e por acreditarem que

⁸⁸ Ibidem, p. 23.

⁸⁹ Ibidem, p.14.

⁹⁰ Ibidem, p.14.

⁹¹ Ibidem, p.14.

⁹² Ibidem, p.13.

as mulheres possuem maior senso de responsabilidade e desenvolvem suas atividades com maior concentração e agilidade. Essas características são associadas, ainda, a docilidade, tolerância e paciência. Dessa forma, observa-se que o capitalismo se apropria das características peculiares do feminino, desde aquelas biológicas até as de caráter de conquista social, como forma de se perpetuar como ordem hegemônica.

Um estudo realizado em 2005 pela pesquisadora Edila Ferreira, nas empresas da Zona Franca de Manaus, revela que essas organizações empregam um grande número de mulheres no setor de produção, assemelhando-se às zonas francas industriais asiáticas e às do México, conhecidas como ‘indústria maquiladora’. Essas empresas têm uma predominância da presença de mulheres em seu quantitativo de trabalhadores justamente por que as mulheres parecerem estar mais dispostas a aceitar o grau de exploração a elas imposto⁹³. Referido estudo revelou ainda que, como nas outras zonas francas, na Zona Franca de Manaus, as empresas empregam uma força de trabalho jovem, barata e não especializada em funções desgastantes e em condições precárias.

Além disso, é sabido que o capital se utiliza desse tipo de mão de obra por necessitar reduzir o preço pago pelos serviços, o significa outro aspecto significativo para o aumento das contratações das mulheres nessas e em outras empresas. Para Toledo, “a mulher é sinônimo de trabalho barato”.⁹⁴ Mesmo sendo o valor da força de trabalho considerado por Marx igual para todos os trabalhadores, este, por sua vez, pode ter valores de troca distintos, justificando, assim, a diferença entre esses valores.⁹⁵

Com base nessas conjecturas, podemos afirmar que o capitalismo se utiliza da divisão sexual e da desigualdade de gênero para aumentar a competição entre os trabalhadores e, conseqüentemente, sua lucratividade. Nesse viés, é expresso um panorama de trabalhos precários, vulneráveis e flexíveis, vivenciado pelas mulheres, que configura um regime de assalariamento para homens e mulheres.

Na perspectiva de Nogueira, é preciso considerar que as relações sociais de trabalho são sexuadas, perpassadas por outro viés que não apenas os da divisão do

⁹³ Um estudo realizado, em 2005, pela pesquisadora Edila Ferreira, nas empresas da zona franca de Manaus. In: Toledo, Cecília. **Mulheres:** O Gênero nos Une, a Classe nos Divide. Op. Cit., p. 45/46

⁹⁴ Toledo, Cecília. **Mulheres:** O Gênero nos Une, a Classe nos Divide. Op. Cit., p.47.

⁹⁵ FERREIRA, Edila. In: Toledo, Cecília. **Mulheres:** O Gênero nos Une, a Classe nos Divide. Op. Cit., p. 40.

trabalho⁹⁶. Atualmente, a desigualdade entre gêneros é expressa de forma bastante evidente no mundo do trabalho, pois as mulheres sofrem, de forma ainda mais intensa do que os homens, os obstáculos do trabalho em um modelo de sociedade antagônico. Como anota Nogueira,

A igualdade de salários entre homens e mulheres não existe em nenhuma parte [...] em toda a Europa, [...], as mulheres têm salários significativamente menores que os homens. Mas ainda durante o decênio 1980/1990, essas ilegalidades foram acrescidas em um conjunto de países, como é o caso da Itália, Dinamarca e Portugal. Os últimos dados de que nós dispomos relativos à Europa mostram que os desníveis de salários se escalonam entre 10% e 32%.⁹⁷

Tal fato expressa a discriminação sofrida pelas mulheres que, embora mais recentemente venham desempenhando funções idênticas às dos homens, ainda recebem salários inferiores aos desses trabalhadores. Portanto, pode-se constatar que a precarização do trabalho e os baixos salários, na maioria das vezes, atingem muito mais as mulheres trabalhadoras, contribuindo de forma significativa para acentuar as desigualdades entre os gêneros.

Como assinala Nogueira, “a precarização do trabalho tem sexo”⁹⁸ se evidencia de forma clara no tocante às ocupações femininas e às condições de trabalho. Assim, o debate sobre *gênero* e *trabalho* mostra-se como relevante, uma vez que o papel desempenhado pela mulher na sociedade atual é marcado por uma histórica luta em busca da igualdade de direitos, em um contexto social caracterizado por discriminação e preconceito.

Como demarca Nogueira, é imperativo perceber no contexto do capitalismo contemporâneo a precarização diferenciada que se evidencia, de forma cada vez mais intensa, na força de trabalho feminina.⁹⁹ Se nesse modelo societário já se fazem notórias e exacerbadas a exploração, a agudização da alienação, as condições de estranhamento e de desrealização humana no ato do trabalho, para o gênero feminino, então, essa circunstância passa para um quadro de agravamento ainda maior.

⁹⁶ Sobre este assunto, ver obra de NOGUEIRA, Claudia Mazei, **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Op. Cit.

⁹⁷ Ibidem, p. 47.

⁹⁸ Ibidem, P. 87.

⁹⁹ Sobre este assunto, ver obra de NOGUEIRA, Claudia Mazei, **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Op. cit.

Na conjuntura atual, observa-se é que as tendências mais recentes do mundo do trabalho acarretam para a mulher circunstâncias de exploração e precarização mais intensificadas. Para Costa, as tendências mais atuais do emprego feminino parecem

Refletir a persistência de padrões de comportamento na sociedade que envolvem discriminação contra a mulher nos cargos de maior poder e decisão e maior dificuldade em compatibilizar as atribuições familiares, que continuam a ser predominantemente femininas.¹⁰⁰

Vale salientar que a diferença dos trabalhos destinados às mulheres e aos homens é muito significativa. Percebe-se que a divisão sexual do trabalho atinge uma dimensão que envolve aspectos como a opressão e a subordinação. Desta feita, muito há ainda a se discutir sobre esta temática, haja vista que a inserção da mulher no mercado de trabalho revela um contexto diferenciado da exploração dos trabalhadores.

3.3 O Contexto de Precarização do Trabalho Feminino na Sociedade Contemporânea

As mais recentes tendências do mercado de trabalho encontram-se num contexto de crise da sociabilidade do capital, de desemprego em grandes proporções e precarização do mundo do trabalho¹⁰¹. Assim, compreender o fenômeno crescente da participação feminina no mundo da produção impõe explicar as condições de ocupação ofertadas às mulheres na sociedade contemporânea, em um âmbito de precarização do trabalho que abrange o conjunto dos trabalhadores.

No plano das mudanças observadas no mundo da produção,¹⁰² destacamos o fato de que os avanços no campo da técnica e da ciência contribuíram, em parte, para que fosse possível eliminar muitas das barreiras que impediam uma inserção mais significativa da mulher no mercado de trabalho. Assim, os estudos de Abramo,

¹⁰⁰ COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. 2008, p 10.

¹⁰¹ A respeito do tema,, ver obra de MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003 & ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁰² Dentre as mudanças mais significativas podemos citar o fordismo/taylorismo, toyotismo e acumulação flexível, conforme já especificado no capítulo I.

Bruschini e Hirata¹⁰³ enfatizam, no cenário atual, um aumento significativo de mulheres no mundo do trabalho, particularmente na América Latina e no Brasil.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas – PNUD, nos países desenvolvidos a taxa de incorporação da figura feminina vem crescendo significativamente desde 1997, atingindo aproximadamente um percentual de 44%.¹⁰⁴ Outros indicadores, como a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, apontam que, no mês de janeiro de 2008, havia 9,4 milhões de mulheres trabalhando. Igualmente, um estudo realizado pelo IBGE, em 2008, em seis regiões metropolitanas do Brasil (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), apresentou um aumento em comparação ao ano de 2003, que atingiu uma taxa de 40,1%, para um percentual de 43,1% das mulheres, em idade economicamente ativa, em janeiro de 2008.¹⁰⁵

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre *Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007*, nunca houve um número tão significativo de mulheres trabalhando. Estimativas da OIT indicam que, em 2006, havia 2,9 bilhões de trabalhadores no mundo, dos quais 1,2 bilhão era de mulheres, no entanto, os estudos de Hirata, Nogueira e Toledo¹⁰⁶ revelam que a circunstância de inserção da mulher no mundo trabalho se efetiva na realização de atividades laborais em situações degradantes, marginalizadas e oprimidas, perpassadas por atos de violência e discriminação.

Cabe destacar que a lógica da flexibilização se evidencia como um desdobramento do processo de reestruturação produtiva em curso nas últimas décadas do século XX, que efetivam formas diferenciadas do emprego das mulheres, configurando uma realidade que contribui significativamente para o quadro de agravamento das condições de realização das atividades laborais do contingente de trabalhadores. Em decorrência desse percurso, observa-se aumento significativo de mulheres em trabalhos terceirizados, empregos temporários e prestação de serviços sem nenhuma proteção legal.

¹⁰³ Sobre esse assunto, ver HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. São Paulo: SENAC, 2007.

¹⁰⁴ Para saber mais sobre a temática, ver livro: **A Situação do Trabalho no Brasil**. DIEESE – São Paulo, 2001, p. 104.

¹⁰⁵ Sobre esse assunto, consultar **Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE**. 2008, p.03.

¹⁰⁶ Sobre esse assunto, ver obras: HIRATA, 2002; NOGUEIRA, 2004 e TOLEDO, 2005.

Na compreensão de Nogueira, essa lógica flexibilizada estabelece relações com o aumento do emprego feminino. Para autora, o trabalho terceirizado, por exemplo, possibilita que muitas das atividades do trabalho produtivo sejam realizadas no ambiente doméstico, fato este que beneficia muitos empresários, por não terem que arcar com os benefícios sociais e direitos instituídos pelas leis trabalhistas.¹⁰⁷ Dessa forma, percebemos que as diversas nuances de exploração do segmento feminino provoca consequências imensuráveis ao segmento feminino.

Assim, no contexto da denominada *Acumulação flexível*,¹⁰⁸ pode-se assinalar que no segmento feminino, há uma remuneração menor e um maior índice de desemprego. De acordo com Giovanni Alves¹⁰⁹, o *deslocamento geográfico*¹¹⁰ e de reorganização do procedimento de produção, das grandes empresas, operadas nesse contexto, constitui estratégia de redução de custos de redução dos salários, fato este que conduz a uma precarização maior das condições de trabalho, notadamente de mulheres das regiões de capitalismo periférico, para onde fora deslocado esse trabalho. Como apreende Giovanni Alves, esse fenômeno configura *nova precariedade* do trabalho.

Desta feita, a *nova precariedade do trabalho*, notadamente para o segmento feminino, se exhibe como problemática complexa que aufere destaque no mundo todo. De acordo com os relatórios sobre as Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007 - OIT, se analisarmos a situação das mulheres na sociedade contemporânea, no tocante a sua inserção no mercado de trabalho, principalmente as que pertencem a estrato menos abastados, como no caso da África Subsaariana e no Sudeste, evidenciamos que

¹⁰⁷ NOGUEIRA, Claudia Mazei. **A Feminização no Mundo do Trabalho:** Entre a Emancipação e a Precarização. Op. cit, p. 36.

¹⁰⁸ Durante a crise do petróleo, a Toyota Motor Company adotou um modelo de produção que permitiu manter um padrão de ganhos maiores do que o de outras empresas. Essa forma de produção tinha como diferencial o objetivo de reduzir custos, produzindo de acordo com a demanda, produção flexível. Surge assim, o sistema de *acumulação flexível*, que levou o Japão a vivenciar um rápido crescimento econômico (Toyotismo). OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção:** além da produção em larga escala. Op. Cit.

¹⁰⁹ Palestra proferida no auditório do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

¹¹⁰ Entende-se por deslocamento geográfico a transferência das grandes indústrias de países mais desenvolvidos para os subdesenvolvidos como forma de reduzir o valor da mão de obra, diminuindo, assim, os custos com a produção.

Quatro de cada dez mulheres trabalhadoras são trabalhadoras familiares sem remuneração, em comparação com dois de cada dez homens. Na Ásia Meridional, seis de cada dez mulheres estão nesta situação, contra dois de cada dez homens. No Oriente Médio e Norte da África, a proporção de trabalhadoras familiares sem remuneração é de três de cada dez mulheres e um em cada dez homens¹¹¹.

Revela-se, portanto, é que tal realidade não expressa melhoria na condição social da mulher, pois se observa que o número de mulheres desempregadas ou em empregos de “baixa produtividade” na agricultura ou no setor de serviços aumentou consideravelmente. Segundo a OIT, “há mais mulheres do que nunca em situação de desemprego (81,8 milhões), [...] ou recebendo salários menores do que os homens pelo mesmo trabalho”.¹¹²

Pesquisa realizada pelo IBGE em 2008, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, revela que o índice de rendimento das mulheres é cerca de 60% do rendimento dos homens, indicando uma discrepância salarial entre homens e mulheres¹¹³.

Tabela 2: Rendimento Médio Habitual de Homens e Mulheres

	Rendimento Médio Habitual dos Homens		Rendimento Médio Habitual das Mulheres	
	jan/03	jan/08	jan/03	jan/08
Total	1.302,30	1.342,70	933,53	956,80
Recife	834,91	926,20	647,88	703,00
Salvador	1.199,24	1.070,40	793,54	793,90
Belo Horizonte	1.102,67	1.250,80	705,09	816,10
Rio de Janeiro	1.088,78	1.260,90	817,82	952,90
São Paulo	1.529,24	1.528,80	1.100,86	1.076,40
Porto Alegre	1.100,94	1.295,10	782,73	897,20

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Em

Mesmo com os consideráveis avanços, ainda é possível diagnosticar um quantitativo expressivo de mulheres empregadas ou que ainda exercem atividades configuradas em empregos assalariados e mal remunerados.¹¹⁴

¹¹¹ Sobre esse assunto, ver Relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007**, publicado no ano de 2008, p. 02.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Consultar, a respeito, **Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE**. 2008, p.16.

¹¹⁴ No que concerne a essa ideia, ver “Relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007**. Op. Cit., p. 01.

Outro dado do relatório *Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007* da – OIT revela que a estimativa de mulheres atualmente sem remuneração é de três em dez mulheres, enquanto para os homens essa estimativa é em torno de um entre dez. Ainda segundo o relatório, a tendência em 2004 era de que as mulheres correspondiam há pelo menos 60% dos trabalhadores pobres no mundo que não ganhavam o suficiente para superar a linha da pobreza – um dólar diário por pessoa. O documento destaca ainda que, em 2007, “não há razões para crer que esta situação tenha experimentado variações importantes”.¹¹⁵ Como acentua o diretor geral da OIT, Juan Somavia,

Apesar dos progressos, ainda há muitas mulheres que desempenham trabalhos mal remunerados, com frequência na economia informal, sem suficiente proteção legal, com pouca ou nenhuma proteção social e com alto grau de insegurança.¹¹⁶

Dessa forma, apesar das pesquisas referenciadas sinalizarem avanços no sentido da redução das desigualdades de gênero, esse processo ainda é considerado lento. Sob este aspecto, é oportuno enfatizar que o relatório da OIT de 2007, mesmo afirmando haver progressos, reconhece que os desafios enfrentados pelas mulheres no mundo do trabalho precisam de intervenções adequadas às suas necessidades específicas.

Abramo assevera que o número de mulheres em condições desfavoráveis se torna mais expressivo, entre as mulheres mais pobres - geralmente aquelas que possuem um nível de escolaridade mais baixo, e as que têm menos condições de definir sua carreira profissional - e com maiores empecilhos para conciliar as atividades laborais e os afazeres domésticos.¹¹⁷

Os estudos de Bruschini destacam que, quando se consideram aspectos como raça/etnia/cor, são as mulheres negras e pobres que representam a parcela de trabalhadoras mais discriminadas do País e que as mulheres brancas são as que possuem

¹¹⁵ Ibidem, p. 01.

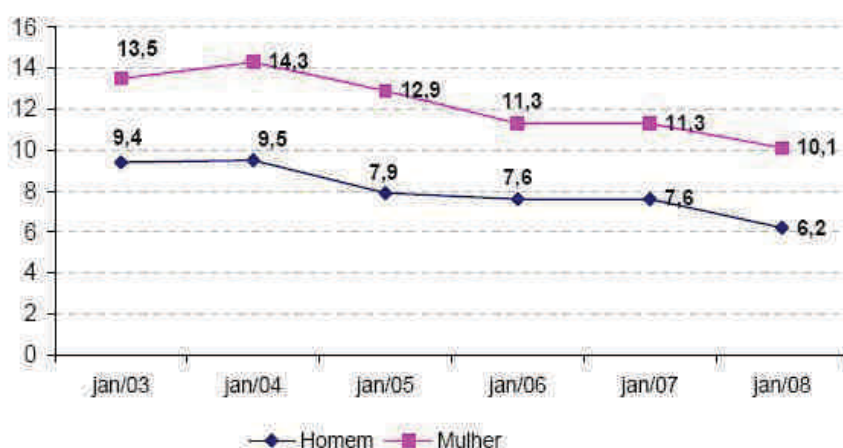
¹¹⁶ Ibidem, ibidem.

¹¹⁷ ABRAMO, Laís. **Inserção das Mulheres no mercado de Trabalho na America Latina: uma força de trabalho secundária?** In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 23/38.

maior chance de inserção em melhores empregos com uma probabilidade de melhores salários e condições de trabalhos.¹¹⁸

Neste sentido, os estudos de Abramo evidenciam que, mesmo sendo crescente o número da participação feminina no mercado de trabalho, esse segmento ainda é o mais susceptível ao desemprego¹¹⁹. Sob esse aspecto, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, domiciliar urbana, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nas regiões metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, sobre o mercado de trabalho, revela que em janeiro de 2008 houve uma queda na taxa de desocupação tanto para homens como para mulheres em relação a janeiro de 2003. Essa mesma pesquisa, no entanto, exprime o fato de que a desocupação ainda é maior para as trabalhadoras com um percentual de desocupação feminina de 10,1% para 6,2% masculina em janeiro de 2008¹²⁰.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Desocupação (%)



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Os dados do IBGE, portanto, reiteram as teses de Abramo, quando apontam que as mulheres ainda são minoria no mercado de trabalho e lideram o patamar de

¹¹⁸ Os estudos do PEA apontam as diferenças nas taxas de atividades segundo raça/etnia/cor. Para dar um exemplo, em 2002, entre as empregadas, 63% eram brancas e 37% eram negras. In: BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes**. In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 47.

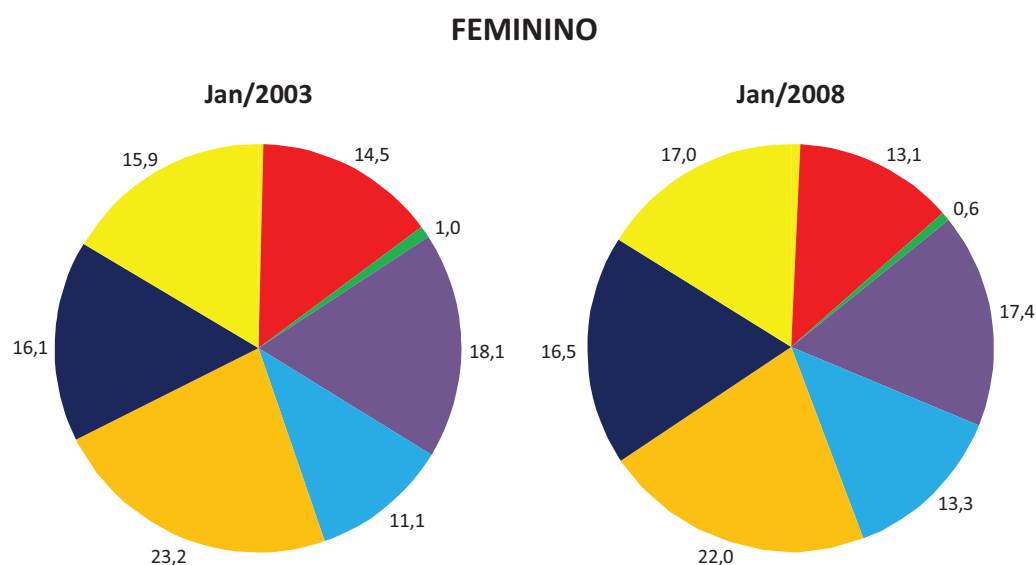
¹¹⁹ ABRAMO, Laís. **Inserção das Mulheres no mercado de Trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?** In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 38.

¹²⁰ Sobre esse assunto, consultar Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Op. Cit, p. 06.

desocupação. Desta feita, muito embora o fenômeno da inserção feminina seja evidente, pode-se perceber é que as mulheres ainda ocupam preferencialmente cargos de pouca relevância social, haja vista que são elas a desempenhar, na grande maioria, os empregos domésticos. A PME, do IBGE de 2008, demonstra que a mulher se encontra inserida preferencialmente em funções não qualificadas em quase todas as regiões metropolitanas do país.

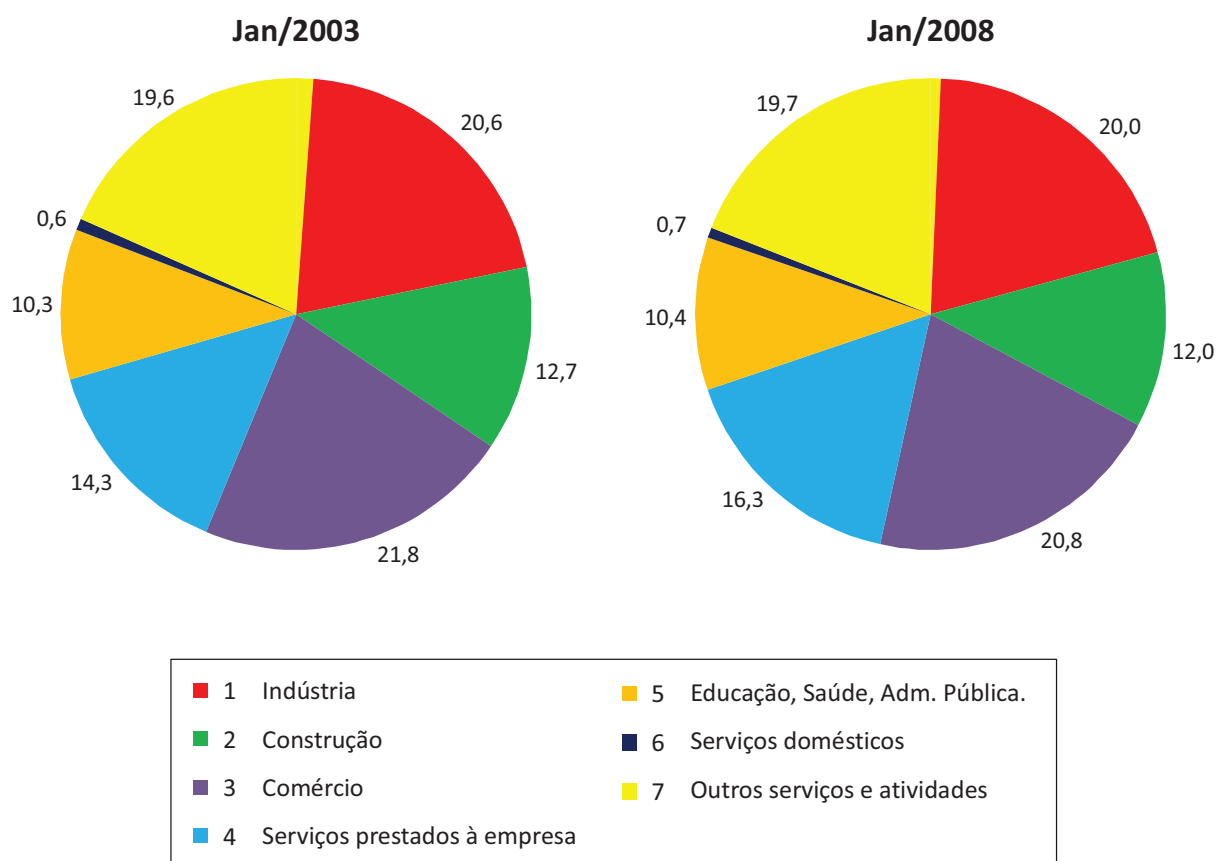
No que se refere às formas de inserção, a Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE revelou que, em janeiro de 2008, das mulheres ocupadas, 37,8% tinham trabalho com *Carteira Assinada no Setor Privado*, enquanto entre os homens esse percentual foi de 48,6%. Já na forma de *Trabalhador Doméstico*, a participação foi de 16,5% e de 0,7%, respectivamente, para mulheres e homens. Nas demais formas de inserção, as mulheres ocupadas estavam distribuídas da seguinte forma: Empregados sem Carteira Assinada, 12,1%; Conta Própria, 16,9% e Empregador, 3,0%. Os gráficos a seguir mostram a distribuição da participação feminina nas formas de inserção em janeiro de 2003 e em janeiro de 2008. Em termos regionais, a maior concentração de mulheres ocupadas com carteira assinada foi na região metropolitana de Porto Alegre (42,4%); e na região metropolitana de Salvador, o maior percentual das mulheres ocupadas em trabalhos domésticos (18,9%) em janeiro de 2008.¹²¹ O gráfico a seguir ilustra bem essa realidade.

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população ocupada por sexo, segundo o agrupamento de atividade nos meses de janeiro/03 e janeiro/08



¹²¹ Consultar Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – do IBGE. 2008, p.11.

MASCULINO



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – do IBGE. Elaboração Própria.

Consoante a pesquisa, mesmo com a relativa ampliação da empregabilidade feminina, essa realidade está longe de alcançar os patamares do emprego masculino.¹²² Segundo Bruschini e Lombardi, se, por um lado, aumentam as oportunidades de emprego para as mulheres, por outro, ainda é frequente o desemprego para esse segmento em relação aos homens. Desta forma, considera Bruschini, a história do ingresso feminino no mundo do trabalho no Brasil é marcada por “progressos e atrasos”.¹²³

A autora assinala haver mudanças no perfil da força de trabalho, no Brasil, destacando o período compreendido entre 1990 a 2002. Assim, assevera que se caracteriza uma nova identidade para as mulheres: “As trabalhadoras, que, até o final

¹²² Ibidem, p. 105.

¹²³ BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes**. HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs). **Organização Trabalho e Gênero**. Op. cit, p. 45.

dos anos de 1970, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães, e são responsáveis tanto pelo trabalho como pela família”¹²⁴. Em 2002, esse percentual chegou a ser em média superior a 70% entre mulheres de 30 a 39 anos, e 67% para as mulheres de faixa etária entre 40 e 49 anos.¹²⁵

Merece ser destacado, é o fato de que, mesmo em face das mudanças observadas, a mulher permanece ainda com a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pelo cuidado dos filhos e de outros familiares. Acrescida a isso, está a responsabilidade pelo sustento da família, pois é crescente o número atualmente de domicílios chefiados por mulheres.¹²⁶

Conforme assinala Abramo, na maioria dos lares da América Latina, cerca de 25% a 35% têm como chefe de família a mulher. Os indicadores da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL mostram que cerca de um terço da renda total dos lares urbanos, onde os dois membros trabalham, provém da mulher. Em um quarto dos lares é a mulher que contribui com 50% ou mais da renda total do lar.¹²⁷

Para a autora, embora o nível de escolaridade feminina se amplie em um ritmo superior ao dos homens, a realidade evidenciada ao se comparar esses dados é que as desigualdades persistem, ou seja, confirma-se que no espírito do novo repousa o velho. Sua argumentação se alicerça, de forma privilegiada, na crítica de que as mulheres necessitam de uma formação educacional significativamente superior – em média, quatro anos a mais – para ter acesso às mesmas oportunidades de emprego que têm os homens. A autora adverte para a noção de que os elevados níveis de escolaridade não são suficientes para lhes garantir mais e melhores oportunidades de emprego¹²⁸.

¹²⁴ Ibidem, p. 48.

¹²⁵ Ibidem, p. 48.

¹²⁶ Sobre esse assunto, consultar dados da Fundação Carlos Chagas “Mulheres, trabalho e família” In: BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes**, In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. Op. cit, p. 53.

¹²⁷ Ibidem, p. 39.

¹²⁸ ABRAMO, Laís. **Inserção das Mulheres no mercado de Trabalho na América Latina**: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (ORGANIZADORAS). **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 26.

4 TRABALHO, GÊNERO E FORMAÇÃO HUMANA: QUESTÕES PARA EDUCAÇÃO

O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana.

(Emir Sader, 1983)

Este capítulo se dirige à educação na sociabilidade do capital, em especial à relação escolaridade, trabalho e gênero no Brasil. O debate sobre essa temática impõe examinar, ainda que concisamente, o percurso histórico no que concerne a garantia da educação e da escolarização, destacando as iniciativas de instrução para mulheres, bem como os avanços e conquistas na legitimação desse direito.

Desta feita, a seção busca compreender o papel da educação em um modelo antagônico de sociedade, que, no tocante à formação para o trabalho, reduz os fins da educação meramente de profissionalização da mão de obra, ou, ainda, como capaz de resolver muitos dos problemas no campo da empregabilidade, conforme apregoa o discurso dominante. Outrossim, é pertinente desvelar os mecanismos ideológicos que contribuem para perpetuar as desigualdades sociais sob o discurso da empregabilidade.

Para tanto, investiremos nesse tópico num debate sobre a educação, seu papel histórico-social e sua relação com o mundo do trabalho, em particular, para o segmento feminino. O capítulo discute também sobre a configuração do mercado de trabalho para o segmento feminino na Região Metropolitana de Fortaleza, destacando aspectos como índices de ocupação e/ou de atividade feminina no mercado de trabalho e locais de ocupação por gênero, privilegiadamente, com apoio nos indicadores da Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT 2007 e 2008, como também os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego - PED/IDT 2009.

4.1 O Percurso Histórico da Educação no Brasil: alguns aspectos sobre as Conquistas Femininas na Garantia desse Direito

De tudo o que se discute hoje sobre educação, podemos citar como uma das questões mais importantes o legado educacional deixado pelos Jesuítas, em nosso País, desde os tempos da colonização. Se nos conduzirmos por esse critério, podemos afirmar que a vinda dos Jesuítas constitui um marco para a história da educação brasileira. Dessa forma, no intuito de reconstruir o percurso histórico da educação, em especial a educação feminina, no Brasil, inventariamos algumas questões, que consideramos como mais importantes desse período.

É fato que a vinda dos Jesuítas para o Brasil, em 1549, demarca a história da educação brasileira, haja vista o fato de que, durante longo período, foram quase somente eles os educadores brasileiros. A imposição de uma reprodução cultural, ideológica e política no País, acarretou transformações significativas, que, além de novos valores, inaugurou um momento marcante para a educação brasileira.

Pensar a educação no Brasil impõe, portanto, retomar esse momento histórico importante, notadamente pelas mudanças socioculturais impostas a nossa civilização e, conseqüentemente, pela expansão do domínio português sobre nossa terra. Como observa Anísio Teixeira, a história do período colonial brasileiro foi de fato caracterizada por interesses contraditórios,¹²⁹ pois os missionários vieram para difundir a religião, catequizar e ensinar, todavia, seus interesses sempre estiveram imbuídos de exploração e fortuna.

Nesse contexto, o combate à heresia e divulgação de conceitos religiosos apregoados pelas missões jesuíticas marcaram significativamente a imposição cultural e ideológica que permeou todo esse período. Na perspectiva de Azevedo,¹³⁰ os missionários aqui aportados com o fito de colonizar tinham o compromisso com a Igreja em difundir a religiosidade cristã, propagar a fé e, principalmente, ministrar a educação, mediante imposição ideológica e de educação religiosa.

¹²⁹ Sobre este assunto, ver obra de TEIXEIRA, Anísio. **Valores proclamados e reais nas instituições escolares brasileiras**. In: MEC. **Educação no Brasil: textos selecionados**. Brasília, MEC, 1976.

¹³⁰ Sobre este assunto, ver obra de AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

É emblemático o fato de que, durante os tempos da colonização, os missionários fundarem uma igreja e, logo ao lado, uma escola, no intuito de catequizar e educar o gentio. Tal iniciativa deixa transparecer as intenções subjacentes a um modelo de educação que então se implementava em terras brasileiras.

Cabe destacar, mormente, que o contexto social da época evidenciava uma clara distinção de sexo, haja vista o tratamento dispensado à mulher nesse período, expresso no estado de submissão, negação de direitos e desigualdade social. Podemos destacar a noção de que, à época da colonização, a mulher não tinha direito sequer a liberdade de expressão. Nesse sentido, a instrução era algo que só poderia ser desfrutado, exclusivamente, pelos homens.

Com efeito, o destino das mulheres era o recolhimento nos conventos ou os casamentos arranjados pelos pais, considerando-se que em meio a essa realidade também lhes era negada a oportunidade de receber instrução. A aprendizagem a que tinham direito restringia-se a desenvolver habilidades para coser, bordar, realizar atividades relacionadas aos cuidados da casa, do marido, dos filhos, dentre outros afazeres domésticos.

Assim, percebe-se que a cultura dos colonizadores transplantara, juntamente com as intenções de instrução, a condição social de supremacia masculina. Cabe considerar que o acesso à educação da época não se restringia apenas à condição socioeconômica, pois tanto as mulheres ricas como as que pertenciam a uma camada social menos favorecida não tinham direito ou acesso à formação intelectual.

Ribeiro¹³¹ considera importante destacar que fora dos indígenas os apelos iniciais de educação para as mulheres, haja vista o fato de solicitarem que suas companheiras recebessem a mesma instrução que lhes era destinada. As análises de Ribeiro concluem que um dos principais motivos para que os índios reivindicassem instrução para suas mulheres decorria do grau de importância delas nas tribos, portanto, não se via motivos para condená-las ao analfabetismo. Referido autor destaca ainda que os relatos do Pe. Anchieta destacavam o relevante número e frequência de mulheres indígenas participantes nos catecismos. Na época, entretanto, não foi possível iniciar

¹³¹ A respeito do tema, ver obra de RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *Mulheres Educadas na Colônia*. In: Eliane Marta Teixeira Lopes. **500 anos de Educação no Brasil**. Minas Gerais: Ed. Autêntica, 2003.

uma educação para as indígenas, haja vista que a corte portuguesa considerava esse um movimento social perigoso.

Assim, com suporte na condição das mulheres da Corte, a educação pleiteada pelos indígenas para as suas mulheres fora negada, pois se acreditava não haver motivos para se instruir as indígenas, consideradas, inclusive, como selvagens. Apesar da não-autorização da corte portuguesa, no entanto, algumas indígenas conseguiram ser alfabetizadas. Para Almeida, o panorama da educação como exclusiva aos homens evidenciou-se durante muito tempo. Como anota Almeida, para as mulheres a realidade, era que,

Quando alguns pais mais esclarecidos entendiam que suas filhas deveriam aprender a ler e escrever, isso acontecia dentro dos lares, e aquilo que lhes ensinavam era muito diferente do que era oferecido aos meninos.¹³²

Podemos considerar este como um dos primeiros passos no processo de mudança lenta e de desinteresse social em favorecer às mulheres o acesso ao conhecimento. Destacamos outro momento histórico em que o acesso à instrução se configura como objeto da luta feminina e possibilidade de atuação social. A Reforma¹³³ desencadeada por Lutero, imbuída de interesses religiosos, defendia instrução para as mulheres, restrita meramente ao ato de aprender a ler e a escrever, fato este que abre as portas para as aspirações femininas de possibilidade a uma instrução mais elevada.

A grande esperança no período da Reforma, no entanto, foi embargada com a Contra-Reforma,¹³⁴ e eis que as bibliotecas e os gabinetes de leitura, abertos no início do período das luzes,¹³⁵ se fecham às mulheres, pois era necessário a sociedade

¹³² ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** IN: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Ed. Autores Associados LTDA, 2004, p. 66.

¹³³ Reforma foi um movimento que resultou na divisão da Igreja do Ocidente entre os "católicos romanos" e "protestantes"; entre esses, surgiram várias igrejas, das quais se destacam o Luteranismo (de Martinho Lutero) reformadas e os Anabatistas. A Reforma teve intuito moralizador, tendo como preceito maior de o próprio indivíduo poder se achegar a Deus, e obter o perdão e a sua salvação. Proclama-se, com a Reforma, que o homem seria salvo pela fé e não por obras da carne.

¹³⁴ Contra-Reforma: movimento da igreja católica em represália à reforma na qual culminou no Concílio de Trento (1545-1563). Trata-se da racionalização e reforma da vida do clero. Foi criado o "Index Librorum Prohibitorum" (Índice de Livros Proibidos) para evitar a propagação de ideias contrárias à fé da Igreja Católica. Foram publicados um Catecismo Romano, um Missal e um Breviário.

¹³⁵ Iluminismo foi um movimento e uma revolta intelectual surgidos na segunda metade do século XVIII, também chamado de "século das luzes" que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Foi um dos movimentos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna. Os

controlar o que elas liam, e tais ambientes eram propícios ao acesso literário. Nesse período, o Concílio de Trento (1545-1563) considerou a leitura um importante instrumento para difundir a catequese, igualmente na erudição básica, direcionando a leitura aos ensinamentos e aos preceitos católicos. Assim, a ida de algumas mulheres de estrato social mais abastado aos conventos significava aprender a bordar, coser, fazer doces, ler, escrever e contar; um pouco de Latim, Música e História Sagrada.

Segundo Sonet, “As mais ricas vão para os internatos conventuais caros, e as mais desfavorecidas sentam-se nos bancos das escolas de caridade. Desta feita, a educação promovida, nesse período, visava formar boas mães cristãs”;¹³⁶ ou seja, uma educação que objetivava exclusivamente a preparação para o casamento.

Para Almeida, por meio da crença no mundo sobrenatural, a igreja reafirmava seu controle mediante de regramentos de conduta, adestramento e culpa.¹³⁷ A questão da sexualidade feminina, também, era reprimida, e a extremada vigilância da família contribuía para a imposição de valores religiosos que, ditando normas de pureza e mansidão, normatizavam o comportamento social, principalmente o feminino. Nas mais variadas culturas e por muito tempo, as religiões sempre foram decisivas para definir padrões de comportamentos femininos.

Como anota Almeida,

O catolicismo, ao impor as mulheres a imagem da virgem Maria e Mãe, arquétipos iniludivelmente dicotômicos; o protestantismo, com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo, infringindo ao sexo feminino as mais pungentes humilhações e cerceamento de liberdade individual. Mesmo as religiões mais primitivas de origem afro ou hindu têm contribuído para imposições de origem cultural e religiosa que, ao longo dos séculos, colocaram as mulheres na crônica do martirólogo da humanidade.¹³⁸

iluministas acreditavam que a Razão seria a explicação para todas as coisas no universo, e se contrapunha à fé.

¹³⁶ SONNET Martine. **Uma filha para educar**. In: Gius Laterza e Figli spa (orgs.) **História das mulheres no ocidente**, v 3: **O trabalho e os dias**. Roma-Bari: Afrontamentos, 1990, p.145.

¹³⁷ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p. 67.

¹³⁸ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p. 68.

Nas escolas católicas, as moças aprendiam a importância da castidade e da pureza; já na igreja, as mulheres deveriam confessar aos clérigos quaisquer espécies de pensamento “impuro”. A ausência desse tipo de educação, para os conservadores da época, era considerada como algo danoso à sociedade e, principalmente, às mulheres. Tal fato, porém, teve o poder de determinar os rumos da educação feminina da elite dessa época, sendo posteriormente estendida e disseminada a outras escolas, voltadas às classes menos abastadas, reprimindo os ideais emancipatórios e mantendo uma educação conservadora.¹³⁹

Mesmo com um quadro significativo de mulheres nas escolas, as aulas ainda eram ministradas em salas separadas por sexo, e o tipo de educação a elas destinada centrava-se nos estudos dos afazeres domésticos e da Música, juntamente com o ensino do Português e da Matemática, dentre outras disciplinas.¹⁴⁰ Dessa forma, mesmo quando se permitiu na sociedade um mínimo de instrução à mulher, meados do século XIX, esta foi eivada no ideal feminino, inspirado na cultura patriarcal vigente e nos dogmas do Cristianismo, que instituíam formas de comportamento a serem seguidas pelas mulheres e exaltavam virtudes femininas, como a castidade e a abnegação, impostas pela Igreja católica.

Pelo exposto, percebe-se que muitos foram os desafios enfrentados pelas mulheres para tornar possível o acesso a algum tipo de instrução, pois, durante longo período, este fora um direito restrito ao âmbito masculino. As sutis mudanças com relação à preocupação social em favorecer algum tipo de educação às mulheres restringia-se, no entanto, a um tipo de ensino elementar, com aulas de Gramática e Aritmética, ministradas em ambientes domiciliares.¹⁴¹ Assim, no rastro das reivindicações femininas¹⁴², surgiam movimentos que tinham em sua pauta principal a

¹³⁹ Ibidem, p. 69.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 73.

¹⁴¹ As aulas eram ministradas em ambientes domiciliares, por professores leigos, haja vista a carência de mestres no período entre o século XVIII e XIX. ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p. 70.

¹⁴² Merece destaque a figura da francesa Olympe de Gouges, que escrevera, em 1791, a declaração dos direitos da mulher, em réplica a declaração dos direitos humanos. Tal declaração reivindicava em seu artigo IV, que todos deveriam ser admitidos no trabalho de forma igualitária de acordo com suas capacidades. Mesmo não tendo muita relevância na época, podemos considerar um começo para a grande luta que as mulheres começavam a travar. Olympe afirmava em escritos que, se a Revolução havia abolidos os privilégios feudais, o mesmo se devia fazer em relação à figura masculina. É dela a frase “As mulheres devem ter direito de subir à tribuna, já que têm obrigação de subir no cadafalso. In: TOLEDO, Cecília: **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Op. Cit., p. 90.

superação das desigualdades e injustiças sociais que visava retirar da invisibilidade esse segmento social escondido que, sob o manto do preconceito e da ignorância, buscava o reconhecimento.

Vale acentuar o fato de que, em virtude das mudanças sociais que se evidenciavam, alguns avanços se expressaram com a possibilidade de meninos e meninas até frequentarem as mesmas salas de aula durante determinado período, no entanto, comum era o fato de, quando os meninos começavam a demonstrar que estavam aptos a aprender Latim, Francês ou Geometria, estes eram separados das meninas, encaminhando-se para outro tipo de instrução intelectual, sendo destinada às mulheres uma instrução que lhes garantisse o desenvolvimento de suas tarefas domésticas.

Percebe-se, todavia, é que essa educação possível para os dois sexos se diferenciava nos objetivos, metas e intenções, pois, na realidade, o fim último da educação era preparar a mulher para ser esposa e mãe de família. Assim, a mulher educada dentro dos preceitos religiosos seria uma companheira agradável, podendo transitar regularmente no espaço urbano. Como assinala Almeida, instruir o sexo feminino passou a ser de significativa importância, por ser difundida a ideia de que seria necessário educar as mulheres para tornar melhores os homens.¹⁴³

É importante notar que, após a proclamação da República, os movimentos da sociedade pela democratização da escola primária e pela ampliação do acesso à educação se compatibilizaram com a ideia de fornecer uma profissionalização às jovens que não possuíam recursos financeiros. Tal artifício fez com que se investisse em escolas e na criação de cursos preparatórios de formação – Escolas Normais¹⁴⁴. Foram criados cursos preparatórios para mulheres jovens, que não pertenciam às camadas sociais abastadas. Esses estabelecimentos tinham o fim de dotá-las de instrução primária, para que, posteriormente, passassem a ministrar aulas, como forma de retorno pela instrução recebida.

¹⁴³ A esse respeito, consultar obra de ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p. 69.

¹⁴⁴ A primeira Escola Normal brasileira foi criada em Niterói em 1835, mesmo não conseguindo se alicerçar no precário sistema escolar. In: ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p.72.

No entender de Almeida, a princípio esses estabelecimentos eram “instituições de caráter precário, com limitações orçamentárias significativas que impediam seu bom funcionamento, e abria e fechavam em função de decisões políticas”.¹⁴⁵ Referidos estabelecimentos foram criados com o objetivo de atender às necessidades de formação primária que estava começando a se expandir. Funcionavam com aulas de ensino elementar próprios de uma escola desse nível. Portanto, tal iniciativa se dispunha a atender a demanda social de expansão das oportunidades de ensino e, conseqüentemente, como forma de suprir a carência de professores daquele período específico, considerando que as Escolas Normais públicas não eram suficientes para atender a demanda.

Tal fato pode ser exemplificado com a criação do Seminário das Educandas, em São Paulo, que tinha como principal objetivo instruir jovens que tivessem interesse em se tornar professoras. Ser professora podia ser almejado pelas mulheres, solteiras ou casadas, desde que com a devida autorização do pai ou do marido. Vale ressaltar que outras modalidades de aprendizagem profissional eram pouco ofertadas ou incentivadas, e até mesmo proibidas legalmente.

No campo profissional, as Escolas Normais deveriam formar professoras, mas para difundir um ideário de um projeto civilizador do País. Assim, o ingresso das mulheres nas Escolas Normais e, posteriormente, como educadoras, representou uma via possível de inserção da mulher na vida social, mesmo se perpetuando a ideia de estas serem educadas mais para serem esposas agradáveis do que para a elevação de seu potencial intelectual.

As reivindicações por uma melhor educação das mulheres já são um grito mundial, e demarcam uma nova/velha função social à mulher, que fora conquistando a pouco e pouco e mediante as grandes “batalhas”.¹⁴⁶ Apesar desses avanços e do acesso das mulheres ao ensino superior, em vários países, contudo somente foi possível em fins do século XIX¹⁴⁷. E mesmo quando as escolas, reservadas apenas aos homens,

¹⁴⁵ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p. 72.

¹⁴⁶ Na Alemanha e na Áustria, formaram comitês, organizaram passeatas publicaram artigos em jornais etc. Na Rússia, eram dirigentes de partidos, organizavam movimentos que assentavam as bases para a manifestação massiva de mulheres, como as que aconteceram no dia 08 de março de 1917, que exigiam o retorno de seus maridos das trincheiras e pão para seus filhos. In: TOLEDO, Cecília: **O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. Op. cit.

¹⁴⁷ Michel relata sobre um motim estudantil quando as mulheres foram admitidas à Universidade de Edimburgo para o curso de Medicina; na França, madame Edwards-Pillet teve sua efígie queimada pelos

ensaiassem um espaço de acesso à educação feminina, esta sempre esteve eivada de interesses contraditórios.

Nos meados do século XIX, diante de um mundo explodindo em modificações, o domínio do homem sobre a mulher ganhou novas facetas, e o projeto da sociedade burguesa cita alguns direitos, passíveis de serem considerados conquistas. Com essa realidade, a mulher passou a exercer o papel de educadora, e o direito ao exercício profissional da docência, que pode ser havido como o primeiro trabalho profissional da mulher.¹⁴⁸

Dessa forma, entendemos que a presença da figura feminina no mundo do trabalho e o seu acesso a instrução formal podem ser configurados como significativos avanços, que, sob a óptica das conquistas sociais, se configura como importante vitória feminina, pois conseguiram abalar algumas estruturas solidificadas da sociedade e promover debates numa sociedade que nunca sequer aceitou a presença da mulher, a não ser como ornamento nos salões.

O advento do século XX acarreta mudanças significativas para a condição feminina. O acesso favorecido às mulheres de ingresso ao ensino superior e, conseqüentemente, em algumas profissões, em virtude das evoluções científicas e tecnológicas, dentre outros aspectos, fortalece a continuidade da luta¹⁴⁹ das mulheres por melhores oportunidades na sociedade e ocupação desse lugar negado. Conquistas históricas¹⁵⁰ imprescindíveis são responsáveis por impulsionar um novo rumo à

estudantes em sinal de protesto quando passou a ser interna dos hospitais, e, nos Estados Unidos, as mulheres abriram suas próprias universidades, tendo sido criada em Nova York em 1865 uma escola de Medicina para as mulheres, dada a oposição masculina nesses setores. In: DEMERVAL, Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. cit, p. 71.

¹⁴⁸ KAPPELLI, Marie Anne. **Cenas feministas**. In: Gius Laterza e Figli spa (orgs.) **História das mulheres no ocidente v 4: A produção das mulheres, imaginárias e reais**. Roma-Bari: Afrontamentos, 1990, p. 557.

¹⁴⁹ Outro aspecto relevante no contexto das lutas femininas, segundo Toledo, trata-se da participação das mulheres na Revolução Francesa¹⁴⁹, em 1789, como também a participação das mulheres na Comuna de Paris, em 1871, quando estas lutaram junto com os homens. Tais fatos demarcam a história da atividade revolucionária da qual as mulheres também foram protagonistas e que se repetiu nas revoluções de 1830 e 1848, ano em que, Marx e Engels lançaram o Manifesto Comunista e conclamaram os trabalhadores a lutar por um sistema que privilegiasse a igualdade entre todos. Para Toledo, essa coincidência de datas mostra que tanto os movimentos feministas quanto o socialismo foram fruto das mudanças que o capitalismo introduziu nas relações sociais de produção e reprodução. In: TOLEDO, Cecília: **O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. Op. cit.

¹⁵⁰ A conquista do direito ao voto, ao divórcio, ao direito de receber uma educação completa, as leis contra discriminação e contra o assédio são produtos advindos dessas lutas. No caso do Brasil, o direito ao voto foi uma conquista recente, obtida somente durante o ano de 1932, no governo de Getúlio Vargas. Esse movimento sufragista tinha como principal objetivo reformar as leis sobre o voto, universalizando esse direito. Vale ressaltar que a luta por direitos políticos foi de grande importância para a mulher.

sociedade ao longo nos anos seguintes, como um projeto que envolveu a participação de outros setores sociais.

No Brasil, as primeiras décadas do século XX representaram para a mulher o início de uma caminhada que lhes possibilitariam a apropriação de conhecimentos e de transcenderem a esfera privada. Para Almeida, o ingresso das mulheres na carreira do magistério representou um ponto de partida, para que muitas delas saíssem da invisibilidade que eram destinadas e reivindicassem direitos, que, até então, lhes eram negados.¹⁵¹ Cabe seguir, no entanto, na continuação descritiva do percurso histórico da mulher no tocante à sua educação e profissionalização.

No decorrer dos séculos, a mulher incumbida de educar seus filhos na primeira idade se torna uma “educadora natural”¹⁵² de crianças. Desta feita, a figuração da mulher como educadora funcionava como uma espécie de prolongamento das funções maternas, cumprindo uma função de educar as futuras esposas e mães. Nesse período, seus trabalhos somente teriam alguma significação sob o ideário da sagrada missão do cuidar e educar.

Conforme anota Almeida, o fato de se atribuir à figura feminina a “missão de ensinar”, foi um ideal que perdurou durante muito tempo no cenário social.¹⁵³ A conotação de o trabalho feminino estar ligado às influências do *constructo* social da atribuição do caráter maternal¹⁵⁴ da mulher professora, filiada àquela que cuida e educa, conduzia a mulher, em sua grande maioria, ao exercício de determinadas profissões,

Mesmo sendo direcionada ao voto, ela se estendeu a outros âmbitos e acabou favorecendo a ampliação de outros direitos até então não eram reconhecidos a elas, como: direito a herança e assumir o controle dos negócios de família, direito a instrução, dentre outros, que poderiam favorecer meios para promover uma mudança na participação em outros âmbitos sociais. In: TOLEDO, Cecília: **Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide**. Op. cit.

¹⁵¹ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. cit, p. 84.

¹⁵² Para Almeida, essa imagética se estruturou nos finais dos oitocentos e persistiu ao longo do século XX, voltada principalmente para um simbolismo atávico ancorado no potencial de redenção pela pureza e amor ao próximo, atributos dos quais a mulher eram/são possuidoras e teve efeito de maximizar a importância feminina na educação escolar. In: ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. Cit., p. 62.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Freire ressalta sobre a herança das atribuições maternas às educadoras que tem suas raízes nas características que se procura atribuir a mulher como: cuidado e zelo. Esse ideário feminino vem a se modificar no início da modernidade, e da necessidade das mães ajudarem seus maridos nos sustento da família. Mas, os jardins de infância não perderam a presença dessas “mães”, pois as jardineiras propostas por Fröebel - condutor da pedagogia natural - na qual as mães eram educadoras natas, as mulheres eram resignadas à ação do educar e reservavam seus tempos à seus filhos a filhos de outras mães impossibilitadas.

principalmente a do magistério. Assim, se firma a educadora na figura feminina, perpetuando até nosso século, talvez o grande momento que delineia até nossos dias as salas de magistério e Pedagogia repletas de mulheres e raríssimos homens.

Segundo Pimenta¹⁵⁵, desde muito tempo, pesquisas na área de formação de professores são temas recorrentes em nossa história. Nos idos de 1990, Aparecida Joly Gouveia e outros autores da área da sociologia da educação na USP, como Luiz Pereira, consagram a temática como pauta importante no cerne dessas questões no país.¹⁵⁶

Uma pesquisa denominada *Magistério Primário Numa Sociedade de Classes* realizada por Luiz Pereira¹⁵⁷, a partir do Censo Escolar do Brasil – INEP,¹⁵⁸ assegurava que um fato bem peculiar, no magistério primário, era presença quase que exclusiva de mulheres na ocupação dessa profissão. Para o autor da pesquisa, esse era um fator quase determinante para a relativa desvalorização da profissão docente, uma vez que, “pautada em características missionárias, de instinto maternal, paciência, abnegação e de baixos salários, poucas horas de trabalho e prestígio ocupacional insatisfatório”. Esses fatores contribuíam para as mulheres, de qualquer classe, numa sociedade e em uma cultura essencialmente marcadas pelo predomínio da relevância do trabalho masculino como suporte da família, assumissem mesmo com essas desvantagens, o exercício profissional do magistério.¹⁵⁹

Para Pimenta, o fato de a sociedade brasileira ser bastante modificada, com o desenvolvimento do capitalismo urbano, assinala uma desqualificação do trabalho de uma forma em geral, apontando uma necessidade do trabalho feminino para o sustento da família, sobretudo como professora, tendo em vista a necessidade de se conciliar o

¹⁵⁵ PIMENTA, Selma Garrido & CHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006, p. 28.

¹⁵⁶ Ibidem, ibidem.

¹⁵⁷ Pesquisa **Magistério Primário numa Sociedade de Classes** realizada em 1969 por Luiz Pereira, pesquisador e professor da Universidade de São Paulo – USP, a partir do Censo Escolar do Brasil – INEP. In: PIMENTA, Selma Garrido & CHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. Op. Cit., p. 28.

¹⁵⁸ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira foi criado em 1940 e iniciou suas atividades em julho de 1944. A Revista Brasileira de Educação Pedagógica (RBEP) foi responsável pela divulgação do pensamento educacional brasileiro e das pesquisas sobre formação de professores, até meados dos anos de 1980. Além de promover Conferências Nacionais de Educação (CNE). In: PIMENTA, Selma Garrido & CHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. Op. Cit., p. 28.

¹⁵⁹ PIMENTA, Selma Garrido & CHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. Op. cit, p. 29.

trabalho com as tarefas domiciliares. Por outro lado, o trabalho urbano tende a ampliar, também, a demanda por escolarização básica.¹⁶⁰

Os anos seguintes, também foram marcados por um período de grandes inovações, críticas e reivindicações, que possibilitaram modificações no sistema escolar de ensino, tradicionalmente elitista e seletivo¹⁶¹. Para Almeida, entretanto, a ampliação da demanda pela escola não refletia as necessidades essenciais do desenvolvimento econômico, por este se constituir insuficiente e caminhar em sentido contrário às necessidades criadas.¹⁶² Dessa forma, mais uma vez, a educação é alinhada ao poder dominante, passando a desempenhar um papel conservador.

Evidencia-se, portanto, um panorama em que a educação é tomada como um importante instrumento para a manutenção da sociedade tradicional. No esteio de tais considerações, o desafio sobre o qual o trabalho se debruça a partir de então é discutir sobre a luta secular das mulheres em busca de um saber historicamente não oportunizado, sempre no enfrentamento com o poder de uma sociedade de prevalência masculina. Assim, no uso de estratégias, na trilha das reivindicações, deixam marcas em toda a história.

¹⁶⁰ Ibidem, ibidem.

¹⁶¹ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** In: DEMERVAL Saviani. **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Op. cit, p. 84.

¹⁶² Ibidem, p. 84.

4.2 Escolarização, Empregabilidade e Gênero: entre Avanços e Desafios

As argumentações tecidas até então conduzem ao aprofundamento do debate sobre a relação escolaridade, empregabilidade e gênero, considerando o cenário contemporâneo, materializado nos avanços e desafios presentes na trajetória do segmento feminino, ao longo da história. É pertinente reconhecer que a contemporaneidade é, portanto, o cenário de consolidação desses avanços sobre os quais, notadamente, essa subseção se debruça. A história é testemunha de que a luta pela emancipação feminina em direção à igualdade de direitos não pode deixar de ser lida desvinculada da luta pela emancipação de toda a sociedade.

Apesar de se reconhecer os avanços e as iniciativas do segmento feminino por igualdade de direitos e oportunidades, o discurso da emancipação feminina não pode ser confundido com apelos proclamados nas chamadas lutas feministas, a que assistimos na atualidade. Tal consideração é pertinente pelo o fato de reconhecermos que a luta pela garantia de direitos deve ser única, de toda a classe trabalhadora, composta por homens ou mulheres no enfrentamento ao contexto de exploração, discriminação e toda e qualquer forma de subordinação; pois estamos cientes de que, quanto à inserção da mulher na esfera produtiva, essa face de exploração acontece em uma circunstância de maior precarização, de baixos salários e preconceitos de ordens diversas.

Essa conjuntura na qual a mulher está inserida aparece, em parte, de forma contraditória, uma vez que há um percurso de conquistas femininas permeado pelas limitações sociais impostas, que demarcam uma definição de papéis historicamente atribuídos tanto para o homem quanto para a mulher na sociedade.

Nesse sentido, há uma correlação de determinantes que configuram o lugar social da mulher na atualidade, assentados nas práticas historicamente instituídas em relação a esse segmento, particularmente aquelas ligadas à escolarização formal, uma vez que estes podem estar estreitamente relacionados com o acesso e o avanço à profissionalização do segmento.

Consideramos que a presença da figura feminina no mundo do trabalho representa um avanço que, sob a óptica das conquistas sociais, se configura importante conquista feminina, quando se reconhece que, em um passado não muito distante, muitas mulheres eram impedidas de sair às ruas e/ou até mesmo de falar em público. A

atual situação vivenciada pela mulher com uma participação mais intensa no mercado de trabalho é uma realidade.

Dessa forma, muitas são as questões que persistem e/ou emergem desse processo, como a discriminação e o preconceito contra a mulher, a precarização das condições de trabalho e o desemprego, dentre outros problemas manifestos no decurso da atuação da mulher no âmbito social. Não obstante, tal fato merece ser analisado na totalidade do real, articulado às relações sociais de classe.

É oportuno considerar, portanto, que a inserção da mulher no mercado de trabalho se constitui como questão bastante complexa, haja vista a constante ofensiva do capital que se expressa na exacerbação da exploração dos trabalhadores. Assim, é possível perceber que, no mundo do trabalho, a questão de gênero acarreta consequências ainda mais graves para o sexo feminino, pois, na maioria dos casos, mesmo tendo um nível mais elevado de escolarização, as mulheres ainda se encontram em uma situação inferior, tanto no tocante ao desemprego quanto à remuneração pelo seu trabalho.

Um estudo sobre a trajetória da mulher na educação brasileira¹⁶³ realizado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, durante o ano de 2005, revela que as mulheres são maioria entre os alunos desde o ensino médio, e que, em geral, nesse mesmo período, elas tinham de um a dois anos de estudo a mais do que os homens.

Cabe considerar, todavia, a noção de que atualmente esses resultados têm se elevado consideravelmente. Levando-se em consideração os diferenciais de escolaridade entre homens e mulheres, deparamos a situação de que, atualmente, as mulheres possuem um nível de escolarização bem mais elevado, pois em média possuem de nove a onze anos a mais de estudo do que os homens.

Bruschini, ao analisar o aspecto da escolarização, constatou que as mulheres têm o nível de escolaridade mais elevado do que homens. Segundo referida autora, durante o ano de 2002, o nível de escolaridade feminina era de 23% para mulheres e de 37%, para homens, perfazendo, em 2002, um percentual de 37% de mulheres e apenas

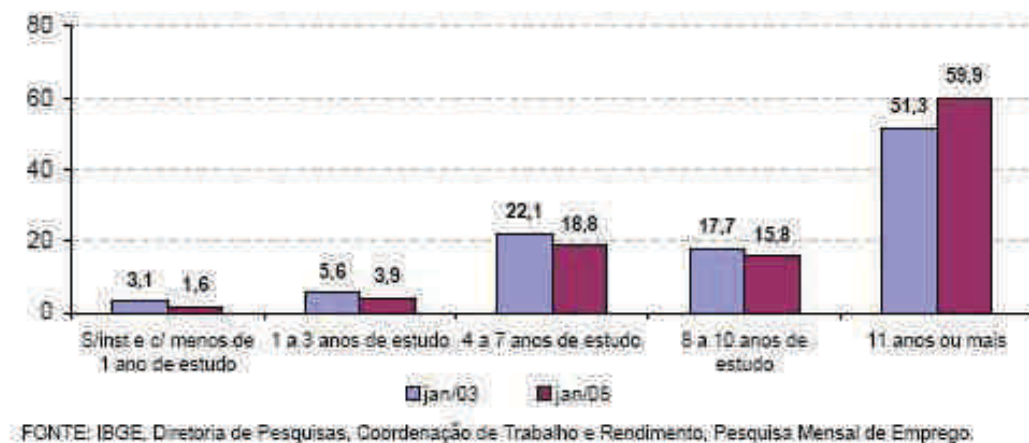
¹⁶³ Estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira: Jornal do Brasil, 2005.

26% dos homens, com mais de onze anos de estudo. Para autora, esse fenômeno é observado com maior frequência a partir do ensino médio.¹⁶⁴

Dados do Censo do Ensino Médio realizado pelo Ministério da Educação – MEC, de 2002, revelam que 59% dos alunos que concluíram o ensino médio, em 2002, eram mulheres. Em contrapartida, dados do Censo do Ensino Superior, realizado nesse mesmo período, identificam o fato de que foram às mulheres que mais ampliaram sua presença no ensino superior, superando os homens em 63%.¹⁶⁵

Pesquisa realizada no Brasil pelo IBGE, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, sobre a síntese dos indicadores sociais em 2008, revela que, “quanto à escolaridade, as mulheres brasileiras vêm se destacando em relação aos homens, especialmente nas áreas urbanas do país, onde apresentam, em média, entre um e onze anos a mais de estudo que os homens”¹⁶⁶. O gráfico a seguir apresenta indicadores referentes aos anos de estudo da população ocupada feminina.

Gráfico 3 – Distribuição da População Feminina Ocupada, segundo Anos de Estudo nos Meses de Janeiro de 2003 e Janeiro de 2008 (%)



¹⁶⁴ BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes**. In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Lílana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 55.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 56.

¹⁶⁶ Sobre esse assunto, consultar Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2008, p. 13.

Como podemos perceber na apreciação dos indicadores da pesquisa realizada pelo IBGE, há uma elevação significativa nos anos de escolarização feminina, quando comparamos os dados referentes a janeiro de 2003 e janeiro de 2008.¹⁶⁷

Segundo Bruschini, a expansão da escolaridade¹⁶⁸ entre as mulheres brasileiras se constitui como um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso destas no mercado de trabalho. Para referida autora, o acesso das mulheres às universidades proporcionou novas oportunidades de trabalho e, em alguns aspectos, possibilitou ainda uma ascensão profissional. Para a autora, esse aumento expressivo do número de mulheres instruídas, no Brasil, revela-se como consequência do maior acesso à educação oportunizada a esse segmento, uma vez que esse aspecto constitui um dos fatores de maior impacto para o ingresso das mulheres em determinadas profissões em tempos recentes.¹⁶⁹

Para Bruschini, tal fato pode ser comprovado pelo seu estudo, que revela um ingresso de maior peso de mulheres em profissões como Engenharia, Arquitetura, Medicina, Direito, dentre outras. No caso, por exemplo, dos engenheiros, a participação das mulheres, em 1990, era de 11%, passando para 14%, no ano de 2002. Já entre os arquitetos, essa fatia é bem mais substancial, pois durante o ano de 2002, nessa categoria, mais da metade dos profissionais é de mulheres, perfazendo cerca de 55%. Conforme assinala Bruschini, mesmo havendo um aumento expressivo do ingresso de mulheres em carreiras de maior prestígio social, observa-se é que ainda persistem os diferenciais de salários em quase todas as carreiras, com exceção para o cargo de juízes, onde se percebe que os rendimentos são bastante semelhantes, entre os sexos.¹⁷⁰

Depreende-se, também a ocorrência do fenômeno de feminização de algumas profissões.¹⁷¹ A autora citada revela ser comum entre as mulheres instruídas ainda a escolha de profissões como enfermeira, professora e outras áreas de ocupação, ditas tradicionalmente femininas. Chama à atenção o fato de se ainda continuar a preparar

¹⁶⁷ Ibidem, p. 13.

¹⁶⁸ Uma pesquisa realizada pela fundação Carlos Chagas onde a taxa de atividade de mulheres instruídas - a partir de onze anos de estudos - são muito mais elevadas do que as taxas gerais de ocupações. Em geral, elas representam um quantitativo de mais de 50% das mulheres em atividade, ou seja, mais da metade das brasileiras, em 2002, estavam ativas. A pesquisa revelou ainda, que das 100 mulheres pesquisadas - com 15 anos ou mais de estudo - 83 possuíam estavam exercendo algum tipo de atividade nesse período. In: BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes**. In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 54.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 58.

¹⁷⁰ Ibidem, ibidem.

¹⁷¹ Ibidem, ibidem.

mulheres para ocupar os chamados “guetos ocupacionais femininos”.¹⁷² Segundo Bruschini, com relação ao aspecto da escolarização, no caso das mulheres, tal fenômeno desempenha um papel importante no que concerne à empregabilidade¹⁷³ e à participação feminina nesses setores.

Para Bruschini, se fizermos uma análise nos níveis dos ganhos dos trabalhadores brasileiros, iremos descobrir que em geral esses níveis já são muito baixos, e que, no caso específico das mulheres, essa realidade se torna ainda pior, pois elas ganham bem menos do que os homens. Sua pesquisa revela que, em 1993, cerca de 48% dos trabalhadores homens ganhavam em torno de dois salários mínimos e que, durante o ano de 2002, esse percentual aumentou para 55%. Convém destacar que, no âmbito feminino, essa realidade é ainda mais agravante, pois, durante o ano de 1993, o percentual de mulheres que ganhavam até dois salários mínimos era de 55%, chegando a atingir durante o ano de 2002 um percentual de 58%.¹⁷⁴

Os dados do IBGE (de 2008) sobre o índice de salário percebido por esses dois segmentos revelam que em algumas regiões metropolitanas do Brasil, como Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, essa realidade se agravou. O rendimento médio das mulheres em janeiro de 2008 foi de R\$ 956,80, enquanto o dos homens foi de R\$ 1.342,70 para o conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego. Dessa forma, constata-se que as mulheres recebem em média 71,3% do rendimento dos homens.¹⁷⁵

O gráfico a seguir expõe de forma mais específica os índices médios dos rendimentos dos trabalhadores referentes a cada região pesquisada durante o ano de 2008.

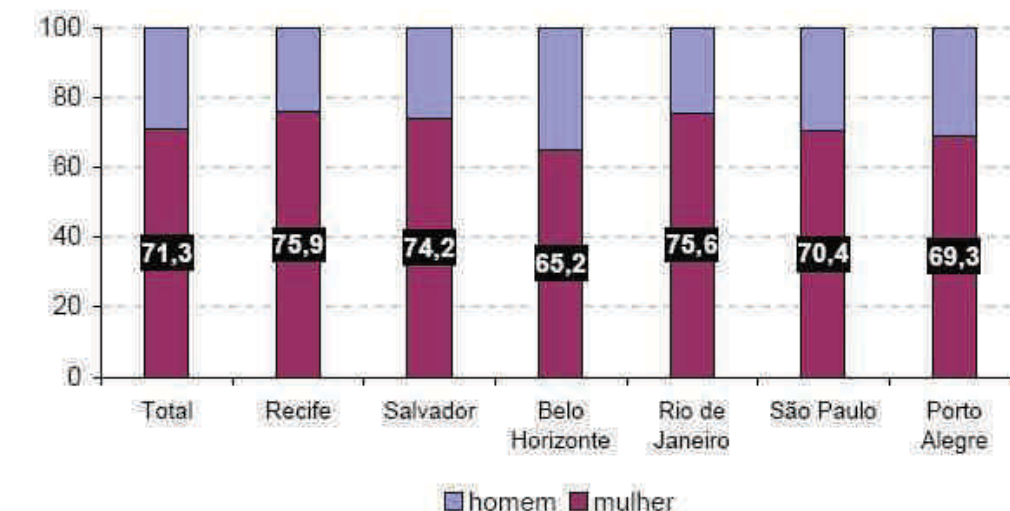
¹⁷² Ibidem, p. 56.

¹⁷³ Ibidem, p. 57.

¹⁷⁴ Dados coletados da Fundação, Sistema Estadual de Análises de Dados. **Inserção das mulheres negras no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo**, In: **Boletim mulher e trabalho** nº 4, junho de 2001 In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana. **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 79.

¹⁷⁵ Para saber mais, ver **Pesquisa Mensal de Emprego**: Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008. Op. Cit., p. 15.

Gráfico 4: Percentual do Rendimento da Mulher em Comparação ao Rendimento do Homem – Janeiro /2008



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

É oportuno notar que tais aspectos parecem sinalizar que, no mundo do trabalho, as consequências da exploração estão mais agravadas e/ou mais evidentes para o sexo feminino. Conforme analisa Antunes, quando se trata especificamente da questão salarial, a expressão do trabalho feminino tem significado inverso. Nesse caso específico, a desigualdade salarial entre homens e mulheres se contrapõe à crescente participação feminina no mundo Trabalho.¹⁷⁶ Observa, de fato, é que, para as mulheres, a realidade é de melhoria para uma minoria, fragmentando cada vez mais uma luta que deve ser de todos.

Percebemos é que essa tendência representa uma luta de minorias, dentre as quais as lutas das mulheres acabam se configurando em um mínimo ofertado a essa categoria. É oportuno enfatizar que a luta feminina é uma luta que deve se vincular à luta de classe e as oportunidades devem ocorrer no âmbito da totalidade. Dessa forma, o estudo procura oferecer subsídios para uma discussão sobre os efeitos dessas lutas/possibilidades nesse campo de luta.

Emerge, portanto, em meio a esse debate a educação como um aspecto relevante a ser discutido, haja vista que esta se vincula à temática gênero e trabalho e se expressa como uma conquista para o segmento feminino. Tal aspecto se constitui como

¹⁷⁶ ANTUNES, Ricardo: **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a morfologia do trabalho. Op. Cit., p. 55.

relevante para esse debate, haja vista a histórica reivindicação das mulheres na conquista do direito a instrução e empregabilidade.

4.3 A Configuração do Mercado de Trabalho para o Segmento Feminino, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Período de 2007 a 2009

Em face das discussões até então tecidas, faz-se importante, como forma de aprofundar o debate expor a configuração do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, para o segmento feminino. Utilizamos para tanto os índices de ocupação e/ou de atividade feminina no mercado de trabalho e locais de ocupação, por gênero, privilegiadamente, com base nos indicadores da Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT 2007 e 2008, como também os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego - PED/IDT 2009.¹⁷⁷

Consideramos que esses dados são importantes para entendermos como se exprime a realidade local em relação ao panorama nacional, suas similitudes e diferenciações, considerando os aspectos já expostos nesse texto em face da trajetória histórica feminina, de avanços e retrocessos iminentes.

A RMF abrange uma População em Idade Ativa (dez anos e mais) de 2.946 mil pessoas, segundo dados do IDT, referente ao ano de 2009¹⁷⁸. Em relação à taxa da População Economicamente Ativa – PEA, ou seja, parcela da PIA que está sob alguma forma ocupada no mercado ou desempregada, segundo a mesma fonte, é estimada em 1.676 mil trabalhadores. Convém ressaltar que, dos 1.676 mil trabalhadores que compõem o PEA, apenas 1.468 mil estão efetivamente desenvolvendo alguma atividade laboral. Salientamos que a Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT de 2007 estimava que dos trabalhadores em atividade, 54% eram homens e 46% eram mulheres. Ainda segundo o referido estudo, este índice apontava “maior presença masculina no mundo laboral da RMF, assim como em diversas áreas metropolitanas do país”.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Para saber mais sobre esse assunto, ver Pesquisa mensal realizada pelo Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT, (Organização Social Decreto Estadual nº 25.019, de 03/07/98) e publicada pelo Sistema Nacional de Emprego. **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007.**

¹⁷⁸ A RMF abrange atualmente uma população de 3.603,319 habitantes. http://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_de_Fortaleza#cite_not-IDR_RM-2, acesso em 14/08/09.

¹⁷⁹ Sobre este assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007.** Op. cit, p. 09.

Com a atual crise do mercado de trabalho, esse quadro se agravou, no âmbito nacional. Segundo o jornal o Globo, de 03 de julho de 2009,

A crise financeira Internacional afetou de modo diferente o emprego de homens e mulheres, freando o processo de feminização brasileiro, segundo um estudo realizado pela secretaria especial de política para as mulheres em parceria com o Instituto de Pesquisa Economicamente Avançada (IPEA) a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o IBGE.¹⁸⁰

Vale ressaltar que no segundo trimestre de 2009 o nível de desemprego se manteve relativamente alto na RMF, chegando a alcançar um quantitativo de 208 mil pessoas desempregadas. Convém ressaltar que a Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT/2007 revela que a taxa de desemprego entre os homens se manteve em torno de 11% e, para as mulheres, chegou a aproximadamente 14%, fato este que reforça a afirmação de que as mulheres são mais apenadas e mais sujeitas ao desemprego, pelo fato de representarem a maioria no segmento dos desempregados.¹⁸¹ A tabela a seguir apresenta dados da população economicamente ativa em 2009.

Tabela 3 – Índice de Ocupação - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009

Indicadores	Estimativa (em mil pessoas)
População em Idade Ativa – PIA	2.946
População Economicamente Ativa – PEA	1.676
Ocupação	1.468
Desempregados	208
Em Desemprego aberto	132
Em Desemprego oculto pelo trabalho precário	34
Em Desemprego oculto pelo desalento	42

Fonte: Dados Coletados da Pesquisa Emprego e Desemprego – PED Junho de 2009 – IDT Elaboração própria

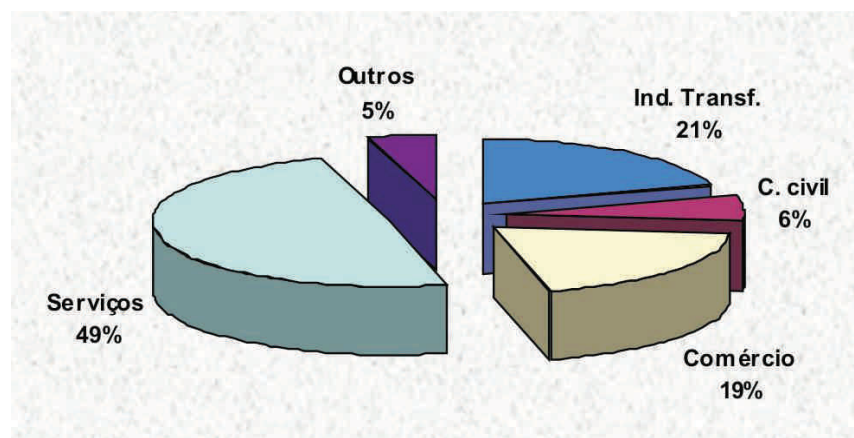
Com relação ao índice de ocupação por setor de atividade, evidenciamos que, durante o mês de junho de 2009, das 1.468 mil pessoas ocupadas, 672.000 (45,78%)

¹⁸⁰ www.zap.com.br/revista/empregos/tag/taxa-de-desemprego-feminino/ acesso em 19 de agosto de 2009.

¹⁸¹ Sobre este assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007**. Op. Cit., p. 16.

trabalhavam no setor de serviços, 260.000 (17,71%) eram trabalhadores na indústria de transformação, 75.000 (5,10%) na construção civil, 299.000 (20,37%) no comércio e o restante, 162.000 (11,04%), trabalhadores inseridos em outras atividades, como, por exemplo, o setor de serviços domésticos.¹⁸² Evidencia-se que na região Metropolitana de Fortaleza o setor de serviços é responsável por uma maior empregabilidade, seguido do comércio e da indústria de transformação. Como podemos aferir, quase 50% dos trabalhadores estão inseridos nos setores de serviços, conforme explicado na tabela abaixo.

Gráfico 5 – População Ocupada por Setor de Atividade – Região Metropolitana de Fortaleza - Agosto/2007



Fonte: Dados coletados da Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/2007

Conforme indicadores do IDT, identificamos os setores de serviços e da indústria de transformação como os responsáveis pelo emprego de um maior quantitativo de mulheres no mercado de trabalho. No primeiro caso, a taxa de ocupação feminina é de 57,51% em relação a 45,16%. No segundo, essa taxa é 20,69 de ocupação feminina para 17,18% masculina. Nesse sentido, o comércio figura como setor de atividade que emprega um percentual de 19,03% de mulheres, em contraposição a 21,07% de homens.¹⁸³

Como podemos perceber, o setor do comércio, embora sendo o terceiro no *ranking* de ocupação, expressa maior equiparação de participação entre os dois gêneros, uma vez que os dados evidenciam uma diferença de 2,4% entre esses dois segmentos.

¹⁸² Para maiores informações consultar, **Pesquisa de Emprego e desemprego IDT/Fortaleza junho de 2009**, p. 04.

¹⁸³ Para saber mais sobre esse assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007**. Op. Cit., p. 13.

Tabela 4 – População Ocupada, por Gênero, segundo o Subsetor de Atividades-Fortaleza – 2007

Subsetor de atividades	2007	
	MASCULINO	FEMININO
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	17,18	20,69
CONSTRUÇÃO CIVIL	11,41	0,35
SERVICO	45,16	57,51
COMÉRCIO	21,07	19,03
OUTROS	5,18	2,42
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados coletados dos indicadores do – IDT

Tal quadro se insere na discussão mais ampla que, como diz Antunes, configura o caráter *multifacetado* e *polissêmico* do mundo trabalho. Assim, tais expressões caracterizam as mutações ocorrentes, em particular, no universo produtivo, em virtude do processo heterogêneo e complexo da forma de ser do trabalho atualmente.¹⁸⁴ Como assevera Antunes, nas últimas décadas do século XX, observamos

Uma significativa expansão dos assalariados médios no ‘setor de serviços’, que inicialmente incorporou parcela significativa de trabalhadores expulsos do mundo do trabalho produtivo industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização.¹⁸⁵

Os indicadores do IDT devem ser compreendidos também à luz de uma das constatações que a pesquisa sobre ocupação e desemprego de 2007 anuncia: “o nível de ocupação dos homens é bem superior ao das mulheres, realidade também constatada em inúmeras áreas metropolitanas do país”.¹⁸⁶ Isto significa dizer que, com exceção do setor de serviços e da indústria de transformação, está expresso concentrada uma maior inserção do gênero masculino no mercado de trabalho. Referido relatório destaca ainda que isto cenário independe de idade, pois a realidade é a mesma tanto para os jovens como para os adultos.

¹⁸⁴ ANTUNES, Ricardo L. C. **O Caracol e sua concha**: ensaios sobre a morfologia do trabalho. Op. Cit., p. 75.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 77.

¹⁸⁶ Sobre este assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007**. Op. Cit., p. 11.

A despeito deste fato, como analisa Costa, no mercado de trabalho cearense, as questões de gênero acarretam consequências ainda mais significativas para as mulheres na área não metropolitana de Fortaleza (restante do Estado). Referido autor assinala que encontramos as maiores diferenças entre o índice de participação de homens e mulheres nas regiões menos desenvolvidas economicamente, como norte e nordeste, seguindo a tendência geral de que nas áreas menos desenvolvidas a participação das mulheres é ainda menor.¹⁸⁷

Outra dimensão do problema refere-se às dificuldades para se conseguir um emprego.¹⁸⁸ Conforme revelado pela Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT de 2007, 75% das pessoas que procuram uma colocação no mercado de trabalho já possuem experiência profissional, enquanto os outros 25% são constituídos por pessoas que ainda buscam a primeira colocação.¹⁸⁹ Isso revela que, para cada desempregado, sem experiência, existem três outros desempregados, que já possuem experiências anteriores, competindo por uma vaga de emprego. Este fato denota haver uma concorrência desigual para os trabalhadores sem experiência profissional. Segundo Costa, o trabalhador informal de Fortaleza é predominantemente jovem, com baixo grau de instrução e do sexo feminino.¹⁹⁰

Conforme destaca a Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT de 2008, alguns dos principais empecilhos para se conseguir um emprego no mercado de trabalho da RMF podem ser expressos pelos seguintes aspectos: falta de qualificação, falta de experiência profissional, demora para encontrar trabalho com carteira assinada, ou ainda em razão de preconceitos diversos, dentre outros motivos.¹⁹¹

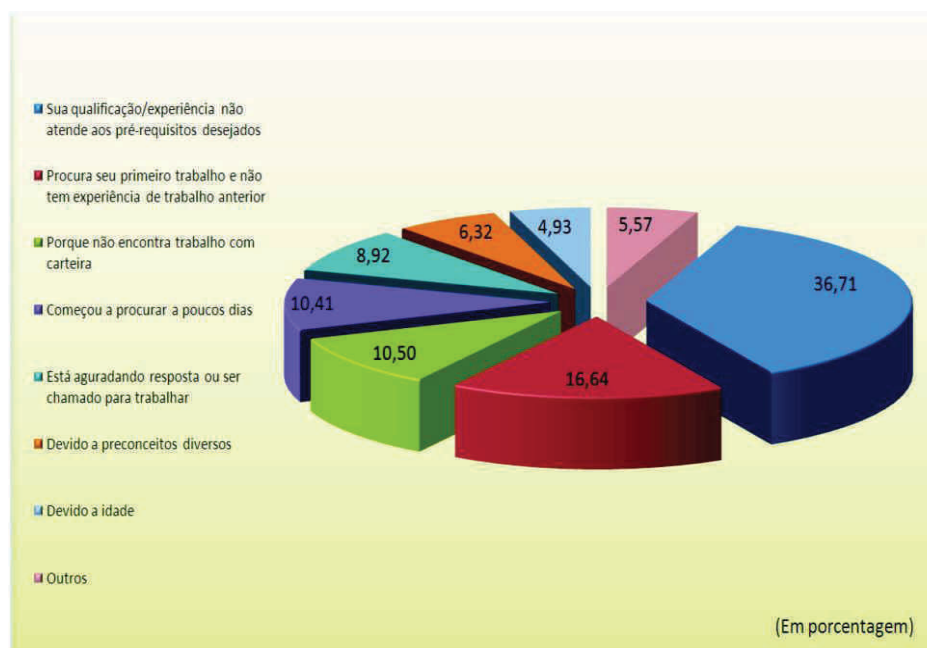
¹⁸⁷ COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Op. Cit., p. 08.

¹⁸⁸ O Jornal Diário do Nordeste, na edição de 06 de novembro de 2007, no Caderno de Negócios, expõe alguns dados sobre a problemática do desemprego na Capital cearense. De acordo com a matéria: 'a falta de espaço no mercado formal de trabalho (com carteira assinada) está movimentando novas opções de ocupação'.

¹⁸⁹ Sobre este assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007**. Op. Cit., p.10.

¹⁹⁰ Para saber mais sobre esse assunto, consultar obra de COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Op. Cit.

¹⁹¹ Sobre este assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT junho de 2008**. Op. cit, p. 14.

Gráfico 6 – Dificuldades na Obtenção de Trabalho - Fortaleza - Junho/2008.

Fonte: Dados Coletados da Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT junho de 2008

Outro fator relevante a ser considerado, segundo a pesquisa, é, sem dúvida, com relação ao nível de assalariamento da força de trabalho na RMF. Segundo Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT de 2007, o índice de remuneração da atividade principal ficou em torno do salário mínimo. Vale ressaltar ainda que tal fato independe de setor de atividade.

Aproximando essas informações de outras advindas de dados fornecidos pelo IDT - Fortaleza,¹⁹² que apresentam um levantamento do nível de assalariamento da força de trabalho, verificamos que, mesmo com um efetivo crescimento da participação feminina no mundo do trabalho, esses dados revelam que na RMF as diferenças salariais entre homens e mulheres ainda são expressivas. De acordo com a tabela abaixo, as diferenças mais expressivas encontradas estão entre os trabalhadores que percebem uma renda em torno de três a dez salários mínimos. Dados do IDT/Fortaleza comprovam que, no período de 2006 e 2007, esse fenômeno atingiu mais mulheres do que homens, e os trabalhadores com menor grau de instrução, conforme ilustrado na tabela abaixo.

¹⁹² Os dados se coletados pelo IDT/Fortaleza se referem a um levantamento sobre nível de remuneração da força de trabalho de Fortaleza.

Tabela 5 – População Ocupada por Gênero, segundo a Remuneração da Atividade Principal - Fortaleza - 2006-2007

Remuneração	2006		2007	
	MAS	FEM	MAS	FEM
SEM REMUNERAÇÃO*	3,13	4,28	3,21	4,59
0 - 1/2	8,54	19,07	8,23	18,84
1/2- 1	34,72	41,22	33,90	41,71
1- 2	34,61	24,69	37,45	25,33
2 - 3	7,91	4,00	8,23	4,12
3 - 5	4,60	2,65	4,05	2,29
5 - 10	2,30	1,08	2,14	1,13
>10	0,50	0,19	0,40	0,17
NÃO INFORMOU	3,69	2,82	2,39	1,82
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

* Segundo o IDT, o termo aqui utilizado refere-se ao exercício de atividades não remuneradas em negócios de parentes pelos membros da família sem remuneração (MFSR)

No que diz respeito às taxas de desemprego na RMF, com relação ao grau de instrução, a Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT de 2007 revelou que este é mais concentrado entre os trabalhadores sem instrução ou que possuem o nível fundamental e médio, fato que pode ser evidenciado também no tocante à questão da empregabilidade, ou seja, as oportunidades de emprego são melhores para aqueles que têm maior escolaridade. Dessa forma, a pesquisa concluiu que na RMF as oportunidades de emprego são maiores para aqueles que detêm um nível de instrução mais elevado e que a taxa de ocupação cresce de acordo com a elevação do nível de instrução.

Tabela 6 – Taxa de Ocupação, por Grau de Instrução - Região Metropolitana de Fortaleza – Agosto/2007

Variáveis (Grau de Instrução)	Taxa	Absoluta
Analfabeto	31,78	47.939
Alfabetizado	33,33	23.274
Ensino Fundamental	37,23	543.145
Ensino Médio	53,18	543.650
Nível superior	64,95	106.883

Fonte: Elaboração própria, com dados da Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT agosto de 2007

A pesquisa constatou que “ao passar do nível fundamental para o nível médio, o trabalhador acresce suas chances de obter trabalho em 43% e do nível médio para o

superior, tais chances se elevam em 22%”.¹⁹³ Convém ressaltar que entre os analfabetos da RMF as taxas de ocupações são menores, crescendo de acordo com a elevação do grau de instrução. Segundo a pesquisa, a taxa de ocupação passa de 31,78% entre analfabetos para 64,95% entre os trabalhadores de nível superior.

Consoante a expressão de Costa, o nível de escolarização entre homens e mulheres mostra-se instrumento importante a aquisição de trabalho, pois podemos constatar que os índices de atividade crescem de acordo com anos de estudo: “a partir dos oito anos de escola, as taxas de participação são cada vez maiores, entre homens e mulheres, o que independe de se tratar ou não de área metropolitana”.¹⁹⁴ Para o autor, o grau de instrução das mulheres constitui diferencial para a sua inserção/permanência no mercado de trabalho. Segundo ele, parece haver

Uma correlação positiva entre o nível de instrução e a diferença de participação por gênero, ou seja, constata-se que quão maior a escolaridade feminina, menor a diferença entre as suas taxas de participação e as dos homens. Em nível de estado, na faixa de 8 a 10 anos, essa diferença chega a 24 p.p., em média, declinando para 15 p.p., na faixa de 11 a 14 anos de estudo e chegando a somente 3 p.p. entre aqueles com 15 anos ou mais. Na RMF, essas diferenças são de 22, 16 e 4 p.p. e na área não-metropolitana, 27, 15 e 4 p.p., respectivamente.¹⁹⁵

Ainda conforme salientado por Costa, é fato que a taxa de ocupação feminina vem crescendo consideravelmente na RMF, embora sob condições semelhantes em que se configuram as demais regiões do País, caracterizadas por empregos precários, temporários, entre outros. Segundo o autor, as mulheres representam um segmento populacional importante e significativo para as economias nacionais, inclusive para o Ceará, na medida em que elas conformam 52% da população cearense, integram 42% da sua população economicamente ativa, além de serem responsáveis por aproximadamente 1/3 dos domicílios particulares do Estado.

Por influxo da realidade aqui apresentada, torna-se imperativo conhecer e questionar as implicações da crise pela qual passa a sociedade capitalista e as conformações do atual quadro das implicações para os trabalhadores, especialmente

¹⁹³ Sobre este assunto ver Sobre este assunto, ver **Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT agosto de 2007**. Op. cit, p.12.

¹⁹⁴ COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Op. Cit., p. 20.

¹⁹⁵ COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Op. Cit., p. 22.

para os segmentos mais atingidos pelas contradições e antagonismos de um modelo de sociedade injusto e excludente. Segundo Abramo, a crescente inserção feminina nas atividades laborais representa um indicador significativo dos avanços conquistados pelas mulheres e se configura como um fator importante para se ampliar a independência e autonomia, no entanto, não é suficiente para dar conta dos milhões de anos esquecimento destinado à figura feminina¹⁹⁶.

A configuração do mercado de trabalho na RMF evidencia características específicas, mas nem tão diferentes da realidade de outras regiões do país. Em linhas mais gerais, o levantamento sobre o mercado de trabalho nessa região no período de 2007 a 2009 revela uma realidade semelhante às demais regiões do País, citadas neste trabalho. Segundo Costa, apesar do crescente avanço no tocante à empregabilidade feminina, o quadro que se expressa em Fortaleza revela que as mulheres,

Continuam a ser mais susceptíveis ao desemprego e ao desalento, constituem alvos preferenciais de trabalhos de qualidade inferior, são majoritárias em setores associados a atividades tradicionalmente qualificadas como femininas (serviços sociais e trabalho doméstico), são mais assíduas na informalidade e, conseqüentemente, percebem remuneração inferior, mesmo sendo mais escolarizadas, enfatizando-se que, em inúmeras situações, a necessidade de conciliar a atividade econômica com as responsabilidades para com a família induz a uma inserção precária no mercado de trabalho.¹⁹⁷

É preciso considerar, porém, as atuais circunstâncias do trabalho, notadamente do trabalho feminino, pois o quadro expõe como consequência dessas transformações um crescente contingente de trabalhadores em condições muito precárias de trabalho e/ou em ocupações sem vínculo empregatício.

Em suma, a RMF apresenta o seguinte quadro: um significativo aumento de empregos informais com maior incidência para as mulheres, um aumento do contingente de trabalhadores autônomos e no setor de serviços (setor que mais emprega em Fortaleza, com destaque para a inserção feminina), um índice de remuneração da força de trabalho em torno de um salário mínimo, um total de 208 mil desempregados, que atingem com maior incidência o segmento feminino, e trabalhadores que não possuem instrução e/ou com menor instrução.

¹⁹⁶ ABRAMO, Laís. In: COSTA, Mardônio de Oliveira. COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Op. Cit., p. 02.

¹⁹⁷ COSTA, Mardônio de Oliveira. **Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense**. Op. Cit., p. 08.

Ao que parece, essa é uma educação que não está nem a serviço da classe dos trabalhadores, muito menos do segmento feminino. Como assevera Mészáros, a educação deve ser compreendida como criação e não utilizada meramente numa perspectiva de qualificação profissional, mas para a vida.¹⁹⁸ Referido autor destaca ainda a necessidade de compreender a educação em sentido mais amplo que ultrapasse a noção estrita da pedagogia. Para ele, a educação “tem de sair às ruas, para espaços públicos, e se abrir para o mundo. Pensando na construção lógica de uma ruptura com a lógica capital”.¹⁹⁹ Portanto, pensar a educação numa perspectiva emancipadora pressupõe romper com um modelo de sociedade opressivo e baseado na exploração humana.

Assim, no que é pertinente à condição feminina nesse modelo de sociabilidade, percebe-se que a maioria dos esforços se direciona não para uma formação humana mais geral, como gênero humano, mas com a preocupação de instrumentalizar para o mercado e para a conformação social. Segundo Abramo, mesmo havendo um crescimento intenso da participação da mulher nas últimas três décadas e uma elevação nos níveis de escolaridade em relação aos homens, muitos obstáculos ainda são percebidos para que esse segmento ingresse e/ou até mesmo permaneça em igualdade de condições no mercado de trabalho.²⁰⁰

Verifica-se ainda que, na atualidade, ocorre uma busca desenfreada por maior qualificação e elevação do nível de escolarização, sob o argumento de que esta é condição *sine qua non* para uma ascensão social. Nesse sentido, questionamos: qual a função social da escola? Que tipo de educação está sendo favorecida aos trabalhadores e trabalhadoras em nossa sociedade?

Desta feita, destacamos nesta análise a vinculo escolarização, mundo do trabalho e gênero como dimensão importante na contribuição do debate sobre as implicações para o segmento feminino.

¹⁹⁸ MÉSZÁROS, István: **A educação para além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 09.

¹⁹⁹ Ibidem, p.10.

²⁰⁰ Sobre esse assunto consultar obra de ABRAMO, Laís. Inserção das Mulheres no mercado de Trabalho na America Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs). **Organização Trabalho e Gênero**. Op. Cit., p. 23.

4.4 Considerações sobre Educação na Sociabilidade do Capital: Formação Humana ou Estratégia de Instrumentalização da Classe Trabalhadora?

Para se debater sobre a educação atualmente, impõe-se fazer uma reflexão sobre as exigências de elevação do nível de escolarização e de qualificação profissional da classe trabalhadora. Desta feita, tal empreendimento exige repensar a função da educação na sociedade capitalista, em face ao contexto antagônico, e a influência dos aspectos socioeconômicos e políticos nesse âmbito. Hoje, percebemos no mundo do trabalho um discurso que atribui à educação um peso significativo, haja vista as novas formas de contratação da força produtiva que exige novas demandas aos trabalhadores.

As novas demandas por educação, pelos mais variados segmentos da sociedade, sinalizam que a educação se insere como pauta das discussões que aos poucos ocupam o centro das preocupações na atualidade. Segundo Frigotto,²⁰¹ o atendimento às necessidades do mercado implica uma crescente necessidade de formação humana sob o lema do *aprender a aprender* tão propalado na chamada sociedade do conhecimento. Com o avanço da tecnologia e da ciência, a esfera produtiva passa a exigir que o trabalhador se adéque às novas demandas estabelecidas pelo mercado profissional.

Dessa forma, a emergência do modelo flexível de acumulação da produção teria forçado a qualificação e a formação profissional, aos trabalhadores como exigência imediata, bem como o surgimento um perfil profissional flexível e com um elevado nível de cognição. Dessa forma, muitos foram os investimentos dos apologistas do capital para que os trabalhadores investissem em métodos de trabalho que atendessem as demandas do mercado. Muitos foram os investimentos na área de treinamentos, qualificações, entre outros aparatos que facilitassem a cooptação e cooperação dos funcionários, para o melhor desempenho de suas funções.

Atualmente é comum que o capital coloque como principal aos trabalhadores um repertório de novas habilidades e maior qualificação profissional que possivelmente seriam observados por critérios averiguados pela educação escolar²⁰². No chamado modelo de competências, porém, esses valores estão centrados nas qualificações reais,

²⁰¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 44.

²⁰² MACIEL, Maria do Socorro Camelo. **Qualificação de trabalhadores: o significado do PLANFOR para as mulheres**, Dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira – UFC, 2003 p. 44.

ou seja, na comprovação de habilidades, no ato próprio do trabalho. Dessa forma, entendemos que a educação na sociabilidade do capital precisa ser repensada, considerando que esta constantemente é inserida em processos que elegem a educação como via possível de se resolver grande parte das mazelas sociais.

A crítica do modelo de educação que se destina aos trabalhadores e as exigências de maior escolarização impostas a esse segmento culminam na reflexão sobre o papel que a educação assume, tanto no plano ideológico quanto no terreno concreto, e exige que se faça uma leitura desta, como fenômeno histórico social, atualmente, na maioria das vezes, vinculado a interesses antagônicos, sendo ainda situada no aspecto de conservação das relações de dominância.

Nesse sentido, para Pimenta, é preciso se fazer uma análise crítica da escola e do papel da educação, bem como para o reconhecimento da importância e valorização da educação na perspectiva de superação das análises reprodutivas, sem que se negue o caráter ideológico da educação, no entanto, que a compreenda como espaço de contradição.²⁰³

Dessa maneira, as formulações de Marx²⁰⁴ sobre a educação são imprescindíveis para fundamentar as discussões aqui tecidas e, necessariamente, para se pensar a sociedade numa perspectiva que pressupõe transpor a lógica desumanizadora do capital. Nessa óptica, pensar a educação tal como se apresenta hoje é admitir que esta se configura como um processo que se fundamenta em conceitos burgueses e como estratégia fundamental de instrução da classe trabalhadora. Para Mészáros, “a educação que poderia ser alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista”.²⁰⁵

Para efeito do que discurremos, temos no contexto das décadas de 1960/1970 um quadro, segundo Frigotto, em que a educação do Brasil se delineia como prática social mais voltada para o desenvolvimento de “conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores”²⁰⁶ que, articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foram reduzidas e apropriadas pelos economicistas apenas a

²⁰³ PIMENTA, Selma Garrido & CHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. Op. Cit., p. 31.

²⁰⁴ SOUSA, Junior Justino. As referências de MARX, sobre educação, se encontram em textos como: **Manifesto do Partido Comunista de 1848**; Crítica ao Programa de Gotha; Guerra Civil na França; Instruções aos Delegados; Teses sobre Feuerbach; e **O Capital**.

²⁰⁵ MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Op. Cit., p. 12.

²⁰⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003, p.18.

preparar recursos humanos para a produção.²⁰⁷ Para tanto, é comum se difundir no cerne da relação de trabalho e educação, pelo menos no Brasil, a partir dos anos de 1990, a imposição de um novo perfil profissional como forma de garantir benefícios à classe trabalhadora.

Conforme explicitado, todas essas mudanças observadas no mundo do trabalho determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalhador, realizando uma verdadeira reforma moral e intelectual²⁰⁸ que visa à formação de outra cultura do trabalho. Essas estratégias de dominação supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na reprodução social.

Dessa forma, torna-se imperativo analisar criticamente as exigências que o mercado faz para a imposição dos discursos e das práticas de “competência e qualificação” que julga necessários ao desempenho das funções exercidas por grande parte dos trabalhadores, sobretudo nas empresas e organizações comerciais e financeiras. Esta temática se encontra intimamente ligada ao conceito de capital intelectual, ou seja, o conhecimento que está nas pessoas e que envolve elementos como talento, criatividade, intuição, inteligência, dentre outros fatores. Este conceito influencia diretamente um processo de mudança que caracteriza um novo sistema da gestão nas empresas.

Percebemos no processo educacional em nosso País que este deixa transparecer as imposições e interesses da elite dominante, desta feita, a problemática da educação que se expressa no contexto atual como via de possibilidade para se repensar as relações de poder instituídas na sociedade, na perspectiva da transformação social. Dessa forma, pensar a educação como instrumento essencial para a mudança pressupõe resgatar o sentido criativo e emancipatório da educação.

Há de se considerar que atualmente verificamos uma preocupação social com a educação demonstrada sob diversas formas, a saber: em documentos como a Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB N°

²⁰⁷ Ibidem, ibidem.

²⁰⁸ Vale ressaltar que o incremento das atividades cognitivas anunciadas pela atual fase do capital não significa o desenvolvimento pleno da inteligência, da a condição do trabalho e do trabalhador na sociedade regida pela lógica do capital.

9394/96, nos documentos do Banco Mundial, dentre outros apelos da sociedade por ampliação do acesso à escola.

Conforme explicitado no artigo 35, inciso II da LDB que enfatiza a finalidade da educação e na sua função de “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”,²⁰⁹ fica evidente, entretanto, uma preocupação da educação em preparar os indivíduos para o trabalho. Assim, também a necessidade de desenvolver no educando a “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionados à teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”²¹⁰

Reconhecemos que as leis da educação versam sobre outros aspectos, como desenvolver no educando habilidades que consolidem o aprofundamento das informações adquiridas, tanto no ensino fundamental, como nos outros níveis de ensino e que visem também ao refinamento do educando, como pessoa humana, abrangendo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Destacamos, no entanto, no texto da legislação, as considerações que tratam da formação para o trabalho, por compreendermos que, na atual fase de acumulação capitalista, se evidenciam estratégias de apropriação do conhecimento/saber dos trabalhadores, sob um discurso da empregabilidade.

Nesse sentido, questiona Gadotti: será que a educação é apenas um processo de formação do homem para adaptá-lo a viver em uma dada sociedade? Não existe uma concepção contrária, de educação que vise a despertar as novas gerações, que desafie para a construção de outra sociedade, uma educação realmente emancipadora? Essas questões não são novas, no entanto, repercutem em épocas distintas de várias formas.²¹¹

Para Frigotto, na perspectiva das classes hegemônicas, historicamente a educação dos mais variados grupos sociais e de trabalhadores decorre do fim último de habilitá-los “técnica, social e ideologicamente para o trabalho”, ou seja, vincular o papel da educação às demandas do sistema capitalista.²¹²

²⁰⁹ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB N° 9394/96.**

²¹⁰ *Ibidem.*

²¹¹ GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório.** 14ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003, p.13.

²¹² FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** Op. Cit., p. 26.

Mészáros usa uma citação de Gramsci, para afirmar que educar é “colocar fim a separação entre o Homo faber e o Homo sapiens”,²¹³ é reaver o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho. Assim, o pensamento de Mészáros deixa clara sua compreensão de que a educação não deve qualificar apenas para o trabalho, mas também para a vida.²¹⁴

Nesse sentido, torna-se imperativo reconhecer que a lógica capitalista, é pautada em princípios mercadológicos, excludentes e desumanizadores, e têm no individualismo, no lucro e na competição seus principais fundamentos. Pensar a educação na perspectiva do humano significa, portanto, perceber que esta não pode ser encerrada no termo estrito da Pedagogia, e que ela vai muito além dos espaços educativos²¹⁵, haja vista as contradições sociais que se mostram e se acirram na sociedade.

Sob este aspecto, Mészáros faz uma crítica à educação institucionalizada que, na sua concepção, é utilizada como instrumento que legitima o interesse da ordem social hegemônica. Segundo Mészáros, a educação, ao longo desses últimos anos,

Serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os meios os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, como também de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.²¹⁶

Para Mészáros, todavia, o simples acesso à escola pode até ser uma condição necessária, mas não é o suficiente “para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cujas sua existência só é reconhecida nos quadros estatísticos”.²¹⁷ A exclusão educacional, de que a sociedade atual é vítima, não é algo que se efetiva apenas na questão do simples acesso à escola, mas é um fenômeno bem mais amplo, que acontece também no interior da própria escola, por meio das instituições formais.²¹⁸

Nesse sentido, é oportuno questionar a educação nos moldes do sistema capitalista que na maioria das vezes, conduz os indivíduos a uma adequação à ordem preestabelecida. Para Gadotti, as reflexões sobre a educação tanto do homem feudal

²¹³ MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Op. Cit., p. 09.

²¹⁴ Ibidem, ibidem.

²¹⁵ Ibidem, ibidem.

²¹⁶ Ibidem, p. 35.

²¹⁷ Ibidem, p. 11.

²¹⁸ Ibidem, p. 11.

quanto a do homem burguês tem finalidades bem definidas, ou seja, uma educação que possibilite adaptar as novas gerações a um modelo de sociedade instituída nos moldes do sistema que a criou.²¹⁹

Na perspectiva de Mészáros, o fato de a educação ser utilizada como instrumento da sociedade capitalista legitima um quadro de valores, repassados à sociedade, como um mecanismo de reprodução do próprio sistema, passando, assim, a ser instrumento dos estigmas dos capitalistas, fornecendo conhecimento e pessoal necessário à manutenção dos interesses dominantes.

A educação não pode ser divisada apenas como mera transferência de valores e conceitos. Educar é um processo bem mais complexo, que permite ao sujeito decifrar o jogo de contradições que permeia a dinâmica do sistema capitalista.²²⁰ Mészáros assinala que a educação repassada aos trabalhadores, pelo sistema capitalista, é uma educação alienante, cujo o intuito é manter o homem aprisionado a esse modelo; e limitar a ação educacional aos interesses dos capitalistas significa abandonar o projeto de uma educação capaz de promover uma mudança verdadeiramente significativa.

Essa alternativa liberal, o “gradualismo utópico”,²²¹ não possibilita reverter a situação que ele considera uma barbaria educacional, a que a sociedade está submetida.²²² Esse panorama é amplamente percebido ao se fazer um resgate de como o processo educacional se constituiu em nossa sociedade.

Apesar de fazer uma crítica à educação institucionalizada, esse autor reconhece que a educação formal não é única responsável por consolidar o sistema capitalista, muito menos capaz de sozinha fornecer opções contra toda essa ordem vigente, mas é fato que ela atualmente funciona, dentro do sistema capitalista, como importante instrumento capaz de legitimar e reproduzir um consenso na sociedade atual. Para Mészáros, somente “as mais amplas concepções de educação poderá nos ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital”.²²³

²¹⁹ GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. Op. Cit., p. 13.

²²⁰ Sobre esse assunto, consultar obra de MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Op. Cit.

²²¹ Ibidem.

²²² Ibidem, p. 12.

²²³ Ibidem, p. 49.

Mészáros defende a existência de práticas pedagógicas que permitam que os sujeitos (professores e alunos) trabalhem as mudanças necessárias à construção de uma sociedade que permita aos sujeitos serem livres e iguais. Torna-se, no entanto, premente uma modificação nas políticas educacionais, que praticam e agravam o *apartheid* social, reproduzindo uma estrutura de valores, e corroboram para incorporar aos sujeitos uma visão de mundo mercantilista.²²⁴

Para tanto, a educação deve ser propiciada aos sujeitos como algo contínuo e permanente, ou então não é educação. Uma educação realmente transformadora tem como função precípua permitir ao homem ser mediador de sua ação política; um agente social que pensa e age visando a uma transformação social.²²⁵ Segundo seu pensamento colocar em prática esses princípios, ou seja, tornar essas ações verdadeiramente concretas, pressupõe ações que vão muito além dos espaços escolares, que possibilitem concretamente a liberdade do indivíduo e uma educação verdadeiramente emancipatória.²²⁶

Nesse sentido, se quisermos instituir a criação de uma alternativa educacional verdadeiramente significativa na sociedade, torna-se necessário transpor a ordem hegemônica, pois seria ingênuo e impossível se pensar numa formulação educacional, dentro do sistema capitalista, visto que ele é o responsável por perpetuar uma lógica mercantilista de uma instituição burguesa a serviço da manutenção de um sistema irreformável, incontrolável e incorrigível em sua própria natureza.²²⁷

É evidente que, no sistema pré-capitalista, a desigualdade já era explícita, porém essa realidade se agrava significativamente no sistema capitalista, muito embora sob um discurso difundido que advoga uma igualdade formal para todos. Dessa forma, a educação, que deveria ser instrumento de libertação, passa a perpetuar valores e interesses contraditórios. Para Mészáros, a lógica mercantilista, que permeia o universo instaurado pelo neoliberalismo, possa talvez explicar o processo de mercantilização da educação que transforma os espaços educacionais em verdadeiros *shoppings centers*,

²²⁴ Ibidem, p. 12.

²²⁵ Ibidem, p. 12.

²²⁶ Ibidem, p. 09.

²²⁷ Ibidem, p. 12.

que perdem o verdadeiro sentido ao qual se destinam, passando a ser mera reprodutora da lógica do consumo e do lucro.²²⁸

Dessa forma, Mészáros assevera ser impossível uma reforma significativa na educação sem se promover uma mudança no quadro social do qual a educação é o principal agente de transformação.²²⁹ Como esses processos estão intimamente ligados, será impossível uma transformação social no sentido emancipatório se não valorizarmos o processo educacional como algo efetivo de mudança.

Ante este fato, adverte Mészáros:

Ou se rompe definitivamente com a lógica capitalista ou estamos apenas fazendo reformas de pequenas amplitudes em todos os âmbitos sociais que servem apenas para manter as bases de sustentação do sistema em vigor, excluindo as possibilidades de um conflito entre as forças opositoras e as forças hegemônicas, revertendo às possibilidades de transformação em alternativas viáveis de dominação da ordem social.²³⁰

Torna-se evidente que instituir um projeto transformador na sociedade, por meio de reformas educacionais, reconciliadas com o ponto de vista capitalista, em nada favorece os sujeitos, pois é sabido que as determinações fundamentais do sistema capitalista, ou operam dentro de uma ordem que estabelece a ordem hegemônica ou perdem sua viabilidade de um sistema regulador historicamente dominante, haja vista seus conceitos serem irreformáveis pela sua própria natureza e totalmente incorrigíveis. Isto, segundo Mészáros, é a “reprodução metabólica universal e social”.²³¹

Nesse sentido, é preciso que se leve em consideração o fato de que é necessária uma reformulação educacional que nos encaminhe a um verdadeiro processo revolucionário, pois sem tal feito será impossível uma transformação social.²³² Para Mészáros, a partir do momento em que a escola passa a cumprir o papel a que se destina em seu sentido epistemológico, certamente promoverá mudanças nos processos sociais e vice-versa. Somente será possível a percepção desses mecanismos de controle com o desenvolvimento de uma ação consciente e coletiva, capaz de dar fim a esse quadro de

²²⁸ Ibidem, p. 16.

²²⁹ Ibidem, p. 26.

²³⁰ Ibidem, p. 26.

²³¹ Ibidem, p. 27.

²³² Ibidem, p. 26.

inércia e aceitação pelo qual estamos passando; é um limite intransponível até mesmo para o mais esclarecido dos homens.²³³

Para Mészáros, a educação para além do capital deve andar de mãos dadas com a luta pela transformação radical do atual modelo hegemônico,²³⁴ pois um sistema que “se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, necessita ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a reprodução do injusto sistema de classes”.²³⁵

Adam Smith e Robert Owen já abordavam a impossibilidade de uma educação dentro da esfera econômica capitalista, pois consideram impossível pôr em prática essas idéias, mesmo tendo-se as melhores intenções possíveis,²³⁶ haja vista a impossibilidade de conciliar as regras implacáveis de um sistema incorrigível como o capitalista. A solução se traduz em rescindir em definitivo com os meios disponíveis e com o controle exercido pelo capital, bem como com os meios ainda a ser inventados que se destinem ao mesmo propósito.²³⁷

Para Mészáros, cair na tentação de reparos institucionais formais, como é pretendido pelos reformistas, representa antes de tudo a alternativa elitista de proteger o círculo vicioso dessa lógica autocentrada no capital,²³⁸ pois, para aqueles que lutam contra a miséria e a opressão desse sistema excludente, a principal tarefa é a transformação social ampla e emancipadora, ou seja, a superação dos graves antagonismos estruturais de nossa sociedade. Segundo Frigotto, sendo a educação compreendida no plano das determinações e relações sociais, e, portanto, constituinte e constituída destas próprias relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica ocorrente nas diferentes esferas da vida social.²³⁹

Em suma, corroborando com os ideais de Mészáros, compreendemos que tal realidade impõe a tarefa imprescindível de transpor a razão capitalista, que requer se superar da alienação do trabalho. De imediato, reconhecemos que esse embate é cheio

²³³ Ibidem, p. 45.

²³⁴ Ibidem, p. 12.

²³⁵ Ibidem, p. 15.

²³⁶ Ibidem, p. 28.

²³⁷ Adam Smith, iluminista importante, e Robert Owen. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Op. Cit., p. 35.

²³⁸ Ibidem, p. 45.

²³⁹ FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. Op. Cit., p.25.

de contradições e solicita compreendermos que a educação constitui um *locus* fundamental de luta; e que a verdadeira ação pedagógica, realmente transformadora, é uma dimensão crucial da práxis revolucionária, haja vista ser por meio da educação que grande parte das disposições ideológicas da ordem do capital se reproduz. Nesse sentido, torna-se imprescindível a sociedade fomentar a automudança consciente dos indivíduos, no sentido de viabilizar condições indispensáveis para a universalização da educação e do trabalho como atividade humana autorealizadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar, neste estudo, a expressão fenomênica do trabalho feminino exigiu, em virtude da complexidade na qual se insere o tema, compreendê-la numa dinâmica interativa, permeada por múltiplas variáveis.

Notadamente em relação à categoria gênero, esta não pode ser compreendida apenas de forma analítica, pois seu entendimento acontece numa esfera ampla inter-relacionada aos demais fatores históricos (econômicos, políticos, culturais, dentre outros) que permeiam as relações sociais como um todo. Uma atenção especial deve ser dada, portanto, ao fato da não-“sectarização” entre mulheres e homens, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que não podemos tratá-los como universos independentes, e sim considerá-los em suas especificidades, singularidades e complementaridades.

Percebemos que a relação entre as categorias trabalho, gênero e educação, tríade enfocada neste estudo, não situa as mulheres em evidência como heroínas de uma história em ascensão, mas traz à cena a construção de um processo interativo, formado à base de relações sociais novas, de caráter diferente, todavia, muitas vezes, assentado sob resistências e permanências.

Os diversos construtos sociais, desde aqueles de determinismos biológicos, aos mais refinados esquemas sociológicos de subjugação e inferiorização, atribuídos às mulheres, na sociedade ao longo da história, produziram, em particular, as desigualdades sociais que o segmento feminino experimenta na sociedade.

Inúmeros argumentos que perduraram por muito tempo e ainda resistem na atualidade imputaram à mulher a consolidação de um estado de submissão historicamente construído, sendo essa condição de inferiorização naturalizada e, às vezes, até banalizada.

Paradoxalmente, assistimos ao protagonismo das mulheres com relação a grandes conquistas, que simbolizam a expressão da luta feminista por igualdade de direitos e oportunidades. A exemplo disso, temos a luta por direitos democráticos, como o direito ao voto, divórcio e à instrução, numa evidência das consideráveis conquistas que se produziram no conjunto da sociedade.

É necessário, no entanto, levar em consideração as diversas transformações no contexto socioeconômico e político que deram início a esse conjunto de mudanças, o qual viabilizou uma participação mais ativa da mulher nos variados espaços da sociedade. Vivenciamos um cenário de mudanças na esfera produtiva, inovações tecnológicas crescentes, significativos avanços no campo da ciência e na produção de riqueza material. Ao contrário do que se pode pensar, o que se expressa é a exacerbação da miséria humana e uma crise sem precedentes na história da humanidade, desencadeando uma problemática social complexa.

É preciso assinalar, contudo, que, muito embora ainda persistam desigualdades peculiares às relações de gênero, o século XX foi palco de inúmeros avanços sociais, para as mulheres, notadamente no campo da educação e da empregabilidade. Tais avanços, todavia, precisam ser refletidos e analisados de forma crítica, uma vez que indicadores como esses podem guardar, em si, leituras otimistas que traduzem a ampliação do quantitativo de mulheres aos postos de trabalho como uma ascensão social da condição feminina. Análises apressadas desconsideram as condições e formas de inserção e permanência nas ocupações ofertadas às mulheres e condicionam de forma direta a noção de emancipação e de garantia de direitos.

A credibilidade nesses indicadores obscurece e/ou camufla uma inserção-subalterna da condição feminina ao mercado de trabalho, haja vista que as ocupações, em grandes proporções, se localizam em ocupações de menor relevância social, em que o setor de serviço é aquele que mais absorve esse segmento. Notamos que tais circunstâncias de inserção trabalhista se traduzem muito mais como outra forma do sistema capitalista de extrair lucro e mais-valia dos sujeitos historicamente cerceados em seus direitos.

Não obstante, quando analisamos as transformações decorrentes do reordenamento do espaço produtivo, ou seja, com o melhoramento da maquinaria, se observa de modo mais marcante, a possibilidade de mulheres e crianças realizarem tarefas antes exclusivamente masculinas. Assim, como “corpos dóceis”, essas personagens figuram na história como alvos preferenciais às feições da lógica excludente e desumanizadora do sistema capitalista.

Sob esse prisma, podemos inferir que a questão das transformações na esfera produtiva, modificou em termos de processo, ao longo dos anos, não apenas a esfera da

produção, mas também a vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Como desdobramentos desse processo, podemos assinalar aqueles da ordem do rebaixamento dos salários em face de oferta de emprego destinado a esse segmento.

Por certo, elas configuram um panorama de precarização do trabalho e maior precariedade nas condições existenciais de vida de todos os trabalhadores, em particular para o segmento feminino. Ao que se apresenta, a questão da precarização do trabalho é, por sua vez, igualmente, uma questão de gênero.

O panorama do mundo do trabalho apresentado para a maioria dos trabalhadores na sociedade capitalista, em especial para as mulheres, exige uma apreciação mais específica sobre o estado de subordinação, precarização e perpetuação das desigualdades em que se insere a classe trabalhadora, na sociabilidade do capital.

Ciente de que a forma de organização tem como pressuposto a lógica capitalista que alicerça suas bases na exploração do trabalho humano, a pesquisa traz à baila as contradições que permeiam as dinâmicas regentes das relações de trabalho, em especial para o gênero feminino.

A expansão da participação das mulheres no mundo laboral permite reconhecer que esta inserção se deu, em parte, em razão de um arrefecimento dos impedimentos sociais que inviabilizavam às mulheres a assunção de determinadas posições na sociedade, ao que se aliam fatores econômicos ligados à necessidade de a mulher assumir determinada parcela sobre o sustento da família. Fatores como estes se apresentam como justificativas para o ingresso desse segmento no mercado de trabalho.

Há de considerar, portanto, o fato de que essa inserção é exibida também como estratégia utilizada pelo sistema capitalista, no qual se coopta as mulheres como medidas que viabilizam as condições necessárias à reprodução do sistema, instauradas para atender as necessidades do mercado.

Muitas das medidas implementadas pelo sistema capitalista, como o reordenamento do espaço produtivo, que tem como desdobramento a inserção precária da mulher na esfera produtiva, a flexibilização, entre outras estratégias, expressam formas de domínio do capital, necessárias para o enfrentamento das sucessivas crises, e representam, na realidade, um conjunto de saídas que se traduz em estratégias de acumulação capitalista.

Cabe destacar, no entanto, que o aumento de empregos precários traz consequências que não se limitam ao universo feminino e servem para exacerbar as condições de realização do trabalho da grande parcela dos trabalhadores.

A aproximação das categorias de gênero e de classe, investigadas por este estudo, explicitadas no contexto atual, mostra o quadro de mazelas sociais e desigualdades nas relações de trabalho, expressas na exacerbação da precariedade das formas e condições de trabalho, no qual as mulheres sofrem de modo mais acentuado as consequências desse processo.

As contradições que permeiam as relações de gênero e de classe servem para expor um contexto diferenciado, onde, mesmo com alguns considerados avanços, ainda persistem as desigualdades de gênero nas relações de trabalho. Mesmo com um expressivo crescimento no tocante à empregabilidade feminina na atualidade, podemos observar, entretanto, um contingente elevado de trabalhadoras em ocupações precárias, em empregos temporários e/ou prestação de serviços, empregos domésticos, trabalhadoras não remuneradas, um elevado índice de mulheres no setor de serviços e um alto índice de trabalhadores sem carteira assinada.

Como podemos perceber, o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria oportunidades efetivas para que a mulher se insira no mercado de trabalho, possibilitando, assim, condições para formas de emancipação, exacerbam suas contradições, quando produzem formas acentuadas de exploração e extração de trabalho excedente para esse segmento.

Convém destacar a impossibilidade de o sistema social, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, prescindir de explorar as mulheres pertencentes a estratos menos favorecidos, pois elas são alvos preferenciais de subordinação, o que de fato facilita sua contratação como força de trabalho sub-remunerada. As desvantagens sociais vivenciadas por esse sexo não só promovem essas desigualdades, como também permitem que o capitalismo, por meio da intensa jornada de trabalho e de salários mais baixos, arranque das mulheres o máximo de mais-valia possível.

Em suma, é fato que as mudanças ocorridas serviram de base para instaurar uma política de empregabilidade em tendências variadas, operadas pelo sistema capitalista. O processo de feminização se comprova no mundo do trabalho como uma tendência crescente, e permite constituir e avançar no difícil e complexo processo de

pseudoemancipação feminina, por assim dizer, deslocando o eixo da subjugação social da mulher em intensidade e contextos de manifestação: do lar para a esfera produtiva ou de mercado, nos diversos matizes da exploração na contemporaneidade.

A literatura consultada, de Nogueira, Hirata e Toledo, considera que os postos de trabalho aberto às mulheres não representam conquistas efetivas, principalmente no campo da emancipação humana, mas se apresentam como situações históricas que requereram essas mulheres ao labor com vistas a demandas imediatas do mercado. Portanto, não rompem ou minimizam os processos de exploração a que elas estão sujeitas.

Apesar de toda a modernidade e das descobertas no campo da Ciência, da Robótica e da Microeletrônica, a situação da mulher não indica sinais de melhoria, mas de agravamento das condições já elencadas, afetando significativamente suas vidas e o modo de ser e estar na sociedade.

Em um mundo em constantes transformações, onde se percebe a fragmentação de luta daqueles que estão à margem da sociedade, no tocante aos movimentos sociais de pressão, a análise aqui encetada se posiciona contra a “sectarização” da classe trabalhadora e ao esfacelamento das lutas nesse campo. Esta é a tendência atualmente defendida pelos movimentos mais recentes de garantia da igualdade de direitos e de justiça social para todos.

Outro aspecto relevante à análise que empreendemos nesta pesquisa é a compreensão de que as relações sociais de trabalho, na forma como se apresentam na sociedade capitalista, ultrapassando as características inerentes à divisão do trabalho (fragmentação das tarefas, alienação e desrealização do e pelo trabalho, perda do objeto) e sua forma precarizada de se realizar, são perpassadas por outras que se assentam sob a égide do gênero. Nessa posição, essas relações de trabalho são marcadas também por atos de violência e discriminação, o que pode ser traduzido como violência de gênero.

É expressiva a discriminação vivenciada pelas mulheres, estimada inclusive na constatação de que suas remunerações são em média 30% menores do que os salários masculinos, quando desempenham atividades similares. Registramos ainda o fato de que em termos comparativos, o quantitativo de mulheres que exercem atividades sem remuneração é duas vezes superior ao dos homens, nessa mesma circunstância; situação agravada ainda pela realidade apontada por documentos internacionais que tratam sobre

as tendências mundiais do emprego, ao evidenciarem a existência de muitas mulheres que desempenham trabalhos mal remunerados, com frequência na economia informal, sem suficiente proteção legal, com pouca ou nenhuma proteção social e com elevados níveis de insegurança.

Não surpreendente o número de mulheres sob essas condições desfavoráveis ser mais recorrente entre mulheres pobres e negras, que, por seu turno, são aquelas que, em geral, possuem nível de escolaridade mais elementar. Coincide com essa estatística o indicador de nível de escolaridade dessas mulheres.

O nível de escolarização emerge, portanto, como fator determinante para que as mulheres se insiram e permaneçam em igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, com reflexos inclusive em melhores ocupações, menores diferenças dos salários pagos aos homens, nas mesmas profissões. Esse fato, porém não é suficiente para anular as desigualdades, em especial salariais, que persistem entre os sexos, e ainda, as mulheres necessitam de uma formação educacional significativamente superior (em média, quatro anos a mais) para ter acesso às mesmas oportunidades de emprego que os homens.

Apesar dos indicadores apresentarem expressivo crescimento feminino no mundo do trabalho, fato comum às estatísticas da maioria das regiões metropolitanas do País, em Fortaleza, tal realidade é materializada nos indicadores ocupacionais que revelam as diferenças salariais entre homens e mulheres, sendo que as menores distâncias são manifestadas nas ocupações sem remuneração e num plano oposto àquelas de maiores valores, que vão de três a mais de dez salários mínimos. As diferenças salariais são significativamente presentes, em termos percentuais, segundo os parâmetros de remuneração.

Realidade semelhante pode ser constatada no levantamento feito por este estudo na cidade de Fortaleza. Quanto ao índice de desemprego, os dados locais revelam que o fenômeno atinge mais mulheres do que homens, e trabalhadores com menor instrução.

Observamos, portanto, a relação estreita entre escolarização e empregabilidade, exposta nos dados que se desprendem das fontes coletadas, confrontados na reflexão sobre o contexto societário atual.

É preciso compreender, primeiramente, que a educação está inserida nos intensos discursos socioculturais e político-ideológicos, onde se fabricam demandas e exigências a serem atendidas. Com base no postulado que alia educação ao desenvolvimento econômico, assistimos nas últimas décadas do século XX à premente defesa da educação como resgate necessário à reestabilização da sociedade, alicerçada nas exigências acirradas por ampliação do nível de escolaridade dos sujeitos. Esse argumento pauta-se no discurso que advoga a educação como redentora das desigualdades sociais, originadas nas desigualdades econômicas em escala mundial, cujas implicações resvalam nas consequentes bandeiras contemporâneas de democratização do ensino público, por acesso e permanência na educação.

É preciso compreender ainda que, mesmo em face da luta em defesa de direitos igualitários a mulheres e homens, as conquistas evidenciadas não se traduzem em efetiva emancipação de nenhum trabalhador, porquanto a luta dos oprimidos deveria se estabelecer em primazia contra o sistema capitalista. É impossível se pensar em emancipação plena, de mulheres e homens, sem a modificação da forma ou das estruturas dominantes e de subjugação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? IN: Dermeval Saviani. *O legado Educacional do Século XX no Brasil*. São Paulo: Ed. Autores Associados LTDA, 2004.

ANTUNES, Ricardo. L. C. *O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____, Ricardo. L. C. Artigo: *Trabalho de Luto*. São Paulo. In: Folha de São Paulo, 2009.

_____. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

BAUER, Carlos. *Breve História da Mulher no Mundo Ocidental*. São Paulo: Xamã/Edições Pulsar, 2001.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB N° 9394/96* de 02 de dezembro de 1996.

BRASIL, Relatório sobre *Tendências Mundiais do Emprego*: http://www.oitbrasil.org.br/get_2009.php.

BRASIL, Relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT. *Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007*, publicado no ano de 2008.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) de Karl Marx. In: *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, Departamentos de Filosofia, Fundamentos da Educação e Princípios e Organização da Prática Pedagógica, v. 8, n. 16, jul./dez. 1994.

- CHESNAIS, François. *Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Maria Luiza Pinheiro. *Discriminação na Relação de Trabalho: uma afronta ao princípio da igualdade*. Rio de Janeiro: AIDE, 2003.
- COSTA, Mardônio de Oliveira. *Mulher e mercado de trabalho a realidade cearense*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, 2008.
- DEMerval Saviani. *O legado Educacional do Século XX no Brasil*. São Paulo: Ed. Autores Associados LTDA, 2004.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo. DIEESE, 2001.
- DUARTE, Newton. *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões? Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas São Paulo: Autores Associados, 2003.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira S/A –1987.
- _____, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____, ENGELS e LENIN. *Sobre a Mulher*. Global Editora: São Paulo, S/N.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório*. 14ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. *Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais*. São Paulo: Atlas, 2001.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? um olhar voltado para a empresa e para a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. & SEGNINI Liliana. *Organização trabalho e gênero*. São Paulo. Editora SENAC. 2007.

Jornal *O Povo*, 30 de novembro de 2008.

Jornal *Diário do Nordeste*, em sua edição de 06 de novembro de 2007, no caderno de negócios

KAPPELLI, Marie Anne. *Cenas feministas*. In: Gius Laterza e Figli spa (orgs.) *História das mulheres no ocidente v 4: A produção das mulheres, imaginárias e reais*. Roma-Bari: Afrontamentos, 1990

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 4ª edição. Paz e terra. 1996.

MACIEL, Maria do Socorro Camelo. *Qualificação de trabalhadores: o significado do PLANFOR para as mulheres*, Dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira – UFC, 2003

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Volume I, tomo 1. Abril cultural, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Volume I, tomo 2. Abril cultural, 1983.

_____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Editora Martin Claret: 2004.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, Frederico Luiz Barbosa. *Velhos Problemas, Ainda Mais Graves: o trabalho visto pelo mercado da Grande São Paulo*. In: PAULA, João Antônio de Paula. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editora. 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazei. *A Feminização no Mundo do Trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

- OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido & CHEDIN, Evandro. *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006
- PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. 22ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *Mulheres Educadas na Colônia*. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira. *500 anos de Educação no Brasil*. Minas Gerais: Ed. Autêntica, 2003.
- ROMANELLI, Otávia de Oliveira. *Historia da Educação no Brasil*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – As Políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo. Paz e Terra, 1995.
- SAVIANE, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. São Paulo: Autores associados, 2005.
- SILVA, Marco Aurélio. *Todo poder às mulheres*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.
- SISSA, Giulia. *Filosofias do Gênero: Platão, Aristóteles e a diferenças dos sexos*. In: Michelle Perrot. *História das mulheres no ocidente*. São Paulo: Vol. 1: A Antigüidade Ed. Ebradil, 1990.
- SONNET Martine. *Uma filha para educar*. In: Gius Laterza e Figli spa (orgs.) *História das mulheres no ocidente*, v 3: *O trabalho e os dias*. Roma-Bari: Afrontamentos, 1990, p.145.
- SOUSA, Junior Justino. *A crítica marxiana da educação em tempos de mundialização do capital e crise da escola* In: Trabalho Necessário. issn: 1808-799X, ano 2 – número – 2 – 2004.
- TEIXEIRA, Evilázio F. Borges. *A Educação do homem Segundo Platão*. São Paulo: Ed. Paulus, 1999.
- TEIXEIRA, Anísio. *Valores proclamados e reais nas instituições escolares brasileiras*. In: MEC. *Educação no Brasil: textos selecionados*. Brasília, MEC, 1976.

TEIXEIRA, Francisco J. S. Teixeira et.al OLIVEIRA, Manfredo Araújo de Oliveira (Orgs.) *Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: e novas determinações do mundo trabalho*. São Paulo: Cortez, Fortaleza. Universidade Estadual do Ceará. 1996.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

TONET, Ivo: *Cidadania e Emancipação Humana*. RS: Ed. Ijuí.

Pesquisas

Pesquisa mensal realizada pelo Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT, (Organização Social Decreto Estadual nº 25.019, de 03/07/98) e publicada pelo Sistema Nacional de Emprego. *Pesquisa Desemprego e Subemprego – IDT/ 2007*.

Pesquisa Desemprego e Subemprego - IDT junho de 2008.

Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. 2008.

Pesquisa Mensal de Emprego: Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2008.

SITES:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_de_Fortaleza#cite_not-IDR_RM-2, acesso em 14/08/09.

http://www.oitbrasil.org.br/get_2009.php.

www.mec.ce.gov.br

www.idt.ce.gov.br

www.jornaldobrasil.com.br

www.seade.gov.br